



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Anita Parreiras Bender

**O uso de modalizadores na construção da argumentação:
uma análise de redações do Vestibular da Uerj 2018**

Rio de Janeiro

2019

Anita Parreiras Bender

**O uso de modalizadores na construção da argumentação:
uma análise de redações do Vestibular da Uerj 2018**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Teresa Gonçalves Pereira

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

B458 Bender, Anita Parreiras
O uso de modalizadores na construção da argumentação: uma análise de redações do vestibular da UERJ 2018 / Anita Parreiras Bender. – 2019. 126 f.: il.

Orientadora: Maria Teresa Gonçalves Pereira.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Português escrito – Teses. 2. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses. 3. Redação – Exames, questões, etc – Teses. 4. Exame vestibular – Teses. 5. Modalidade (Linguística) – Teses. I. Pereira, Maria Teresa Gonçalves, 1948-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-085.2

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Anita Parreiras Bender

**O uso de modalizadores na construção da argumentação:
uma análise de redações do Vestibular da Uerj 2018**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 29 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Teresa Gonçalves Pereira (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. André Nemi Conforte
Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Patricia Ferreira Neves Ribeiro
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Aos meus alunos, grandes motivadores dessa trajetória chamada lecionar.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado, Guilherme, pelo apoio incondicional, pelo amor e amizade ao longo desses anos, e pelo dom de me trazer paz na correria do dia a dia.

Aos meus pais, André e Sheila, pelo esforço despendido em minha formação e, em especial, por todo carinho durante as etapas da minha vida.

Aos meus sogros, André e Regina, pelos cuidados diários e pelo enorme incentivo.

À Carolina, pela cumplicidade e amizade.

À Ana Paula Lanter, pela constante disponibilidade em me ouvir, em trocar ideias e em me ensinar.

Às minhas amigas, Amanda Braga, Anita Martins e Marília Pires, por sempre me apoiarem e me motivarem nessa e em todas as caminhadas.

À minha orientadora, professora Dra. Maria Teresa Gonçalves Pereira, por ter aceitado me orientar logo nos primeiros dias de Mestrado e por ter conduzido esta dissertação com tamanha presteza e dedicação.

Aos professores avaliadores, por lerem minha produção e por dedicarem seu tempo tão precioso à formação desta banca.

À UERJ por ter sido, nesses últimos anos, minha segunda casa.

Se a linguagem falasse apenas à razão e constituísse, assim, uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas comunicação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias da razão, ela também articula o conjunto de relações necessárias da existência. E, nesse sentido, o seu traço fundamental é a argumentatividade, a retórica, porque é este traço que a apresenta, não como marca de diferença entre o homem e a natureza, mas como marca de diferença entre o eu e o outro, entre subjetividades cujo espaço de vida é a história.

Carlos Vogt

RESUMO

BENDER, Anita Parreiras. *O uso de modalizadores na construção da argumentação: uma análise de redações do vestibular da UERJ 2018*. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Saber argumentar é uma necessidade do viver em democracia. Saber argumentar e contra-argumentar é a base da sociedade que avança democraticamente: o debate se faz cada vez mais necessário para o progresso. Por isso, um estudo da argumentação tem-se mostrado relevante no cenário educacional brasileiro. A escola precisa deixar de lado mitos como aqueles de que só se argumenta em textos dissertativo-argumentativos ou que só sabe escrever o aluno que domina as regras gramaticais. As instituições de ensino devem ser porta de entrada para o desenvolvimento da argumentação, não apenas a reconhecendo como uma tipologia textual, mas lhe dando lugar de destaque na formação do cidadão, ao tornar a sala de aula um ambiente para reflexões e questionamentos. Nesta dissertação, faremos um estudo das bases da argumentação, desde a formação do argumento até como alguns mecanismos linguísticos – modalizadores – contribuem com a construção de pontos de vistas e acabam melhorando a qualidade argumentativa. Serão analisadas quatro espécies de modalização – epistêmica, deôntica, afetiva e delimitadora – a partir da abordagem cunhada por Neves (2011), em vinte redações do vestibular da UERJ 2018, divididas em dois blocos: textos conceituados em seis pontos e textos com nota máxima, dez pontos. Com base nessa análise, será possível descrever e determinar a qualidade da argumentação em virtude da seleção dos modalizadores feita pelos candidatos, que acabam evidenciando as intencionalidades existentes por trás de cada uso.

Palavras-chave: Argumentação. Modalizadores. Redações do vestibular da UERJ 2018.

ABSTRACT

BENDER, Anita Parreiras. *The use of modalizers on the construction of argumentation: an analysis of UERJ 2018 essays*. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Knowing how to argument is a necessity for living in a democracy. Knowing how to argument and how to argue against are the basis for a society that advances democratically: the debate is more and more crucial for progress. Therefore, a study of argumentation has proved to be relevant in the Brazilian educational scenery. School needs to leave behind myth such as saying that a student only argues when writing an argumentative essay; or that a student must master the grammatical rules to write properly. The teaching institutions must be the opening door to argumentative skills development, not only recognizing it as a textual typology, but also giving it an important place in the formation of the citizen, making the classroom a place of reflection and questioning. In this thesis, we are going to do a study of the basis of the argumentation, from the construction of the argument to the way how some linguistic mechanisms – modalizers – contribute to the construction of points of view and end up improving the argumentative quality. Four types of modalization will be analyzed: epistemic, deontic, affective and delimiting – from the approach formulated by Neves (2011), in twenty compositions of UERJ's entrance exam, divided in two groups: texts that received grade six, and texts that got the full mark, ten points. Based on this analysis, it will be possible to describe and determine the quality of argumentation according to the selection of modalizers students made, which ends up showing the intentionality that exist behind every usage.

Keywords: Argumentation. Modalizers. Compositions of UERJ's entrance exam.

SUMÁRIO

| | | |
|--------|---|-----|
| | INTRODUÇÃO | 09 |
| 1. | PRODUÇÃO ESCRITA NA ESCOLA | 12 |
| 1.1. | Concepções de escrita | 12 |
| 1.2. | Texto como unidade de ensino | 15 |
| 1.3. | Base Nacional Comum Curricular e a escrita na sala de aula | 17 |
| 2. | GÊNEROS TEXTUAIS E REDAÇÃO DE VESTIBULAR | 22 |
| 2.1. | Noções de gênero textual | 22 |
| 2.2. | Tipologias textuais | 24 |
| 2.3. | Tipo argumentativo | 25 |
| 2.4. | Redação de vestibular como gênero textual | 27 |
| 2.5. | Estrutura formal do texto dissertativo-argumentativo | 28 |
| 3. | UM ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO | 33 |
| 3.1. | Argumentação e discurso | 33 |
| 3.2. | Argumentar: o ato de convencer e o ato de persuadir | 35 |
| 3.3. | Tradição retórica e contribuições da Nova Retórica | 37 |
| 3.4. | Construção do argumento | 39 |
| 4. | MODALIZAÇÃO: MARCA LINGUÍSTICA DA ARGUMENTAÇÃO | 47 |
| 4.1. | Modalização como estratégia argumentativa | 47 |
| 4.2. | Natureza da modalização | 49 |
| 4.2.1. | <u>Modalizadores epistêmicos</u> | 50 |
| 4.2.2. | <u>Modalizadores deônticos</u> | 52 |
| 4.2.3. | <u>Modalizadores afetivos</u> | 54 |
| 4.2.4. | <u>Modalizadores delimitadores</u> | 55 |
| 5. | ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> | 58 |
| 6. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 102 |
| | REFERÊNCIAS | 104 |
| | ANEXOS | 107 |

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que se discute a importância da argumentação. Vivemos em sociedade, e, como os seres humanos são essencialmente sociais, é necessário que se aprimore o debate: argumentação e contra-argumentação. A força física que outrora resolvia as questões perde a relevância para as palavras. Assim, não há como negar que o fortalecimento da necessidade de argumentar se consolidou com o surgimento da democracia.

Debater é um aprendizado constante. Os discursos, de maneira geral, apresentam-se como argumentativos. Alguns claramente, como os discursos políticos. Em outros, a intenção argumentativa se mostra mascarada, como em discursos presentes em textos narrativos e descritivos. Nesse viés, Bakhtin (2003) afirma que os discursos são dialógicos, conversam entre si, independentemente do gênero ou tipologia textual em que se inserem.

Percebe-se, com isso, que o estudo da argumentação assume grande importância no cenário social e acadêmico. Primeiro, porque possibilita que diferentes vozes exponham seus pontos de vista dentro da sociedade, permitindo debates mais heterogêneos, em que teses e antíteses sejam produzidas. Segundo, porque a sala de aula, como espaço privilegiado do fazer pensar, questionar, possibilita que o aluno amplie a capacidade argumentativa, construindo as bases necessárias para se viver em uma democracia.

Desta forma, vê-se que para estudar essa temática é fundamental que não só se abordem as bases da argumentação e suas principais formas de organização, como também as marcas linguísticas capazes de evidenciá-la, concretizadas nos modalizadores argumentativos. Tal estudo tem como propósito especial buscar uma aplicação da argumentação e o desenvolvimento de suas técnicas no aprimoramento do ensino de produção textual no ambiente escolar.

As bases da argumentação devem, assim, ser trabalhadas nas salas de aula juntamente com o conhecimento gramatical no ensino da língua, possibilitando ao aluno desenvolver a capacidade de reflexão crítica. Nesse caminho, faz-se necessário estudar as estratégias argumentativas que ampliem a capacidade discursiva, deixando de lado regras pré-formatadas, vazias, vendidas como antídoto do bem argumentar e do bem escrever.

Diante disso, o professor de língua portuguesa precisa conhecer a gramática, saber usar os mecanismos linguísticos capazes de construir a argumentação. O ensino não se reduz ao estudo estanque de regras. O aluno deve compreendê-las dentro do texto/contexto,

percebendo como os elementos da língua funcionam, quais as intencionalidades existentes por trás de seu uso.

A relevância do estudo dos modalizadores argumentativos se atrela também à obrigatoriedade dos alunos de Ensino Médio de produzir textos na tipologia argumentativa. Os exames de Vestibular nacionais vêm cobrando quase que exclusivamente a feitura de texto dissertativo-argumentativo pelos candidatos, o que justifica a análise mais detalhada dessa modalidade textual nesta pesquisa.

Assim, busca-se refletir sobre o desenvolvimento da escrita no ambiente escolar a partir de basicamente três concepções trazidas por Koch e Elias (2014). Na primeira, o aluno, para escrever bem, deveria se apropriar de um conjunto de regras gramaticais presentes na língua e obedecer a elas. Já numa segunda concepção, o aluno detém a autoria no processo de escrita, que nada mais é do que o produto de seu pensamento e suas intenções. Outra concepção seria a que vê a escrita como uma forma de interação, em que se unem aspectos linguísticos e sociais, ativando diversos conhecimentos do escritor e do leitor.

Algumas indagações movem esta pesquisa:

- a) Como estão sendo trabalhadas as bases da argumentação em sala de aula?
- b) Qual concepção de escrita deve-se adotar para ampliar as competências discursivas?
- c) Por que a maior frequência de modalizadores argumentativos pode levar a um melhor rendimento em produções dissertativo-argumentativas no vestibular?

Não se pretende, nesta dissertação, discutir se existe uma relação de causalidade entre a nota obtida pelo candidato nos exames e a incidência de uso da modalização em redações, até porque a nota final de qualquer candidato é formada por diferentes fatores, não só pelo desenvolvimento da argumentação. O que se objetiva é verificar se a frequência desses elementos linguísticos e qualidade dos modalizadores contribuem com a construção da argumentação, por demarcarem claramente quais intenções comunicativas apresentam as escolhas do candidato.

Para se responder às questões apresentadas, percorrer-se-á um acervo bibliográfico selecionado, evidenciando que a pesquisa será de base exploratória. Também se recorrerá a uma análise documental, quando da investigação do *corpus* escolhido – redações do Vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – 2018.

Serão analisadas, no total, vinte produções textuais divididas em dois grupos: aquele cujas notas foram 6; e o que apresenta pontuação 10. Para tanto, iniciar-se-á a verificação desse *corpus* por uma pesquisa qualitativa de análise textual, seguida da classificação dos

modalizadores em epistêmicos, deônticos, afetivos e delimitadores, de acordo com a abordagem teórica cunhada por Neves (2011). Ainda neste estudo, busca-se perceber o funcionamento de tais modalizadores como importantes ferramentas argumentativas.

A partir dessa leitura investigativa, se fará um levantamento quantitativo em que se observará a incidência de palavras e expressões utilizadas pelos candidatos ao Vestibular da UERJ como estratégia argumentativa, consoante à ocorrência do fenômeno da modalização. Os resultados serão apresentados em gráficos, para facilitar a compreensão.

Esta pesquisa está enquadrada na perspectiva do Ensino e, por conta disso, inicia-se o trabalho com a temática *Produção escrita na escola*, apresentando a realidade da escrita no ensino desde as concepções de escrita assumidas pelos professores, até as considerações e reflexões trazidas pela Base Nacional Comum Curricular.

No capítulo 2, discutir-se-ão as noções de gêneros textuais, diferenciando-as das tipologias. Aqui, focar-se-á no tipo argumentativo que é um conhecimento-chave para se compreender a questão central trazida pela dissertação. Também se trabalhará com o gênero redação de vestibular, porém tal construção se materializará no texto dissertativo-argumentativo, que se figura como uma modalidade proveniente do amálgama de um gênero e de um tipo.

Já no capítulo 3 será apresentado um estudo mais aprofundado da argumentação. Compreender que argumentar faz parte da existência humana e que a todo momento se está construindo argumentos é fundamental para que maiores reflexões sejam produzidas, principalmente na escola, lugar do diálogo e do fazer pensar. A apresentação de estratégias e técnicas argumentativas pelo professor permite ao aluno conhecer e aprimorar suas habilidades crítico-reflexivas, por isso a relevância de se formular um capítulo voltado para a argumentação.

No capítulo 4, tratar-se-á da modalização, especificando e qualificando os modalizadores em epistêmicos, deônticos, afetivos e delimitadores. Tais marcas linguísticas, juntamente com os argumentos, ajudam a construir o ponto de vista do falante/escritor, fixando o seu posicionamento com o escopo de convencer e até persuadir o interlocutor. E serão esses os elementos linguísticos estudados no capítulo 5, análise do *corpus*.

Espera-se que, diante da importância conferida aos modalizadores e à sua relevância na construção da argumentação, esta pesquisa desperte o interesse no estudo e na ampliação do trabalho com a temática na sala de aula de língua portuguesa e produção textual. Vendo o fenômeno da modalização nas produções escritas e sendo apontados os efeitos produzidos pelo uso, os alunos deverão constatar que estudar a língua vai muito além da normatividade.

1. PRODUÇÃO ESCRITA NA ESCOLA

Aprender a escrever é, em grande parte, se não principalmente, aprender a pensar.

Othon M. Garcia

1.1 Concepções de escrita

Sustenta-se, ainda hoje, a ideia de que só se sabe escrever quando se dominam as regras gramaticais, o que consolida um afastamento da escrita como prática. Nesse contexto, o professor de língua portuguesa e de produção textual se depara com discursos frequentes e um tanto enfadonhos, como o famigerado “eu não sei escrever”, proferidos por muitos alunos ano após ano.

Acontece que as instituições de ensino, de modo geral, “vendem” essa relação entre domínio das regras gramaticais e habilidade na escrita, fazendo os agentes sociais de dentro e de fora da escola acreditarem nessa construção falaciosa. Quando tais instituições focam apenas na língua, como se escrever se resumisse em seguir um conjunto de normas, mitifica-se a crença de que basta decorá-las para que se produzam textos, deixando, assim, de se apreciarem estratégias de escrita, como escolhas semânticas e sintáticas, noções de coerência e coesão textual, etc.

Nas palavras de Koch e Elias (2017a, p. 7),

o texto é lugar de interação de sujeitos sociais, os quais, dialogicamente, nele se constituem e são constituídos; e que, por meio de ações linguísticas e sociocognitivas, constroem objetos de discurso e propostas de sentido, ao operarem escolhas significativas entre as múltiplas formas de organização textual e as diversas possibilidades de seleção lexical que a língua lhes põe à disposição.

A preocupação com uma formalidade excessiva acaba prejudicando o ensino e, principalmente, práticas de escrita tanto em sala de aula quanto fora dela. O fato de o aluno criar uma falsa ideia de que não sabe escrever, simplesmente porque não foi capaz de decorar uma gama de regras, bloqueia futuras produções, diminuindo suas manifestações escritas. É preciso superar essas ideias. Escrever é mais resultado de um processo mental e intencional do que de sequências de períodos gramaticalmente perfeitos.

Não se está aqui defendendo a abolição das regras gramaticais. Pelo contrário, busca-se refletir sobre possíveis estratégias de produção textual eficientes, sem cobranças

desmedidas de regras gramaticais dissociadas de um uso real da língua. Afinal, “não se pode fazer texto algum sem gramática, mas faz sentido também a certeza de que não se faz texto algum apenas com gramática” (ANTUNES, 2005, p. 169). O aluno precisa entender as práticas de escrita como resultado de diferentes habilidades e conhecimentos adquiridos tanto na vida acadêmica quanto nas vivências sociais, nos saberes culturais e no mundo digital.

Ao conseguir explorar a escrita com consciência crítica e autoria, sem que o professor se limite a consertar os desvios da norma padrão, o aluno passa a encarar a língua portuguesa com outros olhos. As regras gramaticais tornam-se aliadas por permitirem uma melhor compreensão das noções de coesão e de coerência, possibilitando como produto final textos mais articulados e consistentes. Nesse sentido, Antunes (2005, p. 167) nos ensina que

a função da gramática em discussão aqui ultrapassa, portanto, essa visão estreita e reduzida de gramática que só serve para dizer como é o certo e como é o errado, na ótica da norma prestigiada socialmente. Nessa estreiteza, impede-se que tenhamos uma visão textual de seus elementos.

Outro ponto que prejudica essa visão de que a produção escrita na escola só se constrói com o ensino de normas gramaticais é a pouca relevância dada por provas de vestibulares e de concursos públicos ao uso da modalidade padrão nos textos por valer, muitas vezes, apenas um quinto da nota final. Assim, explorá-la sem relacioná-las à construção de sentido do texto demonstra-se ineficaz como concepção de escrita.

A necessidade de se problematizar a produção escrita se dá devido ao fato de ela se presentificar em toda a vida escolar. Escreve-se a todo momento na escola e fora dela, logo a competência da escrita está em constante desenvolvimento e permanece onipresente na vida em sociedade. Nesse contexto, Koch e Elias (2014, p. 31) sustentam que

se houve um tempo em que era comum a existência de comunidades ágrafas, se houve um tempo em que a escrita era de difícil acesso ou uma atividade destinada a alguns poucos privilegiados, na atualidade, a escrita faz parte da nossa vida, seja porque somos constantemente solicitados a produzir textos (bilhete, email, lista de compras, etc.), seja porque somos solicitados a ler textos escritos em diversas situações do dia a dia (placas, letreiros, anúncios, embalagens, email, etc.).

Se acessamos textos escritos com tamanha constância no viver em sociedade, se por meio desse acesso nos constituímos como cidadãos, por que ainda há pessoas com discursos de que não têm o domínio da escrita? Talvez pelo fato de muitas escolas até hoje sustentarem alguns mitos quanto à prática da escrita, ao classificá-la como um dom de poucas pessoas; ou desvinculá-la da necessidade de empenho; ou também dissociar totalmente as produções escritas da atividade de leitura (GARCEZ, 2008). Acrescenta-se, ainda, o equívoco de se

atrelar proficiência na escrita ao domínio puro e simples das regras gramaticais, por sustentar um ensino metalinguístico da gramática tradicional.

Essa pluralidade de definições da escrita, segundo Koch e Elias (2014, p. 32), evidencia que

o modo pelo qual concebemos a escrita não se encontra dissociado do modo pelo qual entendemos a linguagem, o texto e o sujeito que escreve. Em outras palavras, subjaz uma concepção de linguagem, de texto e de sujeito escritor ao modo pelo qual entendemos, praticamos e ensinamos a escrita.

As autoras apresentam-nos três concepções de escrita. A primeira delas tem foco na língua. Assim, para se escrever bem é necessário que se conheçam as regras gramaticais, além de se dominar um amplo vocabulário. Nessa visão, reconhece-se a “concepção de linguagem como um sistema pronto, acabado, devendo o escritor se apropriar desse sistema e de suas regras” (2014, p. 33). O texto nada mais é do que um “simples produto de uma codificação realizada pelo escritor a ser decodificado pelo leitor, bastando a ambos, para tanto, o conhecimento do código utilizado” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 33).

A segunda concepção apresentada pelas autoras centra-se no escritor. Nela, a escrita é entendida como “representação do pensamento”. Escrever então seria o resultado da atividade mental de um sujeito representado por palavras, devendo a mensagem ser compreendida pelo leitor, da forma mentalmente projetada. Em tal concepção (KOCH; ELIAS, 2014, p. 33),

o texto é visto como um produto – lógico – do pensamento (representação mental) do escritor. A escrita, assim, é entendida como uma atividade por meio da qual aquele que escreve expressa seu pensamento, suas intenções, sem levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor ou a interação que envolve esse processo.

A terceira concepção de escrita foca na interação. Aqui, o produtor do texto ativa conhecimentos e mobiliza várias estratégias, pois reflete sobre o que será escrito e sobre seu leitor, revê as anotações quando necessário, com um posicionamento crítico sobre o texto produzido. Para as autoras, essa visão assume grande relevância por se diferenciar das anteriores, uma vez que a escrita deixa de ser compreendida apenas como “apropriação das regras da língua”, ou como externalização de pensamentos e intenções do escritor, passando a abarcar a interação escritor-leitor. Nessa concepção, levam-se em conta “as intenções daquele que faz uso da língua para atingir o seu intento sem, contudo, ignorar que o leitor com seus conhecimentos é parte constitutiva desse processo” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 34).

Assim, tanto autor quanto leitor são sujeitos, dialogam entre si, qualquer manifestação escrita sem a presença desses atores nasce sem funcionalidade. A produção nada mais é do que o amálgama dos conhecimentos (aqui se inclui também o gramatical) e intenções do autor

com os saberes que julga pertencerem ao leitor. Sempre há um propósito na escrita, em busca da eficiência e da eficácia na comunicação.

1.2 Texto como unidade de ensino

Para se iniciar qualquer reflexão sobre o texto como unidade de ensino, é fundamental que se conceitue *texto*. O que é? O que representa? Que concepção de texto os professores têm hoje? E os documentos públicos, como abordam tal conceito? Esses questionamentos merecem atenção porque a partir das respostas é que se construirá uma visão crítica quanto às formas de se trabalhar produção textual nas escolas.

Quando se pergunta o que é texto, a resposta mais simplista que se ouve é “qualquer produção escrita”. E os textos orais? Muitas vezes são esquecidos e não entram nessa conceituação. É necessário que se observem outras linguagens além da verbal para se construir tal conceito. Essa é a orientação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 65) quando defende o ensino com base em textos e contextos:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

Deve-se, portanto, ampliar as respostas que veem o texto apenas como material escrito e compreender que fazem parte desse conceito diferentes aspectos como os elementos não verbais, pois são eles que muitas vezes propiciam o humor e a intertextualidade em vários gêneros textuais. Sem tais linguagens, não se compreenderia o sentido do texto, o que impediria autor e leitor de dialogarem entre si.

Diante desse cenário, percebe-se que o trabalho com o texto nas escolas deve englobar diferentes aspectos, como “o suporte onde ele circula, o gênero textual a que pertence, a tipologia textual predominante”, além de se considerar elementos verbais e não verbais e a interação entre autor e leitor (SANTOS; RICHE; TEIXEIRA, 2015, p. 25). Dessa forma, o ato de escrever passa a ser um caminho para se produzir e reforçar conhecimentos, demonstrando intenções que se concretizarão em efeitos de sentido. Daí a relevância de um ensino de texto voltado para a interação.

A escrita produzida em sala de aula pode e deve ter como finalidade a produção de sentidos sobre leitores determinados, sendo fundamental inseri-los no processo de produção textual, para que, de fato, a interação aconteça. No contexto, Guedes e de Souza (1998, p. 147) demonstram a necessidade de leitores reais, uma vez que o autor precisa dos sentidos produzidos pelos leitores para que “os confronte com os (efeitos) de sentido que quis produzir e reflita sobre esse (des)encontro e reescreva o texto para que o diálogo se torne produtivo e esclarecedor”.

Com essa produção eficaz de sentido, o texto surge como uma ferramenta bastante útil de ensino da língua portuguesa, devendo, para tanto, ser tratado como objeto de estudo da língua. É necessário, no entanto, que seja dada mais importância às questões textualmente relevantes para a produção desse sentido, do que a um ensino metalinguístico da gramática tradicional. Na verdade, o que se objetiva é propor um estudo do texto como base para a compreensão de conteúdos de língua portuguesa, por ser ele o instrumento capaz de possibilitar um conhecimento “mais global e mais consistente do fenômeno linguístico” (ANTUNES, 2017, p. 31).

Estudar o texto é uma maneira eficaz de catalisar a necessidade de junção dos planos sintático, semântico e pragmático. Não se deve estudar a língua portuguesa apenas evidenciando um desses planos, porque assim se estará diante de “um estudo parcial, reduzido, artificial e pouco esclarecedor do que, de fato, acontece quando as pessoas estão em interação verbal” (ANTUNES, 2017, p. 32).

Nesta dissertação, a vinculação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática permitirá que se faça uma análise dos modalizadores dentro do texto, observando implicações existentes na construção do argumento. O estudo não se voltará para frases soltas, em que se analisem apenas palavras, mas para o efeito suscitado pela escolha de certos modalizadores na feitura da argumentação.

O texto, então, passa a instrumento para se trabalhar a língua, apresenta-se como uma unidade de ensino capaz de formar competências de leitura e escrita, tão prezadas pela BNCC. Segundo esse documento oficial, “a linguagem é uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 2017, p. 65).

Conhecer diferentes maneiras de construir um texto, empregar particularidades semânticas – como as figuras de linguagem –, intertextualidades, trabalhar com noções sintáticas são saberes só manejados por alunos com um estudo mais consistente da língua, e não voltado apenas para descrição de categorias lexicais ou gramaticais.

1.3 A BNCC e a escrita na sala de aula

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surgiu da necessidade de se complementar e atualizar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), mantendo com estes certa coerência na área de linguagens. Esse novo documento é normativo e se define como “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (BRASIL, 2017, p. 7) que se deverá desenvolver ao longo da formação acadêmica de nossos alunos.

No documento, o foco maior é no desenvolvimento de competências gerais, que significa a captação de conhecimentos, valorizando a construção de habilidades juntamente com a mobilização de atitudes e valores capazes de possibilitar o exercício da cidadania, a eficiência laboral e a resolução de demandas complexas do cotidiano (BRASIL, 2017). Assim, o conteúdo das disciplinas envolvidas na formação do estudante se torna um dos instrumentos para se alcançarem as dez competências gerais presentes na base, e não um fim em si mesmo.

Dentre tais competências tem-se a argumentação. Espera-se que os alunos aprendam a argumentar, a demonstrar o posicionamento crítico em relação não só aos problemas que os envolvem como também àqueles que atingem a sociedade e o mundo. Nos dizeres da BNCC (BRASIL, 2017, p. 9), tal competência geral se desenvolve no ato de

argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

A inclusão de tal competência na Base ratifica a ideia de que não há como vislumbrar uma educação de qualidade sem fazer o aluno pensar, refletir e se posicionar. O desenvolvimento desta competência permitirá que se amplie a concepção de argumentação, principalmente no tocante a quando, como e onde se argumenta. Visões que sustentem que o ato de argumentar acontece apenas em determinados gêneros textuais ou de que só se argumenta quando se escreve ou quando em ambientes formais, como tribunais do júri ou debates eleitorais, não mais se sustentarão.

Para se alcançar essa competência, será necessário desenvolver e aprimorar em sala de aula os eixos de integração previstos na BNCC, a saber, o eixo *leitura*, o eixo *produção de textos*, o eixo *oralidade* e o eixo *análise linguística e semiótica*. Com eles, busca-se o amálgama de diferentes gêneros e tipologias textuais, com o objetivo de incluir os alunos nas

práticas de linguagem contemporâneas. Tais eixos têm como escopo formar alunos capazes de participar significativa e criticamente das diversas práticas sociais constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, 2017).

Na dissertação, centraremos em alguns dos aspectos atribuídos ao eixo de produção textual por ter relação direta com o *corpus* da pesquisa. Na Base, dá-se à produção de texto um tratamento de dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão. Levam-se em conta os diferentes gêneros produzidos pelas variadas mídias e campos da atividade humana; a intertextualidade; as noções de textualidade e suas implicações nos efeitos de sentido gerados; conhecimentos gramaticais; e, por fim, estratégias de produção de textos (BRASIL, 2017). Preza-se, aqui, a sustentação do argumento, a autonomia e a autoria dos alunos.

Cada um desses aspectos está devidamente explicitado no quadro a seguir, trazido pela BNCC:

Quadro - Produção de texto na BNCC

| | |
|--|--|
| <p>Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multisssemiose e características da conectividade (uso de hipertextos e hiperlinks, dentre outros, presentes nos textos que circulam em contexto digital). • Analisar as condições de produção do texto no que diz respeito ao lugar social assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo; ao leitor pretendido; ao veículo ou à mídia em que o texto ou produção cultural vai circular; ao contexto imediato e ao contexto sócio-histórico mais geral; ao gênero do discurso/campo de atividade em questão etc. • Analisar aspectos sociodiscursivos, temáticos, |
|--|--|

| | |
|---|--|
| | <p>composicionais e estilísticos dos gêneros propostos para a produção de textos, estabelecendo relações entre eles.</p> |
| <p>Dialogia e relação entre textos</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Orquestrar as diferentes vozes nos textos pertencentes aos gêneros literários, fazendo uso adequado da “fala” do narrador, do discurso direto, indireto e indireto livre. • Estabelecer relações de intertextualidade para explicitar, sustentar e qualificar posicionamentos, construir e referendar explicações e relatos, fazendo usos de citações e paráfrases, devidamente marcadas e para produzir paródias e estilizações. |
| <p>Alimentação temática</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Selecionar informações e dados, argumentos e outras referências em fontes confiáveis impressas e digitais, organizando em roteiros ou outros formatos o material pesquisado, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum, quando for esse o caso) e contemple a sustentação das posições defendidas. |
| <p>Construção da textualidade</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer relações entre as partes do texto, levando em conta a construção composicional e o estilo do gênero, evitando repetições e usando adequadamente elementos coesivos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática. • Organizar e/ou hierarquizar informações, tendo |

| | |
|--|--|
| | <p>em vista as condições de produção e as relações lógico discursivas em jogo: causa/efeito; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc. • Usar recursos linguísticos e multissemióticos de forma articulada e adequada, tendo em vista o contexto de produção do texto, a construção composicional e o estilo do gênero e os efeitos de sentido pretendidos.</p> |
| <p>Aspectos notacionais e gramaticais</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar, ao produzir textos, os conhecimentos dos aspectos notacionais – ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc., sempre que o contexto exigir o uso da norma-padrão. |
| <p>Estratégias de produção</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estratégias de planejamento, revisão, edição, reescrita/redesign e avaliação de textos, considerando-se sua adequação aos contextos em que foram produzidos, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semioses apropriadas a esse contexto, os enunciadores envolvidos, o gênero, o suporte, a esfera/ campo de circulação, adequação à norma-padrão etc. • Utilizar softwares de edição de texto, de imagem e de áudio para editar textos produzidos em várias mídias, |

| | |
|--|---|
| | explorando os recursos multimídias disponíveis. |
|--|---|

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 75-76)

Assim, ao se analisarem os critérios presentes no eixo produção textual, preconizados pela Base, percebe-se que é preciso encarar o texto como unidade de ensino pelos professores de língua portuguesa. Esses aspectos devem ser devidamente trabalhados em sala de aula, não cabendo primazia a qualquer deles. Por isso, o ensino de gramática, como tratado até aqui, necessita de contextualização, proporcionando ao aluno a visão de que os elementos constituintes da língua influenciam e interferem na construção de textos e, conseqüentemente, na produção de sentido (MARCUSCHI, 2008).

O foco maior, portanto, deve estar na construção de sentidos que as escolhas no uso da língua são capazes de produzir. Isso só acontecerá se o professor possibilitar esse conjunto de critérios, o que permitirá o desenvolvimento de habilidades crítico-reflexivas, tão prezadas pelas competências gerais da Base.

2. GÊNEROS TEXTUAIS E REDAÇÃO DE VESTIBULAR

De sorte que a língua, na medida em que contribui em primeiro lugar para determinar o sentido dos enunciados, é um dos lugares privilegiados em que se elabora a argumentação.

Anscombe e Ducrot

2.1 Noções de gênero textual

Ainda hoje há quem confunda as noções de gênero com as de tipo textual. Por mais que apresentem aspectos constitutivos divergentes, tais conceitos se inter-relacionam no funcionamento da língua, vislumbrado nas mais diversas situações comunicativas do dia a dia (MARCUSCHI, 2008). Assim, não há oposição entre gêneros e tipos, mas uma complementaridade, não subsistindo “isolados nem alheios um ao outro” por serem “formas constitutivas do texto em funcionamento” (MARCUSCHI, 2008, p. 156).

Há grande relevância no estudo dessas noções devido ao fato de a comunicação verbal só se dar por algum gênero e por meio de um texto (BAKHTIN, 2003). Essa visão, também defendida por Marcuschi (2010), sustenta que, como todo enunciado provém de outro, será produzida uma resposta na esfera da comunicação verbal. Tais posicionamentos convergem entre si e dialogam com os eixos da linguagem trazidos pela BNCC, corroborando o princípio do dialogismo na linguagem cunhado por Bakhtin (2003).

Marcuschi define os gêneros textuais como “textos materializados em situações comunicativas recorrentes” (2008, p. 155). Nesse sentido, tal recorrência é empregada no viver em sociedade sem que se perceba a oferta cotidiana dessas manifestações, porque o fazemos empiricamente “assim como adquirimos a língua materna, nas trocas diárias de enunciações concretas, em todas as situações comunicativas com nossos interlocutores” (DUTRA, 2007, p.56).

Essa inter-relação entre a produção infindável de gêneros textuais e as inúmeras atividades humanas demonstra serem inesgotáveis as possibilidades de criação de gêneros na língua. Assim, a produção de gêneros não se apresenta limitada, a todo o momento surgem novas manifestações e outras perdem expressão social. Nas palavras de Marcuschi (2010, p.

31), os gêneros são “fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis”, não havendo a possibilidade de se fazer “uma lista fechada” de todos eles.

Os gêneros, enunciados “relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2003, p. 262), apresentam certa identidade, que não pode ser confundida com rigidez (MARCUSCHI, 2008). Nesse sentido, como característica, “representam o lado estável das realizações textuais; ou seja, os gêneros apresentam-se sob a forma recorrente de ‘modelos’, admitem uma composição própria, apesar de sua flexibilidade e maleabilidade de forma e conteúdo” (ANTUNES, 2017, p. 132).

Percebe-se tal estabilidade quando na produção de sentido dos textos baseamos nossa fala e escrita em “formas padrão e relativamente estáveis de estruturação” (KOCH; ELIAS, 2017a, p. 101), frutos de “ações convencionais, tipificadas, recorrentes” (ANTUNES, 2017, p. 133). Diante disso, pode-se afirmar que a menção à determinada atividade comunicativa será compreendida pelo leitor/ouvinte como se existisse uma “competência metagenérica” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 54) capaz de permitir tal interação. Assim, uma capacidade metatextual se desenvolve, permitindo que reconheçamos os gêneros que presentificam a vida cotidiana, juntamente com suas características e funções (KOCH; ELIAS, 2014).

É possível, então, reconhecer um bilhete, um e-mail, uma carta pessoal mesmo que a assinatura do remetente, por exemplo, tenha sido esquecida. Também é por reconhecermos o gênero *cardápio* que não requisitamos em um salão de beleza ou em consultório médico, por exemplo. É, portanto, a competência metagenérica que “possibilita aos sujeitos de uma interação não só diferenciar os diversos gêneros (...) como também identificar as práticas sociais que os solicitam” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 55).

Devem-se olhar os gêneros como estruturas detentoras de certa estabilidade, limitando de alguma forma as escolhas, “que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja do ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas” (MARCUSCHI, 2008, p.156). Em hipótese alguma, no entanto, podem-se excluir das produções a criatividade, o estilo e possíveis inovações. Certa estabilidade nos gêneros existe, uma vez que padrões sociocomunicativos são bastante necessários para se fazer entender em sociedade. Não se deve, entretanto, exigir do autor exclusivamente aspectos objetivos caracterizadores dos gêneros, sob o risco de torná-los estruturas rígidas, inflexíveis.

2.2 Tipologia textual

Quando se fala de tipo textual, restringem-se as possibilidades de ocorrências, por terem natureza linguística definida, ou seja, “entre as características básicas dos tipos textuais, está o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes” (MARCUSCHI, 2010, p. 28). Assim, o que diferencia um tipo de outro são suas características linguísticas e formais, como os aspectos lexicais e sintáticos e o tempo verbal utilizado, por exemplo. Na verdade, segundo Marcuschi (2008, p. 154), o tipo textual se caracteriza “muito mais como sequências linguísticas do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais”. Cada um apresenta objetivos e marcas linguísticas próprias.

Diferentemente do que ocorre com os gêneros textuais, conseguimos categorizar em quantidade os tipos. Essa classificação, todavia, não é consenso entre os pesquisadores, mas, por uma questão de afinidade teórica, optou-se nesta dissertação pela categorização de Marcuschi (2008), que nos apresenta cinco tipologias: narração, descrição, injunção, exposição e argumentação.

Na narração, conta-se uma história. Há, aqui, uma sucessão de acontecimentos, ações, fatos, que se desenvolvem numa sequência temporal. Como marcas linguísticas, há verbos, advérbios (indicando lugar e tempo) e conjunções adverbiais. Outro destaque da narração são o tempo e o modo escolhidos para os verbos: presente ou pretérito perfeito e imperfeito do indicativo.

Entende-se por descrição a identificação e a qualificação de seres, objetos, lugares, de forma a possibilitar a visualização pelo leitor. Trabalha-se com as características físicas e psicológicas do objeto da descrição. Para tanto, usam-se predominantemente adjetivos e substantivos. Encontram-se também advérbios indicando intensidade, por enfatizar os adjetivos e até outros advérbios como os de modo. Com a descrição, objetiva-se guiar o leitor para que perceba detalhes necessários à produção do efeito concretizado pelo enunciador.

Já a injunção como tipo textual se constrói como instrução. Tudo que se propõe a orientar, por meio de comandos e regras, aí se encontra. Suas marcas linguísticas são verbos no imperativo ou com valor imperativo, e também certos pronomes, fazendo referência direta ao enunciatário.

Quanto à exposição, vê-se que seu escopo é informar, discutir, expor, explicar um tema de maneira objetiva. O propósito é passar uma informação, esclarecendo algum tema. Utilizam-se operadores discursivos e modalizadores, sobressaindo o emprego de verbos no presente do indicativo.

Tais marcas linguísticas também se encontram presentes na tipologia argumentativa. Diferentemente da exposição, na argumentação se busca defender um ponto de vista, por meio de argumentos capazes de sustentar uma dada tese, com o intuito de convencer e de persuadir. Nesta dissertação, esse será o tipo textual evidenciado por ser ele o predominante no *corpus*.

A argumentação, tratada como tipologia textual por Marcuschi (2008), é vista por alguns autores como um elemento constitutivo de todo e qualquer texto. Essa linha teórica defendida por Koch e Fávero (1987) trabalha com a ideia de a argumentatividade estar nos demais tipos textuais por suas temáticas versarem sobre escolhas nas quais carregam pontos de vista. Tal posicionamento, também proposto por Ducrot (1989), traz a argumentação como propriedade da língua.

É preciso, entretanto, tratar os tipos textuais, para fim de análise, de maneira mais didática com características e marcas linguísticas próprias, como mostrou Marcuschi (2008). A estrutura dos textos argumentativos, exigida pelo vestibular da UERJ, juntamente com as implicações que a escolha de certos modalizadores produz, é escopo desta dissertação, por isso a importância da categorização inicialmente apresentada. Vale ressaltar, todavia, que argumentação é muito mais que uma tipologia textual, é a essência de todo e qualquer texto, por não existirem produções neutras (KOCH, 2011).

Optou-se, com o intuito de se aprofundar o estudo dos modalizadores, pela análise de textos que, em geral, carregam marcas linguísticas claramente argumentativas, por isso as redações de vestibular. O enquadramento desse gênero na tipologia argumentativa facilita a objetividade e a clareza do trabalho, porém, aqui, não se contentará com uma visão reducionista. Apesar de se catalogar a argumentação como um tipo, conforme apresentado no tópico seguinte, estudar-se-á uma análise *macro* dessa propriedade da língua no próximo capítulo.

2.3 Tipo Argumentativo

Numa visão simplista, o tipo argumentativo se reduz à presença, num texto, de marcas linguísticas que, junto aos argumentos, caminham para a defesa de um ponto de vista. Diante disso, aprende-se que marcas são essas e como utilizá-las dentro dos textos. Decora-se um conjunto de regras e estratégias como recursos argumentativos. E, apreendendo tal

conhecimento, fala-se que se está diante desse tipo textual. Simples assim e, muitas vezes, artificial também.

Entender, porém, as características básicas da tipologia argumentativa é necessário para que se consiga compreender a relevância desse modo textual no Ensino Médio e nos exames de vestibular em geral. Críticas à parte, cabe aqui elucidar em que consiste o tipo argumentativo, analisando-o como construção teórica capaz de produzir efeitos específicos como o convencimento e a persuasão, dentro dos diferentes gêneros que abarcam as situações comunicativas diariamente. Assim se conseguirá enxergar a maneira como tal modo textual é construído e que elementos presentes na língua contribuem para a sua formação.

Vale lembrar que ainda se vê na Academia debates quanto à nomenclatura das tipologias existentes, no tocante aos termos dissertação e argumentação. Garcia (2002) as distingue, demonstrando que apresentam características próprias, portanto, são modos de organização diferentes, não devendo suas manifestações serem postas numa mesma configuração. Nas suas palavras (2002, p. 380),

uma e outra tem características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa sobretudo a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte.

Nesse mesmo sentido, Oliveira (2004, p. 183) aponta para a problemática de se enxergar a dissertação como tipo textual. Para o autor, esse termo “se refere a uma gama excessivamente variada de textos”, além de não apresentar o mesmo sentido para o professor de linguagem, que o vê como sequência de opiniões, e para os demais professores por o tratarem como sinônimo de discorrer sobre um tema do conteúdo programático. Assim (2004, p. 183),

Essa dicotomia levou alguns estudiosos a distinguir dissertação argumentativa de dissertação expositiva. O número de “tipos” textuais se elevava, assim, para quatro: descrição, narração, dissertação argumentativa e dissertação expositiva, os dois últimos podendo-se denominar simplesmente texto argumentativo e texto expositivo.

Nesta pesquisa, adotar-se-á dissertação não como tipologia, mas como gênero textual. A categorização da Marcuschi (2008) se mostra pertinente e condiz com os estudos feitos aqui. Cabe, entretanto, uma ressalva: a argumentação está inserida no rol dos tipos textuais e será, deste modo, trabalhada quando da análise do corpus, todavia, não se reduz ao mundo das tipologias. Defende-se nesta dissertação como essência da língua, constituindo-se como uma entidade presente em toda configuração textual.

Com o tipo textual argumentativo, objetiva-se sustentar um ponto de vista ou uma opinião diante de um tema que, muitas vezes, apresenta-se polêmico. Para tanto, constrói-se uma tese que se apoiará em argumentos com o fim de convencer alguém. Vê-se que essa tipologia permite que se exponham posicionamentos sobre uma dada temática, o que demonstra certa visão crítica do argumentador, que usa raciocínios consistentes e provas evidentes para sustentá-los (GARCIA, 2002, p. 381).

Ao propiciar o desenvolvimento de ideias a partir de um ponto de vista, essa tipologia acabou predominante nos vestibulares e nas aulas do Ensino Médio, uma vez que ratifica um amadurecimento do aluno, por permitir que construa argumentos válidos e capazes de fundamentar as opiniões que pretende sustentar. Desta forma, o tipo em questão se perfaz de certas marcas linguísticas como os modalizadores, trabalhados em capítulo próprio, e que aparecerem com maior relevância em alguns gêneros textuais como as redações de vestibular, as quais se materializam na dissertação argumentativa.

2.4 Redação de vestibular como gênero textual

A redação de vestibular é um reflexo do que se aprendeu ao longo da formação escolar. Geralmente, só é possível construir tal gênero, com a excelência desejada, se bem desenvolvida e trabalhada a produção escrita na escola. Assim, a redação escolar se mostra fundamental para que o aluno consiga desenvolver a competência discursiva e materializar a prática de escrita, tão relevante, ainda, no seio social. Dutra (2007, p. 61) também salienta a importância da redação escolar quando a vê como

uma realização linguística concreta, um texto empírico que cumpre a função de ser instrumento de prática de língua escrita, para o aluno, e de avaliação do desempenho linguístico daquele nos planos comunicacional e formal, para o professor. É um texto vinculado à vida cultural e social, o que o relaciona com o real, mas de circulação restrita ao âmbito da escola e, em alguns casos, da família.

Então, o que se percebe é que os gêneros textuais apresentam uma função social, por exercerem um determinado papel na sociedade. A redação de vestibular visa comprovar o desenvolvimento da competência discursiva do aluno feita no âmbito escolar. Seu enfoque é no aprimoramento da argumentação, mais do que qualquer preocupação com a forma. A estrutura desse gênero contribui, muitas vezes, com a construção de argumentos sólidos,

principalmente quando o aluno traz consigo o conhecimento dos operadores argumentativos e da modalização como marcas linguísticas fundamentais à construção do ponto de vista.

O gênero redação de vestibular vivenciado pelos alunos no Ensino Médio busca despertar uma visão crítica, capaz de reflexões e de assunção de posicionamentos, que antes não tinham habilidade para construir. É uma tentativa de se alcançar certo diálogo entre o jovem, ainda em formação ideológica, e os temas que abarcam a sociedade que o cerca. A escolha, portanto, desse gênero pelas bancas de vestibular pelo Brasil afora é proposital, mesmo que se saiba o quanto ainda são imaturas as visões construídas por muitos estudantes e a dificuldade de instalá-las na formalidade requerida por tal gênero.

Grande parte dos exames de vestibular faz uso do gênero dissertativo, na tipologia argumentativa em suas propostas de ingressos nas universidades públicas e particulares do país, o que corrobora o papel social dessa redação. Assim, diante de sua importância na sociedade, cabe, para se configurar como gênero textual, a análise do contexto de circulação, “pois cada gênero textual tem um propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação” (MARCUSCHI, 2008).

A redação de vestibular é um processo seletivo para o ensino superior, que sai do âmbito escolar, servindo como forma de ingresso à universidade. Sua esfera de atuação não é mais a escola, com a redação escolar, nem a universidade com seus gêneros científicos. Desta forma, vislumbra-se que a redação de vestibular se encontra numa esfera de circulação que transita entre o contexto escolar e o científico/acadêmico. O indivíduo que se encontra nesse momento de transição precisa ser capaz de fazer dialogar o que apreendeu na escola com o que a banca espera dele. Aqui, a composição formal da redação soma-se ao conhecimento adquirido pela vivência de mundo e pelos debates construídos na sala de aula ao longo da formação.

2.5 Estrutura formal do texto dissertativo-argumentativo

O texto dissertativo-argumentativo é visto hoje como um dos mais importantes gêneros textuais que a escola vivencia. Por ser o instrumento que concretiza, muitas vezes, o ingresso ao ensino superior, ganhou destaque na sociedade. Acontece que, devido a sua relevância e ao ensino muito deficitário de algumas escolas, a estrutura formal desse gênero adquiriu certa artificialidade.

Disseminou-se a ideia de que fazer um texto dissertativo-argumentativo é seguir o esquema ou a “receita de bolo”. Esquece-se de que a banca do vestibular visa avaliar do candidato conhecimentos e bagagens construídos em sua vida estudantil. Buscam-se indivíduos que consigam, a partir do tema proposto, apresentar argumentos consistentes, capazes de demonstrar visão crítica. Conta-se, aqui, com a originalidade, a criatividade e o estilo de cada um. Como desenvolver esse potencial criativo em alunos que preenchem lacunas em textos já estruturalmente prontos?

Não se está defendendo a inexistência de forma, pelo contrário. Sustenta-se a necessidade de que, mesmo seguindo uma estrutura, é possível vislumbrar a individualidade no texto, até porque nenhum dos candidatos ao vestibular tem, nas mesmas doses, capital cultural, vivências de mundo e conhecimentos adquiridos; portanto, cada texto se constrói único.

A estrutura formal do gênero perpassa a quantidade de linhas e a divisão de suas partes, que devem ser escritas em prosa. O máximo de linhas é 30 e o mínimo varia de concurso a concurso, tendo, no vestibular da UERJ, de onde retiramos o *corpus* da pesquisa, um limite de 20 linhas exigido no edital. Já as partes que compõem o texto dissertativo-argumentativo são introdução, desenvolvimento e conclusão. Cada uma delas se constrói por meio de parágrafos, unidades de composição desse gênero (GARCIA, 2002).

Para Garcia (2002, p. 219), considera-se parágrafo-padrão aquele constituído

por um ou mais de um período, em que se desenvolve determinada ideia central, ou *nuclear*, a que se agregam outras, *secundárias*, intimamente relacionadas pelo sentido e logicamente decorrentes dela.

Na introdução, é necessário que se apresente o tema proposto. Nela, será feita uma contextualização, por meio de alusão histórica, trazendo um fato do passado de relevância para o tema base; por alusão cultural, trabalhando com letras de canções, filmes, séries; por citação de argumentos, desenvolvidos ao longo do texto; por *flashes*, que trazem palavras-chave que permeiam a temática; por alguma situação concreta de conhecimento público que explicita a questão central proposta pela banca. Em seguida, escrever-se-á a tese, com uma afirmação ou negação da temática apresentada ou, ainda, em forma de pergunta.

O desenvolvimento se constrói a partir de argumentos que sustentarão a tese elaborada na introdução. Criam-se dois ou três tópicos-chave, ideias nucleares capazes de responder ou consolidar, de forma objetiva, o que se apresenta como questão a ser argumentada. Cada um desses tópicos será trabalhado individualmente nos parágrafos de desenvolvimento. Prezam-

se, aqui, a construção do tópico frasal, a objetividade, a coerência e a unidade do parágrafo, evitando digressões impertinentes (GARCIA, 2002).

Após a elaboração do tópico frasal, passa-se à consolidação da argumentação, que, como nos ensina Garcia (2002) não se esteia apenas na consistência do raciocínio, necessita também de provas evidentes, possíveis sustentáculos da tese apresentada. Essa evidência como meio de prova da argumentação pode consolidar-se no parágrafo de desenvolvimento de cinco maneiras, de acordo com os apontamentos de Garcia (p. 381), “por meio de fatos propriamente ditos, os exemplos, as ilustrações, os dados estatísticos (tabelas, números, mapas, etc.) e o testemunho”. Cada um desses tipos assume relevância na sustentação dos argumentos, mostrando-se uma excelente estratégia argumentativa.

O uso de fatos como meio de prova é uma das formas mais eficazes de se obter êxito na argumentação. Quanto mais notório o fato, mais inquestionável se mostra. Cabe, entretanto, lembrar que “nem todos os fatos são irrefutáveis; seu valor de prova é relativo” (GARCIA, 2002, p. 382), pois estão sujeitos às evoluções e preconceitos. Assim, mesmo havendo certa relatividade, se esta for assim exposta, não se reduzirá a eficácia da argumentação (GARCIA, 2002).

Outro tipo de evidência são os exemplos. Representar o que se sustenta com situações determinadas muitas vezes possibilita argumentos consistentes. Na verdade, só se consegue enxergar claramente o ponto de vista de alguém quando este demonstra por meio de certos fatos aquilo que defende. O exemplo ratifica o que se afirma no tópico frasal, dando maior consistência à argumentação.

As ilustrações assumem papel semelhante ao exemplo. São estratégias que permitem levar à persuasão e ao convencimento. Garcia (2002) ensina que existem ilustrações hipotéticas e reais. As primeiras, apesar de estarem no mundo da invenção, “prescindem da condição de verossimilhança e de consistência, para não falar da adequação à ideia que se defende” (p. 382), mas alerta quanto ao seu valor como prova, que se mostra relativo, podendo até, em certos casos, ser visto como duvidoso. Já as ilustrações reais são mais persuasivas, portanto, mais eficazes que as hipotéticas. Nelas, geralmente, o que se vê são “episódios históricos ou obras de ficção, cujo enredo se pode então ligeiramente resumir” (p. 382).

Há, ainda, como tipo de evidência, os dados estatísticos. Bastante utilizados nas redações de vestibular, por muitas vezes os textos de apoio apresentarem dados que possam ratificar teses, são benquistos como prova de que a argumentação é consistente. Na verdade, quando se trabalha com dados estatísticos se faz uso de fatos específicos, capazes de ser

quantificados; no entanto, aqui também cabe a ressalva de que tais dados podem vir a constituir elemento de argumentação para teses opostas, o que permitirá chegar a conclusões divergentes (GARCIA, 2002).

Por fim, tem-se o testemunho. Nas redações de vestibular dificilmente o candidato que presta o exame consegue trazer esse tipo de prova para sustentar a argumentação. Como depende *ipsis litteris* de uma construção feita por terceiros, se não houver qualquer testemunho nos textos de apoio que permeiam tal exame, o candidato não conseguirá utilizá-lo para evidenciar a argumentação. Novamente, Garcia (2002) relativiza a eficácia do meio de prova, quando traz à baila a reflexão dos diferentes pontos de vista possíveis de existirem diante de um mesmo fato, mas avaliza o testemunho, apesar de falhas e vícios, como um recurso capaz de sustentar a argumentação.

Após a construção de argumentos consistentes, que se embasaram em fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos e em testemunhos, e ainda dentro do desenvolvimento, passa-se à necessidade de se opinar sobre o assunto discutido em cada parágrafo dessa espécie. O posicionamento deve-se impor para que seja devidamente avaliado, já que se está diante do texto dissertativo-argumentativo. A voz do candidato precisa aparecer. Não basta um tópico frasal, argumentos secundários capazes de corroborá-lo e recursos de evidência. É necessário se posicionar diante do tema proposto.

Como último constituinte formal do texto dissertativo-argumentativo tem-se a conclusão. Nela, é necessário que se retome a tese apresentada na introdução, resumam-se os argumentos trabalhados nos parágrafos de desenvolvimento, e, ao final, se possível, elucide o título, relacionando-o claramente à temática e à construção da argumentação.

A criação dessa estrutura formal não é fácil, principalmente quando os agentes são jovens recém-saídos do Ensino Médio ou que se encontram nesse estágio de formação. Conseguir êxito na forma, no entanto, não é muitas vezes suficiente para se sustentar pontos de vista. O aluno, para defender posicionamentos, opiniões por meio de argumentos eficazes, precisa ter trabalhado essa prática durante a vida escolar. Não dá para chegar ao final dos anos escolares e requerer do aluno eficiência na produção argumentativa quando não lhe foi ofertada essa atividade, que deveria ser cotidiana.

Defender que argumentar é função do aluno só no Ensino Médio é furtar desse indivíduo um mundo de possibilidades. Argumentar é parte da existência humana, o viver em sociedade precisa que a argumentação seja uma prática do dia a dia, “daí porque uma das funções básicas da escola é proporcionar aos alunos o desenvolvimento da argumentatividade em produções orais e escritas” (ALENCAR; FARIA, 2014, p. 145), não só no gênero que

aqui se discute. Assim, a argumentação ganha *status*, relevância, não apenas como um quesito do texto dissertativo-argumentativo; é muito mais que isso: deve, na verdade, ser tratada como essência, como propriedade da língua (DUCROT, 1989), conforme vislumbrado no próximo capítulo.

3. UM ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO

Todo conhecimento implica poder

Nietzsche

3.1 Argumentação e discurso

Argumentação é o resultado do processo desencadeado pelos diferentes atos de argumentar. Nesse viés, quando se vislumbra que a linguagem é uma “ação sobre o mundo dotada de intencionalidade” (KOCH, 2011, p. 15), acredita-se que a língua é caracterizada pela argumentatividade.

O conceito de argumentatividade está ligado à linguagem humana, ao observar o entendimento de que todos os enunciados produzidos numa língua são argumentativos. Essa visão é defendida por autores como Fiorin (2016) e Koch (2011), para citar alguns.

A relação intrínseca entre argumentatividade e linguagem humana é um postulado cunhado pelo linguista francês Oswald Ducrot. Para o autor (1987), devemos tratar a *teoria da argumentação* como um estudo das orientações semânticas de enunciados que apresentariam, além de um sentido atribuído à proposição na língua, um sentido advindo de seu uso.

Um primeiro componente, isto é, um conjunto de conhecimentos (*descrição semântica linguística de L*, ou, abreviadamente, *componente linguístico*) atribuiria a cada enunciado, independentemente de qualquer contexto, uma certa significação. Exemplificando: a A corresponde à significação A'. Caberia ao segundo componente (*o componente retórico*), considerando a significação A' ligada a A e as circunstâncias X nas quais A é produzido, prever a significação efetiva de A na situação X (p. 15)

Ducrot trabalha com duas noções complementares que são o “componente linguístico” e o “componente retórico”. Na primeira, é possível notar que o enunciado apresenta significado, sem qualquer menção à situação comunicativa. Já na segunda, pode-se perceber que a significação atribuída à proposição na língua é posta dentro de determinadas circunstâncias, situações de comunicação.

A título de ilustração, observe-se o enunciado *A criança chora muito*. Se atribuída a ele certa significação, sem a interferência de um contexto, diz-se que um ser humano de até doze anos chora à beça; se a esse enunciado, entretanto, acrescentar-se um componente retórico, introduzir-se-ão diferentes situações de comunicação: duas jovens conversando em

um restaurante, transeuntes ao lado de um funeral, uma mãe levando o filho à escola pela primeira vez, dando ao enunciado ilustrado diferentes sentidos.

A essas diferentes situações, o componente retórico atribuiria sentidos diversos, os quais Ducrot (1987) chamou “de significação efetiva”. Assim, o primeiro contexto criado poderia representar, por isso, a antecipação das jovens em pedir a conta no restaurante, deixando de apreciarem a sobremesa tão desejada por elas. No segundo contexto, o choro excessivo da criança poderia representar a perda de seus genitores, traduzindo aos passantes um sentimento de compaixão. Por fim, a última situação comunicacional permitiria que uma mãe, assustada com o choro demasiado de outra criança, entrasse com o filho na escola no primeiro dia de aula para facilitar a adaptação à nova realidade.

A partir dessas possibilidades de significação apresentadas diante de circunstâncias advindas dos enunciados em uso, Fiorin (2016, p. 15) afirma que Ducrot “incorpora a questão da retórica e da argumentação no domínio pragmático-semântico”, o que torna retórica sinônimo de pragmática e, com isso, acabando por privilegiar a noção de argumentação, que passa a ocupar lugar de prestígio na obra *L’argumentation dans La langue* (1988). Nesse viés, constata-se que o sentido de um enunciado tem como parte constitutiva a força argumentativa, pensamento defendido por Koch (2018, p. 29) quando sustenta que

é por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.

Assim, a noção de argumentação como um encadeamento de enunciados que leva a certa conclusão passa a ser defendida nesta obra, por Ducrot e Anscombre, que nos explicam que “um locutor produz uma argumentação quando ele apresenta um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) destinado a levar a admitir um outro (ou conjunto de outros) E2” (1988, p. 8). Dessa forma, o locutor orienta o destinatário a determinadas conclusões e não a outras.

Percebe-se, então, que, para se estudar a argumentação frente a essa visão, é de suma relevância a análise dos conectores, por serem ferramentas capazes de construir o sentido do enunciado e, portanto, produzirem orientação argumentativa. Nesse sentido, Koch e Elias (2017, p. 24) nos ensinam que

argumentação, portanto, é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, de um ponto de vista racional, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva.

A noção trazida por Ducrot e Anscombe permite o questionamento a respeito da argumentatividade dos discursos. Pode-se afirmar que todo discurso é argumentativo? Koch (2011, p. 17) defende que a “todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”, sendo a neutralidade apenas um mito, já que “o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade”.

No contexto, Bakhtin (1992, p. 316) observa que todo discurso se relaciona com outro, não havendo qualquer construção de enunciados indiferentes, por estarem cheios de “ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado numa esfera comum da comunicação verbal”. Representa, portanto, uma resposta a enunciados anteriores, ora refutando-os, confirmando-os, ou até os completando.

Dialogando com essa ideia, Fiorin (2016, p. 29) defende que

na medida em que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso, todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento. Todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso.

Assim, é possível constatar que o estudo da argumentação tem grande importância por permear os discursos presentes na língua e, nas palavras de Koch e Elias (2017, p. 47) “a intertextualidade é um expediente de que podemos nos valer na construção de argumentos”. Nesta dissertação, a argumentação é tratada como categoria textual e discursiva, sendo imprescindível discorrer sobre o ato de convencer e o ato de persuadir.

3.2 Argumentar: o ato de convencer e o ato de persuadir

O verbo *argumentar* adquiriu ao longo do tempo diferentes significados. Com os sofistas na Grécia Antiga, apresentava uma conotação mais negativa do que positiva, por terem como única preocupação vencer as discussões. Posteriormente, com a ampliação das sociedades democráticas, o ato de argumentar passou a se mostrar mais necessário, uma vez que, para se persuadir ou convencer o público, era necessário argumentar (FERNANDES, 2004).

Argumentar, então, significa raciocinar, discutir, questionar. Nas palavras de Garcia (2002, p. 380), “argumentar é, em última análise, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e

consistente”. Essa polissemia está atrelada ao fato de que o ato de argumentar é o “ato linguístico fundamental” (KOCH, 2011, p. 10); assim, argumenta-se o tempo todo no viver em sociedade. Para Koch (2011, p. 17),

a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões.

Os discursos produzidos envolvem intenções, logo as práticas sociais deles advindas, como as religiosas, políticas, científicas, jurídicas apresentam modos de dizer intencionais, por objetivarem alcançar determinado público. Busca-se, portanto, convencer e persuadir.

Apesar de esses dois termos parecerem significar o mesmo, existe uma linha tênue entre eles. Enquanto convencer traz em seu bojo o ideário de comunhão de ideias, isto é, ao buscar o convencimento espera-se que o outro pense em conformidade com o articulador; o termo persuadir, etimologicamente, refere-se à tentativa de mudar a atitude do outro. Nas palavras de Abreu (2003, p. 25),

convencer é construir algo no campo das ideias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir. Quando persuadimos alguém, esse alguém realiza algo que desejamos que ele realize.

Diante disso, é possível constatar que, na maioria das vezes, consegue-se o convencimento do outro, mas não a persuasão. Um fumante ilustraria muito bem essa afirmação. Pode-se até convencê-lo de que o cigarro faz mal à saúde, com relatórios médicos, estatísticas de câncer de pulmão e de boca, depoimentos de doentes em estado terminal, no entanto, apesar de convencido dos malefícios do cigarro, o indivíduo continuaria fumando, pois não foi persuadido.

Perelman e Tyteca (2000, p. 30) definem a persuasão e o convencimento como estratégias argumentativas diferentes: “persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação”. O ato de convencer faz uso unicamente de um raciocínio lógico, desta forma, baseia-se em provas objetivas, com foco em atingir a razão. Por outro lado, o ato de persuadir busca, por verossimilhança, construir argumentos capazes de tocar o sentimento do interlocutor. Percebe-se, com essas definições, que o convencimento está no campo da objetividade, enquanto a persuasão se filia ao caráter subjetivo.

3.3 Tradição retórica e contribuições da Nova Retórica

A Retórica nasceu na Grécia e espalhou-se por toda a Europa e, ainda hoje, tem relevância na construção de textos em geral (orais e escritos). Nas palavras de Fernandes (2004, p. 16), a “retórica é, pois, uma arte, cujo objectivo fundamental é expor as regras para bem dizer ou falar eloquentemente, ditando normas que capacitem o homem a falar em público e a levar os outros à persuasão”.

Influenciado pelo comportamento dos sofistas, que usavam a retórica para vencerem discussões sem se aterem à qualidade do conhecimento, importando-se, apenas, com a máxima do bem falar/discursar, tal arte sofreu severas críticas ao longo dos séculos e, até hoje, é vista com tom pejorativo. Weston (2009, p. 11), autor norte americano, demonstra que essa visão negativa também é vivenciada em outras línguas quando explica que

muita gente acha que as argumentações são desagradáveis ou inúteis. Uma das acepções que os dicionários dão para o termo ‘argumento’ é ‘disputa’. Nesse sentido, às vezes dizemos que duas pessoas “vivem argumentando”: enfrentando-se em pugilato verbal. Isso é comum. Mas argumentar não é exatamente isso.

Quem viu importância nas técnicas ensinadas pelos retóricos foi Aristóteles, em sua Retórica, em que, ao introduzir a importância da personalidade do orador para persuasão do auditório, buscou alicerces no raciocínio dialético para basear a argumentação. O auditório passa a ser tratado não só como espaço físico dos debates, mas também a partir de uma perspectiva retórico-discursiva.

Aristóteles escreveu três livros: o primeiro centra na figura do orador, na maneira como constrói os argumentos, seu *éthos*; o segundo foca no ouvinte, na atitude do receptor diante dos argumentos, formando o *páthos*; e o terceiro, o *lógos*, liga-se ao discurso, em como são expressados os argumentos. Assim, para Aristóteles, a retórica é vista como a “arte do discurso eficaz”, porque tem como objetivo persuadir: o discurso está sempre voltado para o outro.

Fernandes (2004) nos apresenta Sêneca (Século I d.C.) e o Bispo de Sevilha como nomes referendados pela tradição retórica na Península Ibérica. Já caminhando para a Idade Média, vê-se que, em Portugal, a Retórica passa a ser ensinada nas escolas como um complemento do ensino de Gramática. Assim, constitui-se, segundo Faraco (2017), o currículo medieval, em que as disciplinas Gramática, Retórica e Lógica formavam o *trivium*.

Ainda sobre Portugal medieval, Fernandes (2004, p. 17) destaca que a Retórica passou a ferramenta dos “oradores que usavam a palavra para divulgar a fé”, mostrando-se uma forte

aliada aos discursos religiosos. Também esteve presente no Renascimento, com os humanistas, ensinando nas escolas a arte do bem falar, porém com o objetivo de formar um estilo em constante aperfeiçoamento, perdendo, assim, seu caráter pragmático (FERNANDES, 2004).

Com as reformas pombalinas, houve mudanças no currículo escolar: o ensino começou a se fazer em língua materna, e não mais no latim (FARACO, 2017), o que no século seguinte, juntamente com o Romantismo, concepção centrada na “guerra à retórica, paz à gramática” (FERNANDES, 2004, p. 17), desencadeou, em Portugal, um cenário antirretoricista, acabando por culminar com a abolição da Retórica como disciplina escolar. A retirada dessa cadeira influenciou documentos pós-independência brasileiros, que tratavam de educação, colocando o ensino de Gramática em evidência (FARACO, 2017).

A Retórica desapareceu do currículo escolar, como disciplina obrigatória; suas técnicas de raciocínio, no entanto, continuaram em uso, porque debater, discutir é comportamento social necessário para se viver em um regime democrático. No século XX, a Nova Retórica reformulou essas técnicas, beneficiadas por estudos de outras áreas de conhecimento como a Linguística, mas sem perder a essência aristotélica, sempre em prol de uma argumentação mais eficaz.

Perelman e Tyteca (2000) nos propõem um estudo da argumentação voltado para a estrutura, conservando da retórica tradicional a ideia de auditório, que, segundo eles, é evocada toda vez que se pensa em um discurso. Na Nova Retórica, o exame da argumentação não se limita ao discurso oral, mas dá ênfase à análise de textos impressos, devido a relevância que possuem na atualidade. Logo, “a ideia que temos do objeto de nosso estudo excede largamente o da retórica clássica” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 7).

Nesse sentido, é dada grande importância ao orador e ao seu auditório por permitirem o desenvolvimento da argumentação que só é possível, de fato, se “aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 20). Assim, “como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 21). O orador, então, tem consciência do público que objetiva persuadir com seu discurso, portanto, uma construção sistematizada.

Tal constatação feita pelos autores nos faz questionar a forma como se estrutura o ensino de argumentação nas escolas brasileiras, que muitas vezes se reduz apenas ao gênero dissertativo-argumentativo, requerido nos vestibulares e concursos públicos nacionais. Essa redução conceitual apresenta dois pontos sobre os quais cabe reflexão.

O primeiro relaciona-se a uma questão formal, objetiva: abandona-se o conceito de auditório, cunhado por Aristóteles e aprimorado pela Nova Retórica, quando o aluno se depara com a obrigatoriedade de argumentar para um leitor indeterminado e, em algumas situações até inexistente, fato esse que permite ao aluno construir discursos artificiais, pouco argumentativos, por desconhecimento do auditório, violando a máxima de que “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 23).

O outro ponto está no plano do conteúdo. O aluno tem certeza de que não sabe argumentar, pois a escola se esquece de elucidar que “troca de ideias, tomada de posição, discussão, tudo isso tem a ver com argumentação” (KOCH; ELIAS, 2017, p. 9), ou seja, no dia a dia como estudante, suas produções, tanto orais quanto escritas, são argumentativas. Assim, “na escola, argumentamos num seminário ou numa prova, mas também numa mensagem endereçada a um professor para justificar uma ausência ou, ainda, num requerimento para revisão de nota ou trancamento de matrícula” (KOCH; ELIAS, 2017, p. 10).

Diante dessa inércia, fazemos o aluno crer que apenas quando escreve textos dissertativo-argumentativos produz argumentação em sala de aula. A noção de que argumentar é um ato extremamente difícil e distante da realidade do aluno é consolidada pela relação cada vez mais frequente de que se argumenta só no gênero textual em questão. Esse equívoco dificulta uma reflexão a respeito das estratégias capazes de aprimorar a argumentação, o que conseqüentemente contribui para a disseminação do discurso de senso comum.

Assumir essa posição significa que algumas técnicas argumentativas precisam ser trabalhadas pelos professores, a fim de que os alunos aprendam a pensar por si próprios, ampliando a capacidade de defender os pontos de vista com responsabilidade. É imprescindível, portanto, como ponto de partida que estudemos a construção do argumento, enxergando-o não apenas como um meio de investigação, mas também como forma de explicar e defender as conclusões enunciadas.

3.4 Construção do argumento

Garcia (2002, p. 380) ensina que “a argumentação deve basear-se nos sãos princípios da lógica”. Assim, para se construir um argumento é necessário haver clareza e objetividade, resultados do pensamento lógico. Para o autor, é preciso fornecer ao aluno “os meios de

disciplinar o raciocínio, estimular-lhe o espírito de observação dos fatos e ensiná-lo a criar ou aprovisionar ideias: ensinar, enfim, a pensar” (p. 301).

Diante disso, há relevância no processo de construção do argumento por ser ele o marcador da posição do sujeito, imprescindível à argumentatividade. Perelman e Tyteca (2000, p. 211-212) analisam a estrutura dos argumentos isolados. Apresentam, no entanto, a ressalva de que “a análise do elo da argumentação, fora do contexto e independentemente da situação em que ele se insere, apresenta inegáveis perigos”. Mesmo assim, defendem o uso desses esquemas de argumentos por representarem generalidades, uma vez que “os casos particulares examinados servem apenas de exemplos, que poderiam ser substituídos por mil outros”.

Os argumentos trazidos pelos autores se classificam em dois tipos: os que se valem dos processos de ligação, aproximando elementos distintos e estabelecendo entre eles uma solidariedade capaz de estruturá-los e/ou valorizá-los; e os que se caracterizam pelo processo de dissociação, separando e desunindo elementos de um todo ou “um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 215). Vale mencionar que os dois processos são complementares e funcionam conjuntamente, porém será o orador a dar a ênfase ao esquema que melhor lhe favorecerá. Nas palavras dos autores (p. 215),

as duas técnicas são complementares e sempre operam conjuntamente; mas a argumentação que promove a modificação do dado pode enfatizar a ligação ou a dissociação que está favorecendo, sem explicitar o aspecto complementar que resultará da transformação buscada. Às vezes os dois aspectos estão simultaneamente presentes na consciência do orador, que se perguntará para qual deles é melhor chamar a atenção.

Apesar da complementaridade dos processos de ligação e dissociação, devem-se analisar esquemas argumentativos de ambas as espécies. Em relação aos processos de ligação, percebe-se que estão na base da construção de argumentos quase-lógicos; argumentos baseados na estrutura do real; e os argumentos que fundam a estrutura do real (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 216).

Os argumentos quase-lógicos são assim chamados porque são comparáveis a raciocínios formais, quanto à estrutura, mas não apresentam conclusões logicamente decorrentes das premissas apresentadas (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 219-221). Assim, argumentação e formas de demonstração aparecem separadas, enquanto a primeira liga-se à retórica, a segunda à lógica, o que permite, dessa forma, a caracterização de argumentos quase-lógicos. Defendem os autores (2000, p. 214) que contrariamente ao que se passa em

uma demonstração na qual os procedimentos demonstrativos ocorrem no interior de um sistema isolado, a argumentação se caracteriza por uma interação constante entre todos os seus elementos.

Tal tipo de argumento é utilizado constantemente pelas pessoas e seu uso não significa que elas não sabem formular raciocínios lógicos. Fiorin (2016, p. 116) sustenta que o argumento quase lógico “é um argumento de que nos valem todos quando falamos de coisas possíveis, plausíveis, prováveis, mas que não são necessárias do ponto de vista lógico”.

Perelman e Tyteca (2000) para analisar argumentos quase-lógicos, defendem algumas técnicas argumentativas capazes de formá-los como: a tautologia, a definição, a comparação, a reciprocidade, a transitividade, a inclusão da parte no todo, a divisão do todo em suas partes e a regra da justiça. Tais argumentos, conforme os autores, fundam-se no princípio lógico da identidade. Trazem também a autofagia, que se baseia no princípio da não contradição.

Iniciando o estudo dos argumentos fundados no princípio da identidade, tem-se a tautologia. Na lógica, os juízos tautológicos são aqueles em que o sujeito e predicado remetem ao mesmo referente. Na argumentação, no entanto, “sujeito e predicado têm significados diferentes e, portanto, remetem a referentes diversos” (FIORIN, 2016, p. 117), mesmo que aparentemente as proposições sejam iguais. Percebe-se, com isso, que “a tautologia argumentativa é um argumento quase-lógico” (FIORIN, 2016, p. 117). Nesse sentido, Perelman e Tyteca (2000, p. 246) admitem que

a fórmula de identidade nos introduz na via de uma diferença, mas não especifica para o que deve canalizar-se nossa atenção. Ela não passa de uma maneira formal do procedimento que consiste em valorizar positiva ou negativamente alguma coisa com um pleonasma.

Outra técnica de argumentação quase-lógica é a definição. Fiorin (2016, p. 118) deixa claro que “definir é estabelecer uma relação de equivalência que visa a dar sentido a um dado termo”. Sustenta o autor que não existe uma única maneira de definir um objeto, portanto, as definições são consideradas argumentos quase-lógicos. Como não há uma forma unívoca de definição, é feita uma escolha: “seja ela apresentada como óbvia ou seja ela defendida por argumentos, a definição utilizada é considerada expressão de uma identidade” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 243).

Segue-se a análise dos argumentos quase-lógicos com a comparação. Os argumentos construídos por meio dessa técnica não levam em conta as características e as funções do objeto em si, mas de outro objeto mais conhecido, estabelecendo as semelhanças entre eles. Fiorin (2016) ressalta o papel pedagógico das comparações, pela dificuldade de muitas

peças de imaginar tamanhos, valores e medidas. Nas comparações, subjaz a ideia de medição, independente de poder se realizar efetivamente a medida, por isso considerados quase-lógicos os argumentos de comparação (PERELMAN; TYTECA, 2000).

Os argumentos de reciprocidade, por outro lado, baseiam-se na identidade mútua, ou seja, “aplicam o mesmo tratamento a duas situações correspondentes” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 250). Explica Fiorin (2016, p. 126) que

todos os argumentos que pedem ao interlocutor para colocar-se no lugar de alguém dizem respeito ao princípio da reciprocidade, pois o que se pretende é mostrar que, se o enunciário estivesse no lugar de outro (do enunciatador ou de uma terceira pessoa) não agiria diferentemente.

A transitividade como técnica de argumentação baseia-se na lógica matemática das relações transitivas ($a = b$, $b = c$, logo, $a = c$). Perelman e Tyteca (2000, p. 257) ensinam que “a transitividade de uma relação permite demonstrações em forma, mas quando a transitividade é contestável, ou quando sua afirmação exige adaptações, precisões, o argumento de transitividade fica com estrutura quase-lógica”.

Os próximos argumentos são o da inclusão da parte no todo e o da divisão do todo em suas partes. Neste, atribui-se uma propriedade de uma ou de cada parte ao todo, sendo que o que vale para as partes vale para o todo. Naquele, considera-se uma parte detentora das mesmas características do todo, valendo para o todo o que vale para as partes (FIORIN, 2016).

A próxima técnica de argumentação examinada é a da Regra de justiça. Nela, objetiva-se a aplicação de um tratamento semelhante a seres ou a situações presentes numa mesma categoria (PERELMAN; TYTECA, 2000). A questão levantada, quando se requer a aplicação da Regra de justiça, é a de que dificilmente se consegue mostrar a semelhança de duas situações ou de dois objetos por sempre diferirem em algum aspecto. No caso, é necessário

decidir se as diferenças constadas são ou não irrelevantes ou, em outros termos, se os objetos não diferem pelas características que se consideram essenciais, isto é, os únicos a serem levados em conta na administração da justiça (Perelman e Tyteca, 2000, p. 248).

Por fim, ainda dentro dos argumentos quase lógicos, mas agora respaldado pelo Princípio da não contradição, tem-se a autofagia, que é “um argumento que tende a mostrar que o ato empregado para atacar uma regra é incompatível com o princípio que sustenta esse ataque” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 231). Como autofagia significa “ato de devorar a si mesmo”, um argumento autofágico é aquele que se autodestrói pela incompatibilidade entre a proposição e as consequências resultantes do próprio ato.

Passe-se, agora, a analisar os argumentos baseados na estrutura do real. Perelman e Tyteca (2000, p. 297) iniciam sua explanação diferenciando estes argumentos dos quase lógicos anteriormente estudados.

Enquanto os argumentos quase lógicos têm pretensão a certa validade em virtude de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos estreita existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas, os argumentos fundamentados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover.

Assim, os argumentos fundamentados na estrutura do real são encontrados no uso comum. Fiorin (2016, p. 149) conceitua tais argumentos como “aqueles baseados em relações que nosso sistema de significação considera existentes no mundo objetivo”. Esses argumentos serão examinados aqui a partir da divisão e da classificação feita por Perelman e Tyteca (2000), que os dispõem em dois blocos: os que se aplicam a ligações de sucessão e os que se aplicam a ligações de coexistência.

Dentro do primeiro bloco, a argumentação é construída por meio do vínculo causal e pelas relações de sucessão, baseadas no argumento do desperdício, no da direção e no da superação. Estes últimos diferem da argumentação por causalidade, pois “se referem à sucessão dos acontecimentos, das situações, de uma maneira que, sem excluir necessariamente a ideia de causalidade, não a coloca no primeiro plano” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 317).

Na causalidade, argumenta-se expondo as causas dos acontecimentos, no entanto, “um mesmo fenômeno apresenta uma multiplicidade de causas” e será o enunciador que escolherá qual delas favorecerá sua argumentação (FIORIN, 2016, p. 152), o que corrobora os efeitos argumentativos do vínculo causal.

Nas relações de sucessão com o argumento do desperdício, volta-se ao passado, evitando a renúncia de algo que já se iniciou para se evitar desperdiçar esforços prestados. Nas palavras de Perelman e Tyteca (2000, p. 317),

o argumento do desperdício consiste em dizer que, uma vez que já se começou uma obra, que já se aceitaram sacrifícios que se perderiam em caso de renúncia à empreitada, cumpre prosseguir na mesma direção.

Com o argumento da direção, foca-se no futuro. Há certo conservadorismo em utilizá-lo, como demonstram Perelman e Tyteca (2000, p. 321), quando explicam que esse argumento “consiste, essencialmente, no alerta contra o uso do procedimento das etapas: se você ceder esta vez, deverá ceder um pouco mais da próxima e sabe Deus aonde você vai parar”. Fiorin (2016, p. 169) resume bem o argumento da direção, ao dizer que incide “em rejeitar alguma

coisa, porque ela desencadeará uma reação em cadeia, uma perda de controle, uma consequência indesejada”.

Por último, há o argumento da superação, que insiste “na possibilidade de ir sempre mais longe, num certo sentido, sem que se entreveja um limite nessa direção, e isso com um crescimento contínuo de valor” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 327). Volta-se para o futuro também, mas agora “cada conquista é um trampolim para alcançar um estágio superior; é um meio para atingir um estado mais perfeito” (FIORIN, 2016, p. 169).

No segundo bloco, há as ligações de coexistência que relacionam duas realidades de nível desigual: uma essência com suas manifestações, ou seja, uma pessoa com seus atos. Nesse sentido, Perelman e Tyteca (2000, p. 337) sustentam a independência relativa das noções de ato e de pessoa.

Os termos da relação *ato-pessoa* são assaz independentes para permitir, quando preciso, a utilização de cada um deles isoladamente, e são suficientemente ligados para que sua intervenção conjunta caracterize domínios inteiros da vida social.

Assim, a interação entre o ato e a pessoa faz surgir o argumento *ad hominem*, que é considerado como uma espécie de falácia. Fiorin (2016) nos ensina que esse argumento é falacioso porque não há como se comprovar que atacando os atributos do argumentador se transformarão em falsas ou incorretas as suas proposições. Essa técnica de argumentação confronta a pessoa com seus atos e é utilizada em certos casos quando não se têm provas suficientes ou eficientes para se sustentar um argumento.

A relação entre o ato e a pessoa também permite criar o argumento de autoridade fundado no prestígio. Esse argumento “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 348). E, ainda, “quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 351). No contexto, Fiorin (2016, p. 176) divide as autoridades em dois tipos: “a da ordem do saber (o perito ou especialista) e a do domínio do poder (aquele que exerce comando sobre outros)”.

Como último integrante dos esquemas de ligação, há os argumentos que fundam a estrutura do real, por serem considerados modos de organização da realidade. Esse grupo é representado pelos argumentos indutivos, cujo fundamento é um caso particular; e pelo raciocínio analógico, baseado na experiência e encarado como “uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B assim como C está para D” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 424).

Para sustentar os argumentos indutivos, tem-se o exemplo, a ilustração e o modelo. Tais autores (2000, p. 407) diferenciam os dois primeiros.

Enquanto o exemplo era incumbido de fundamentar a regra, a ilustração tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostram o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis, aumentam-lhe a presença na consciência.

O conceito de modelo é apresentado por Fiorin (2016, p. 189) como “uma personagem ou um grupo humano com quem se procura criar uma identificação, que merece ser imitada”. Assim, para que haja imitação, o valor da pessoa ou grupo deve ser reconhecido previamente: “não se imita qualquer um; para servir de modelo é preciso um mínimo de prestígio” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 414).

No raciocínio analógico há, como já dito, uma relação entre quatro termos que permite, ao se admitir uma tese, transpô-la de um campo particular, conhecido, para outro a que se pretende conhecer ou fazer-se conhecer. Para Fiorin (2016, p. 191), “esse argumento tem forte poder persuasivo, pois, nele, utiliza-se o que é conhecido para entender o que não se conhece, transpõe-se o que é válido num domínio para o outro”.

Por fim, há os argumentos que se caracterizam pelo processo de dissociação. Fiorin (2016, p. 193) explica que “enquanto os argumentos estudados até agora associam noções, os argumentos por dissociação separam ideias que aparecem em pares hierarquizados”. Aqui, não há “ligações argumentativas que tornam respectivamente solidários elementos que podiam de início ser considerados independentes” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 467), mas mostra que ligações que antes eram consideradas aceitas, presumidas ou desejadas não existem, “porque nada permite constatar ou justificar a influência que certos fenômenos examinados teriam sobre aqueles que estão em causa e porque, em consequência, é irrelevante levar-se em consideração os primeiros” (PERELMAN; TYTECA, 2000, p. 467).

Diante disso, cabe analisar a relação de aparência e de realidade que se mostra bastante presente como estruturas argumentativas na dissociação de noções. Muitas argumentações são formuladas a partir de elementos indevidamente associados que a técnica “aparência-realidade” desconstrói. Usa-se um argumento para “desvelar a essência”, a fim de elucidar a enganação da aparência, dissociando, assim, o real do aparente (FIORIN, 2016).

Percebe-se, com esse estudo, a relevância das técnicas argumentativas na construção do argumento. Compreendê-las é fundamental na autoria de produções escritas e orais, como, na função de destinatário de discursos em geral. Argumentamos a todo instante, e ter isso em

mente propicia maior reflexão sobre nossas práticas argumentativas e sobre os efeitos que podemos causar nos outros.

4. MODALIZAÇÃO: MARCA LINGUÍSTICA DA ARGUMENTAÇÃO

O homem é apenas metade de si mesmo; a outra metade é a sua expressão.

Mattoso Camara Jr.

4.1 Modalização como estratégia argumentativa

A modalização, nesta pesquisa, é tratada a partir da concepção argumentativa da língua, estudada no capítulo anterior. Modalização, então, configura-se como um fenômeno da linguagem capaz de expressar um julgamento do falante sobre o conteúdo da proposição. Castilho e Castilho (2002, p. 201) nos ensinam o que é considerado proposição em nossa língua e como a modalização se apresenta diante deste componente linguístico:

A gramática tradicional reconhece dois grandes componentes na sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado (= *dictum*), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo da forma de P, de acordo com o julgamento do falante (= *modus*).

Quando se fala de modalização como estratégia argumentativa, pensa-se que é por essa marca linguística que o falante/escritor expõe o seu posicionamento, com o escopo de convencer ou persuadir seu interlocutor. Assim, constata-se que, quando esses agentes do discurso constroem suas argumentações, não são inocentes nas manifestações que endossam, há a assunção de posição, uma vez que expressam opiniões, pontos de vista. Na verdade, como defende Koch (2011), qualquer produção de enunciado na língua é fundamentalmente argumentativa, e, diante disso, não existe manifestação linguística não modalizada, daí a relevância deste estudo.

Nas palavras da autora (2011, p. 21),

partindo do postulado de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, adota-se a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico não só de coesão, mas, principalmente, de coerência textual.

Não se pretende aqui fazer uma diferenciação entre os termos modalidade e modalização, conforme propõem os estudos da linguística sistêmico-funcional (FUZER;

CABRAL, 2014). Nesta dissertação, tais estratégias serão tratadas como sinônimos, uma vez que qualquer de seus usos vai demonstrar “sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai vincular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo etc” (CASTILHO; CASTILHO, 2002, p. 201).

Pinto (1994) ensina que o fenômeno da modalização se constrói por meio de operadores enunciativos que objetivam determinadas intenções comunicativas. Emissor e receptor assumem papéis que estabelecem a realização de um fazer de ordem comunicacional, cognitiva e persuasiva. Os enunciados, então, são afetados pela modalização que permite ao emissor e ao receptor certos papéis e fazeres, diante das escolhas produzidas e muitas vezes ritualizadas entre tais sujeitos.

Na modalização é possível perceber o que o sujeito, seu locutor, pretende com a manifestação, qual o ponto de vista sustentado sobre aquilo que se enuncia. Nesse sentido, as atitudes e as intenções do falante são reveladas. E isso se concretiza por meio de marcas linguísticas como advérbios ou locuções adverbiais, tempos e modos verbais, expressões predicativas (é + adjetivo), a presença de certos auxiliares (dever e poder) que propiciam, de acordo com Koch (2011, p. 33), “um verdadeiro ‘retrato’ de sua enunciação”. Castilho e Castilho (2002) ainda trazem como recursos linguísticos que movimentam a modalização, além dos já mencionados, a prosódia, com alongamentos vocálicos e mudança de tessitura, e os sintagmas preposicionados em função adverbial.

Koch (2018, p. 51) amplia as possibilidades de recursos capazes de construir a modalização, quando apresenta as “construções de auxiliar + infinitivo [ter de + infinitivo, precisar (necessitar) + infinitivo, dever + infinitivo, etc.]; orações modalizadoras (tenho certeza de que..., não há dúvida de que..., há possibilidades de..., todos sabem que..., etc.)”. Ainda dentro da construção da modalização, Fiorin (2000, p. 180) entende que “as modalidades podem ser expressas por meios lexicais ou por meios gramaticais. Todas as palavras lexicais podem expressar modalidade”.

Assim, nota-se a importância da modalização quando se constrói um texto, porque tudo que se defende está relacionado ao ponto de vista daquele que expõe o conteúdo. A maneira como os enunciados são construídos, isto é, os recursos linguísticos utilizados evidenciam as intenções daquele que quer convencer e interferem nas ações do receptor. Dessa forma, o fenômeno da modalização expressa um julgamento do falante sobre o conteúdo do que se enuncia. Os modalizadores, então, acabam por indicar intenções, avaliações, atitudes do locutor no que diz respeito ao seu discurso.

Koch (2011, p. 84) ressalta que

ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais).

Nesse contexto, o uso de modalizadores argumentativos relaciona-se diretamente com o grau de engajamento do indivíduo que está promovendo o discurso. Segundo Koch (2011), a modalização como estratégia argumentativa possibilita que o falante assumira diversos posicionamentos diante do enunciado. Como consequência, é possível se determinar o grau de engajamento com relação ao que é dito e definir o grau de tensão que se estabelece entre emissor e receptor, percebendo, assim, pistas do que o autor objetiva alcançar com o seu ato de fala.

4.2 Natureza da modalização

Castilho e Castilho (2002) classificam os modalizadores em três grupos: epistêmicos, deônticos e afetivos. Os autores focam na modalização construída por meio de advérbios. A análise se faz a partir das ocorrências adverbiais, passíveis de verbalizarem a atitude do falante diante da proposição criada por ele. Dentro dessa tríade, os autores ainda se permitem fazer uma subdivisão. Aos modalizadores epistêmicos são apresentados três subtipos: asseverativos, quase asseverativos e delimitadores; e aos afetivos, apenas dois: subjetivos e intersubjetivos.

Já Koch (2018) faz uma divisão entre indicadores modais ou índices de modalidade, que abarcariam a natureza epistêmica e a deôntica; e os indicadores atitudinais ou índices de avaliação e de domínio, nos quais se pode ver a natureza avaliativa afetiva. Nos primeiros, acrescenta-se ao conteúdo proposicional a indicação da modalidade que deverá formar a interpretação do enunciado. Nos últimos, vislumbra-se a “atitude ou estado psicológico com que o locutor se representa diante dos enunciados que produz” (KOCH, 2018, p. 53). Nessa análise, diferentemente da anterior, foram levadas em consideração marcas linguísticas além das expressões adverbiais.

Neves (2011) analisa a natureza dos modalizadores levando em consideração diferentes classes como a dos verbos, dos adjetivos e dos advérbios. A autora trabalha, também, com a natureza epistêmica ou asseverativa, deôntica e afetiva ou atitudinal, como os outros autores, porém acrescenta uma quarta, que denomina delimitadora ou circunscritora, por

existirem recursos linguísticos que balizam o ponto de vista diante da interpretação de verdade de uma asserção. Assim, diferentemente de Castilho e Castilho (2002), que incluem como subclasse da natureza epistêmica os delimitadores, Neves (2011) os traz como uma espécie autônoma de modalização.

Cabe, no entanto, apontar que Neves (2011) também apresenta, em sua teoria, subdivisões dentro da natureza dos modalizadores. Diante da epistêmica, divide a asseveração propiciada pelos advérbios em positiva, negativa e relativa; e, quando do estudo da natureza afetiva, mostra haver modalizadores que manifestam “reações emotivas”, chamando-os de afetivos subjetivos, e outros que podem envolver “um sentimento que se defina pelas relações entre falante e ouvinte”, nomeando-os como afetivos interpessoais (p. 253).

Na dissertação, analisar-se-ão os operadores modais presentes em redações de vestibular da UERJ, segundo a abordagem teórica de Neves (2011). Além dos advérbios modalizadores, colheremos desse *corpus* mecanismos de modalização constituintes de outras classes gramaticais. Tal análise servirá para verificar o grau de engajamento e visão crítica dos candidatos, uma vez que é por meio da modalização que se pode vislumbrar muitas das vezes a consolidação da argumentação. Assim, as classificações da modalização vão implicar, por meio da função semântica que possuem, a intenção comunicativa dos candidatos diante da tese defendida, uma vez que a escolha dos elementos modais marca a maneira como se quer dar relevância ao ponto de vista.

4.2.1 Modalização epistêmica

A modalização epistêmica é construída por mecanismos que expressam crença, opinião, expectativa diante de uma asserção (NEVES, 2011). Tal espécie apresenta uma avaliação quanto ao valor de verdade do enunciado por parte daquele que se manifesta. Ao se analisarem os modalizadores epistêmicos, percebemos que esses elementos linguísticos aparecem no texto quando o locutor valora uma proposição, avaliando-a como verdade ou eventualidade, que podem ser marcados por diversos recursos léxico-gramaticais.

A importância dessa espécie de modalização é evidenciada por Koch (2011) quando afirma existir nos enunciados uma dimensão epistêmica suplementar, que se configura na opinião ou no saber, e nunca nos dois campos simultaneamente. A autora (p. 81), todavia, faz uma ressalva.

No entanto, os textos que não apresentam marcas destas modalidades não são neutros do ponto de vista epistêmico, podendo sempre ser lidos ou sob o modo da opinião ou sob o modo do saber; há, portanto, duas leituras possíveis, conforme a modalidade julgada dominante na produção do texto, que habitualmente não é percebida, de modo que o texto produzido permanece ambíguo: ou a enunciação pertence a um discurso autoritário (eu sei, portanto, é verdade) ou a um discurso de tolerância (eu creio, portanto, é possível).

Neves (2011) apresenta o fenômeno da modalização epistêmica dentro dos verbos, dos adjetivos e dos advérbios. Alguns verbos trabalham como modalizadores indicando especialmente natureza epistêmica, quando trazem a noção de necessidade (dever) e possibilidade (poder). Os enunciados formados a partir de tais construções demonstram a força argumentativa dos auxiliares que acabam, pela relevância da função que exercem, conhecidos como “auxiliares modais” (KOCH, 2011, p. 84).

Os adjetivos, quando qualificadores, podem expressar certos valores semânticos, como conhecimento ou opinião daquele que manifesta o enunciado, concretizando ocorrências de modalização epistêmica. Neves (2011) divide esses adjetivos em dois grupos, um capaz de propiciar certeza ou asseveração (óbvio, claro, evidente) e outro que permite a eventualidade (possível, impossível, provável). Na maioria das vezes, esses adjetivos aparecem como construções predicativas cristalizadas (é claro, é certo, é provável), que camuflam, numa visão superficial, o sujeito por trás da manifestação. O uso de tais predicados, nas palavras de Parret (1988, p. 75), “faz parecer o seu discurso não como sendo o discurso de um sujeito, mas como o enunciado das relações necessárias entre as coisas, apagando assim as marcas de enunciação”.

Os advérbios também são analisados por Neves (2011) pelo prisma da modalização epistêmica. Aqui, a autora trabalha com a noção de asserção e subdivide essa espécie de advérbios modalizadores em asseverativos afirmativos, asseverativos negativos e asseverativos relativos. Nos afirmativos, o conteúdo é apresentado como um fato, reforçado pelo advérbio, não cabendo dúvida por trabalhar no âmbito do fato. Assim, construções como “reconhecidamente”, “incontestavelmente”, “obviamente”, “certamente”, “realmente” marcam a verdade da asserção diante do saber do emissor, por isso sua natureza epistêmica.

Já nos asseverativos negativos, a noção muda para o âmbito da contrafactualidade, pois o falante tem certeza de que aquele fato não ocorreu. As expressões “de jeito nenhum” ou “de forma alguma”, trazidas por Neves (2011, p. 247), confirmam tal negação. Nesse sentido, como também se está diante da dimensão do saber, fica claramente evidente a natureza epistêmica dessa modalização.

Há, ainda, os asseverativos relativos, que permeiam o âmbito da eventualidade, por trabalhar com a crença do emissor, permitindo o não compromisso com a verdade. Com isso,

Neves (2011, p. 247) sustenta haver “baixo grau de adesão ao enunciado, criando um efeito de atenuação”. Para se construir uma asserção que não se comprometa com a verdade, o emissor pode fazer uso de advérbios como “talvez”, “provavelmente”, “eventualmente”, “possivelmente”. Ressalta que a maneira como se estrutura esses enunciados pode apresentar a diferença no grau de probabilidade conferido pelo emissor, acrescentando, então, as formulações mais comuns de se marcar menos ou mais certeza.

Marca-se maior incerteza, de acordo com Neves (2011, p. 247), “o emprego do subjuntivo ou do futuro do pretérito, além do emprego de outras marcas de eventualidade, como por exemplo, um verbo auxiliar modal: *Agora aqui há um sossego cinzento e frio que **TALVEZ** seja meio triste, mas me faz bem*”. De outro lado, denota-se maior grau de certeza ou de probabilidade no emprego do modo indicativo como no exemplo trazido pela autora “*Ela, **PROVAVELMENTE**, nem se lembra deles*”.

É possível perceber, portanto, diante da conceituação apresentada, que a modalização epistêmica permite ao emissor dois efeitos de sentido distintos. Quando se está diante de uma necessidade epistêmica, demonstra conhecimento do que está sendo enunciado, manifestando alto grau de adesão. Já quando se depara com modalizadores de possibilidade epistêmica, há menor grau de adesão, uma vez que o emissor acredita na veracidade do conteúdo apresentado, mas não se pode comprometer com essa verdade (CASTILHO; CASTILHO, 2002). Nas palavras de Koch (2011, p. 85), “o recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito”.

4.2.2 Modalização deôntica

Na modalização deôntica, o emissor apresenta seu enunciado como algo que precisa necessariamente ocorrer (NEVES, 2011). Aqui, não é mais a veracidade nem as condições de verdade do conteúdo que importam, mas uma obrigação de alguém. Desta forma, essa espécie de modalização aparece, segundo Castilho e Castilho (2002, p.207), “quando o falante deseja atuar fortemente sobre o interlocutor”.

O fenômeno da modalização deôntica pode apresentar-se por meio de verbos, adjetivos e advérbios (NEVES, 2011). Os verbos ajudarão a modalizar os enunciados, por

poderem indicar obrigatoriedade e permissão, atribuindo uma noção de futuridade (LYONS *apud* CASTILHO; CASTILHO, 2002). Assim, constrói-se a modalidade deôntica voltada para a obrigação, quando algo necessariamente tem de acontecer, como no exemplo trazido por Neves (2011, p. 62), “*Bentinho, amanhã **TENHO QUE** romper as estradas para Piranhas*”. A forma verbal pode indicar ainda permissão, como no exemplo “*É Bento? **PODE** entrar, menino*” (NEVES, 2011, p. 62).

Diante dos adjetivos qualificadores, tal modalidade também se constrói. Os adjetivos como modalizadores deônticos vão exprimir consideração de necessidade por haver obrigatoriedade de algo (NEVES, 2011). Diante disso, expressões cristalizadas como “é necessário” e “é obrigatório” são usadas, enfatizando o ponto de vista do emissor do enunciado que considera o que está sendo dito como algo imprescindível de acontecer.

Neves (2011, p.189) traz exemplos de manifestações em que os adjetivos apresentam função deôntica: “*É **NECESSÁRIO** que o plano seja organizado tendo em vista o efetivo desenvolvimento nacional*”, “*Para que um instrutor possa realizar um trabalho bom, é **IMPRESINDÍVEL** que já tenha sido nadador*”, “*O ensino primário é **OBRIGATÓRIO***”, “*Íamos e voltávamos a Niterói – era o passeio **OBRIGATÓRIO** e enfadonho de todos os domingos*”. Apesar de os exemplos da autora representarem diversificados gêneros textuais (depoimento, reportagem, técnico e romance, respectivamente), pode-se notar um grau de imperatividade no conteúdo proposicional (KOCH, 2011).

Vale lembrar, no entanto, que cabe também à modalização deôntica um grau de facultatividade advindo da noção permissiva que se pode dela extrair. Castilho e Castilho (2002, p. 236) ensinam que a modalização deôntica vai além da noção de obrigatoriedade, uma vez que “considerada amplamente compreende a obrigação, a permissão, proibição e a volição”. Tais valores ficam bastante claros nas construções “*Os alunos **OBRIGATORIAMENTE** farão os testes*”, “*Você **PODE** entrar aqui*”, “*Querido, você não **DEVE** entrar*” e “***QUERIA** ligar para você*”. Como se vê, os exemplos criados se formaram por meio de advérbios e verbos modalizadores, corroborando os valores semânticos apresentados pelos autores.

Diante disso, Nascimento (2010) conceitua a modalização deôntica, dividindo-a em três subtipos: obrigatoriedade, em que o enunciado apresenta o conteúdo como algo que necessariamente precisa ocorrer; proibição, o enunciado, aqui, expressa o seu conteúdo como algo proibido, que não pode ocorrer; e possibilidade, quando o conteúdo do enunciado é apresentado como algo facultativo ou permite que algo aconteça. Essa visão assemelha-se à trazida por Castilho e Castilho quando da conceituação de modalização deôntica.

Passa-se, agora, a analisar os modalizadores adverbiais de natureza deôntica. Neves (2011) traz os clássicos representantes dessa espécie de modalização: os advérbios *obrigatoriamente*, *necessariamente*, *exatamente* e *precisamente*. Junto desses advérbios, é comum encontrar os auxiliares modais *tem que* e *deve*. Ensina, ainda, a autora (2011, p. 252-253) que os modalizadores deônticos apresentam como âmbito de incidência a oração (“**OBRIGATORIAMENTE** as empresas aplicariam 30% do Imposto de Renda no Programa de Integração Nacional – PIN”) ou um constituinte (“Qualquer análise da evolução do custo de vida está **OBRIGATORIAMENTE** sujeita à crítica”).

4.2.3 Modalização afetiva

A modalização afetiva se constrói por meio de elementos capazes de exprimir reações emotivas, manifestando a disposição de espírito em relação ao afirmado ou ao negado (NEVES, 2011). Pode apresentar-se apenas subjetivamente, envolvendo emoções e sentimentos do falante; ou pode também se mostrar intersubjetivamente, quando “envolver um sentimento que se defina pelas relações entre falante e ouvinte, como por exemplo, sinceridade, fraqueza” (NEVES, 2011, p. 253). De acordo com Castilho e Castilho (2002), tal modalização deixa de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico e deôntico.

Exemplos de modalizadores que verbalizam as reações emotivas sobre o conteúdo são trazidos por Koch (2018, p. 53): “*Infelizmente*, não poderei ir à sua festa”, “*Franco*, não gosto de pessoas exageradas”; por Castilho e Castilho (2002, p. 205): “*Sinceramente*, não consegui entender”, “*Infelizmente* Recife é uma cidade de mais de um milhão de habitantes”; e por Neves (2011, p. 253-254): “*O cerrado é ESPANTOSAMENTE rico em plantas acumuladoras*”, “**HONESTAMENTE** não sei o que faria”. Pode-se perceber que nos exemplos aparecem tanto modalizadores subjetivos quanto intersubjetivos.

Koch (2018) ensina que existem indicadores de atitude ou de estado psicológico demonstrados na maneira como o locutor se apresenta diante dos enunciados produzidos por ele. Para a autora, expressões adjetivas e formas intensificadoras podem representar uma avaliação ou valoração dos fatos, estados ou qualidades atribuídas a um referente; apresenta-os, portanto, como índices de avaliação.

Nessa mesma linha, Nascimento (2011) chama tal espécie de modalização de avaliativa. Segundo o autor, os modalizadores em questão são chamados de avaliativos, por não

só revelarem um sentimento ou emoção por parte do enunciador, como também por indicarem uma avaliação da proposição por parte desse locutor, emitindo juízo de valor e mostrando como o falante deseja que a proposição por ele produzida seja lida. Assim, faz-se um julgamento ou se expressa o ponto de vista do locutor diante do discurso apresentado.

Essa espécie de modalização exemplifica a função emotiva da linguagem (CASTILHO; CASTILHO, 2002) por revelar um alto grau de envolvimento do locutor com o texto. Aqui, manifesta-se o julgamento, a avaliação sobre o conteúdo enunciado (NASCIMENTO, 2011), expressando os sentimentos despertados no falante ou os que ele assume diante do locutor (CASTILHO; CASTILHO, 2002). O foco é nos interlocutores, ou, nas palavras de Castilho e Castilho (p. 238), “neste caso de modalização, tematizam-se os interlocutores e, secundariamente, a proposição, gerando um efeito polifônico”.

Outra questão apontada por Castilho e Castilho (2002) diz respeito à diferença na constituição dos advérbios que funcionam como modalizadores afetivos subjetivos dos que se apresentam como intersubjetivos. Para os autores, há diferença no sentido de enunciados como “*Infelizmente* Recife é uma cidade de mais de um milhão de habitantes”, “*Felizmente* estou muito contente com isso”, “*Sinceramente*, não consegui entender”, “*Francamente* esta reunião já me cansou”. Ensinam (2002, p. 205) que

será preciso, então, distinguir (*in*)*felizmente*, de um lado, e *sinceramente* e *francamente*, de outro. Essas diferenças decorrem das restrições seletivas dos adjetivos contidos na base desses advérbios. Os adjetivos *feliz* e *infeliz* são referenciados ao eu; os adjetivos *sincero* e *franco* põem em relevo a relação entre o falante e o interlocutor, pois, enquanto alguém pode assumir individualmente a qualidade de ser feliz, a qualidade de ser sincero ou franco só pode ser assumida em relação a outrem.

4.2.4 Modalizadores delimitadores

Neves (2011), diferentemente de Castilho e Castilho (2002) e de Nascimento (2010), vê os delimitadores como uma espécie autônoma de modalização. Tais modalizadores estão dentro da classe dos advérbios e propiciam condições de verdade, delimitando o âmbito das afirmações e negações (NEVES, 2011). Em outras palavras, os delimitadores são aqueles que apresentam certos limites para se considerar como verdadeiro o conteúdo da proposição. Esses modalizadores são marcados pelos delineamentos feitos pelo falante nos seus enunciados. O

próprio locutor dá os parâmetros para se avaliar se aquilo que está sendo dito pode se considerar verdadeiro.

Assim, de acordo com Neves (2011, p. 250), “o que ocorre nessa modalização é que o falante circunscreve os limites dentro dos quais o enunciado, ou um constituinte do enunciado, deve ser interpretado, e dentro dos quais, portanto, se pode procurar a factualidade, ou não, do que é dito”. Exemplifica a autora com construções como “*Em sessenta e quatro trabalhava **PROFISSIONALMENTE** como radiador*” e “*Além disso, as palavras usadas são **RIGOROSAMENTE** das mais banais da língua*”.

Castilho e Castilho (2002, p. 207) apresentam outros modalizadores com função delimitadora. São eles “*quase, um tipo de, uma espécie de, em geral, em princípio, fundamentalmente, basicamente, praticamente, do ponto de vista de + adj., geograficamente, biologicamente, historicamente, profissionalmente, pessoalmente*”. Segundo os autores, os delimitadores apresentam uma grande força ilocucionária, por implicarem uma negociação entre os interlocutores, fundamental para se manter o diálogo.

Koch (2018, p. 53) chama tais modalizadores de indicadores de domínio, por serem “operadores que delimitam o domínio dentro do qual o enunciado deve ser entendido (“*Politicamente, ele está desmoralizado*” e “*Geograficamente, o Brasil é um dos maiores países do mundo*”) ou o modo como ele é formulado pelo locutor (“*Resumidamente, pode-se dizer que a desavença se deu da seguinte maneira:...*” e “*Vou abordar *concisamente* esse aspecto da questão*”).

Alguns apontamentos interessantes são trazidos por Neves (2011). De acordo com a autora, existem dois modos principais de se fazer a delimitação adverbial dos enunciados: a primeira, delimitando a sua validade segundo a perspectiva do falante, cujos principais modalizadores são os advérbios *pessoalmente* e *particularmente*; e a segunda, fixando a validade do enunciado dentro de um domínio do conhecimento, como nos exemplos *geograficamente, biologicamente* e *historicamente*.

Importante salientar a ressalva trazida por Neves (2011, p. 251) quando ensina que “embora a delimitação sugira principalmente redução de âmbito, ou restrição, ocorre que os advérbios delimitadores podem marcar, como limite, um todo genérico”, daí que construções como *geralmente* e *em geral* são consideradas modalizadores delimitadores, mesmo denotando generalização.

A seguir se analisará a presença de modalizadores nas redações de vestibular da UERJ. Aqui se descreverá o funcionamento semântico-argumentativo desses elementos linguísticos. Não só será quantificada a ocorrência dos modalizadores nas produções, mas também

observados os efeitos de sentido propiciados pelo uso dos operadores modais. As espécies de modalização permitirão a construção de diferentes estratégias argumentativas, que irão conferir aos textos posicionamentos críticos e intenções comunicativas, com o propósito crucial de convencer a banca examinadora do ponto de vista sustentado.

5. ANÁLISE DO *CORPUS*: FUNCIONAMENTO ARGUMENTATIVO DOS MODALIZADORES EM REDAÇÕES DO VESTIBULAR DA UERJ 2018

O olho vê somente o que a mente está preparada para compreender.

Henri Bergson

As redações que compõem o *corpus* desta pesquisa foram analisadas quantitativamente, diante da presença de operadores modais, e qualitativamente, quando classificamos tais elementos linguísticos como epistêmicos, deônticos, afetivos e delimitadores, diante da abordagem teórica de Neves (2011). Tal análise levou em conta a relação entre a nota obtida pelo candidato e seu posicionamento diante da temática e da tipologia textual argumentativa requerida pela banca examinadora do vestibular da UERJ 2018, evidenciando a função dos modalizadores como importante ferramenta argumentativa.

Outros elementos também contribuem para a construção da argumentação, como os diferentes tipos de argumento (PERELMAN; TYTECA, 2000), os conectivos, chamados por Koch (2011) de “operadores argumentativos”, e diferentes estratégias argumentativas, como um título marcante ou alegorias capazes de persuadir o interlocutor, convencendo-o de seu ponto de vista. O que se viu, porém, nas redações que formam o *corpus*, é que todos esses elementos carregam, na maioria das vezes, modalizadores para sustentarem a argumentação.

Diante disso, na pesquisa não se espera afirmar que o uso de modalizadores nos textos dissertativo-argumentativos proporciona ao candidato um rendimento melhor, com notas mais altas, por se saber que o resultado final se constrói com a ajuda de outros fatores como a coerência, a coesão e a obediência à modalidade padrão da língua portuguesa. Busca-se, no entanto, refletir se tais fatores também são majorados pela presença dos modalizadores, por muitas vezes contribuírem para a ordem argumentativa.

Como *corpus* da pesquisa, foram escolhidas aleatoriamente vinte redações, metade com conceito dez e a outra com nota seis. Nesta investigação, identificaram-se modalizadores que possibilitaram a construção em maior e em menor escala do ponto de vista dos candidatos ao vestibular da UERJ 2018, cujo tema envolvia a leitura da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis (A verdade pode ser estabelecida com base em uma única perspectiva?). No interior das redações, as marcas de modalização estão destacadas em negrito, sublinhadas e divididas em

quatro cores (azul: modalizadores epistêmicos; verde: deônticos; vermelho: afetivos; lilás: delimitadores) para facilitar a percepção do leitor.

Não foram marcados nem contabilizados os modalizadores utilizados pelos candidatos quando elucidam pontos de vista de diferentes autores e de obras literárias, e também aqueles construídos a partir de opiniões generalizantes amplamente disseminadas, trazidos como interdisciplinaridade. Mesmo tendo ciência de que tais citações estão a serviço da eficácia da argumentação, elas não configuram propriamente construções dos candidatos. Preferiu-se a sua não observância por carregarem em seu bojo posicionamentos, muitas vezes de crítica literária, de sociólogos e de filósofos “copiados e colados” e “já prontos de casa”, e não diretamente o ponto de vista construído pelo vestibulando, diante do tema proposto.

Vale ilustrar, a título de compreensão, ocorrências em que os candidatos, ao usarem citações ou ao parafrasearem autores, explanam o posicionamento de terceiros. Nas passagens “*Para Bento Santiago em Dom Casmurro, por exemplo, Capitolina era completamente dissimulada*”; “*Além disso, os fortes, incríveis e invencíveis Estados Unidos da América também acabaram, esmagaram, aniquilaram a inóspita, horrível e perigosa URSS*”; “*Otelo assassinou a esposa porque acreditou cegamente numa incriminação manipulada*”; “*Isso ocorreu, por exemplo, durante o governo Nazista na Alemanha, liderado por Adolph Hitler, o qual justificou a morte de milhares de judeus, comunistas, ciganos e homossexuais pela ideia etnocêntrica*”; “*Otelo, obra de Shakespeare que serviu de inspiração para Machado de Assis, demonstra tal fato, no qual a personagem Desdêmona é morta por Otelo, mesmo sendo inocente*”. Em tais construções há a clara presença de modalizadores, fica evidente, no entanto, que o seu uso marca posições já pré-estabelecidas. Assim, não representam marcas de modalização dos candidatos e, por isso ficaram de fora da análise.

Adiante há uma redação considerada nota dez pela banca do vestibular da UERJ 2018:

Redação nº 1 – Nota dez

De acordo com o filósofo Platão, em sua teoria da alegoria da caverna, as pessoas, as quais nunca haviam saído da escuridão, julgavam como loucos os que visitaram o lado de fora e conheceram a luz. Sob essa perspectiva, os homens que não tiveram acesso aos dois lados da realidade afirmavam, de maneira falha, a inexistência da claridade, evidenciando como estabelecer a verdade com base em uma só visão **pode gerar** conclusões falaciosas. Nesse sentido, a dificuldade de formação de um senso crítico sólido, a manipulação pessoal sobre os fatos e a falta de consenso **devem ser** questionadas.

Antes de tudo, **é importante** ressaltar como a existência de apenas uma perspectiva

impede a formação de opiniões embasadas. Segundo o psicanalista Lacan, em seu livro *A teoria dos espelhos*, o indivíduo baseia-se no outro para formação do seu senso crítico, utilizando-o como um espelho. **Nesse prisma**, quando o ser é moldado por apenas um espelho, **tende a tornar-se** igual a ele, e então, não constrói uma opinião verdadeiramente pois nunca **foi capaz** de confrontá-la, repetindo-a somente.

Por outro lado, **é necessário** destacar como as pessoas **podem manipular** sua visão sobre os acontecimentos. Durante o Realismo, a crítica social era uma **grande** pauta, incluindo a exposição das manobras para manter as aparências e os preconceitos. **Nesse contexto**, autores como Machado de Assis, ao escrever *Dom Casmurro*, uma narrativa memorialista na qual Bento Santiago, o próprio narrador, afirma estar tentando atar duas partes da vida, a infância e a velhice, e não lembrar-se perfeitamente de algumas coisas, evidenciam como os preconceitos **podem fomentar** visões negativas nas pessoas. Assim, se Capitu era uma mulher sedutora e Bentinho, inseguro, **é plausível** que o ciúme e o medo **tenham deturpado** sua conclusão.

Outrossim, **é preciso evidenciar** a importância do consenso. De acordo com o filósofo Habermas, é necessária uma discussão em que todos tenham voz para chegar a um consenso. **Sob essa ótica**, quando somente uma perspectiva é ouvida, **é impossível** alcançar a verdade ou a melhor decisão. Dessa maneira, quando pessoas favorecidas socialmente, como homens, ricos e brancos, em uma sociedade **machista, desigual e racista**, falam são **mais respeitados**, dificultando mudanças.

Dessa forma, compreendem-se as razões que impedem que a verdade seja estabelecida por somente uma perspectiva. **Sem dúvidas**, a formação de um senso crítico sólido **é comprometida** quando uma opinião não é confrontada, mas apenas repetida. Ademais, preconceitos e medos **podem modificar** a memória do ser humano sobre os fatos, **tornando-os questionáveis**. Além disso, um debate no qual agentes sejam favorecidos por conta de suas posições sociais **é incapaz** de alcançar o consenso. Desse modo, caso as pessoas não saiam da caverna, permanecerão presas em uma só perspectiva.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Ao se analisar a redação n° 1 apresentada, percebe-se a presença de diversos modalizadores, no total de 25, o que permitiu a impressão de avaliações e a explanação da opinião do candidato a respeito do tema ofertado pela banca. A utilização desses recursos linguísticos contribuiu diretamente com o desenvolvimento da argumentação, possibilitando visualizar, claramente, o ponto de vista trazido e construído pelo candidato. Em tal redação, foi possível ver também que houve uma frequência maior de modalizadores epistêmicos, seguidos dos afetivos, dos deônticos e dos delimitadores.

Essa maior incidência de modalização epistêmica evidencia a tentativa de defesa de um ponto de vista pelo candidato, marcada pela veracidade e validade das informações apresentadas diante da temática e da tipologia argumentativa requeridas. Tais modalizadores demonstram o grau de engajamento e comprometimento do locutor, buscando sempre convencer seu interlocutor, para que assim tente elevar a pontuação de sua redação, por tê-lo persuadido. Como na tipologia requerida torna-se necessário se posicionar, construindo argumentos capazes de convencimento, a espécie epistêmica ganha *status* de relevância, e saber usá-la muitas vezes proporciona a construção de uma argumentação forte e eficaz.

Na tabela 1, os modalizadores estão separados por natureza.

Tabela 1 – Usos dos modalizadores por natureza

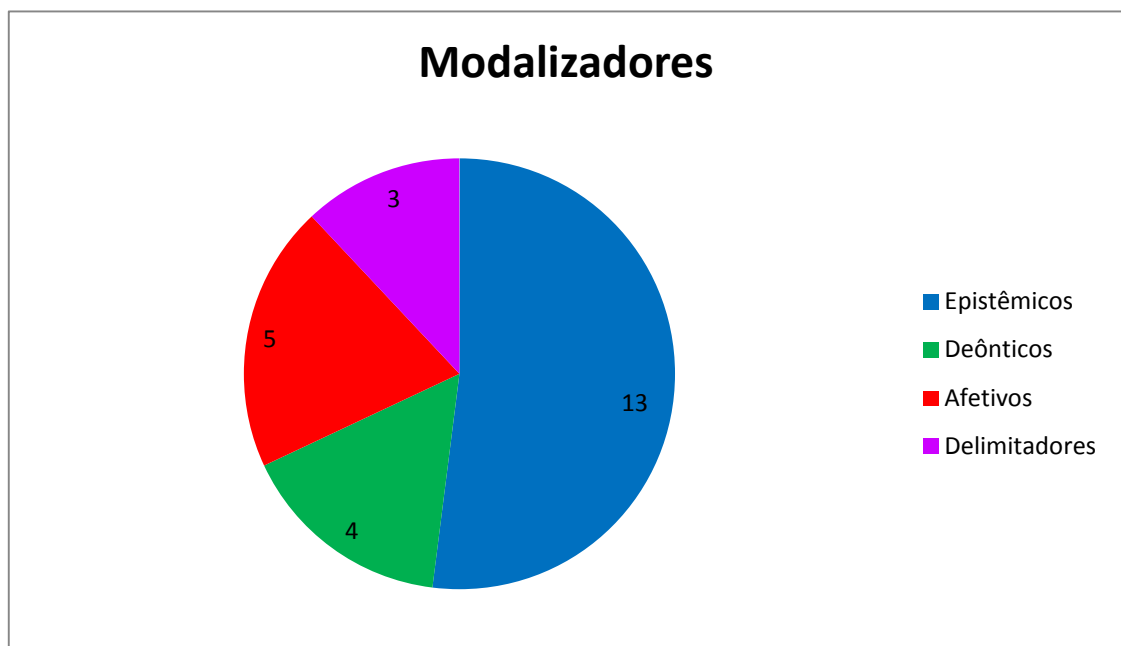
| Epistêmicos | Deônticos | Afetivos | Delimitadores |
|---------------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| Pode gerar | Devem ser | Grande | Nesse prisma |
| É importante | É necessário | Machista | Nesse contexto |
| Tende a tornar-se | É preciso evidenciar | Desigual | Sob essa ótica |
| Foi capaz | Tenham deturpado | Racista | |
| Podem manipular | | Mais respeitados | |
| Podem fomentar | | | |
| É plausível | | | |
| É impossível | | | |
| Sem dúvidas | | | |
| É comprometida | | | |
| Podem modificar | | | |
| Tornando-os questionáveis | | | |
| É incapaz | | | |

Fonte: A autora, 2019.

Numa análise mais atenta dos modalizadores acima catalogados, vislumbra-se a presença da construção “*é plausível que o ciúme e o medo tenham deturpado sua conclusão*”.

Nela, há a coocorrência de duas naturezas distintas: a epistêmica e a deôntica. Incidiram, em tal enunciado, a possibilidade quase certa epistêmica e a expressão modal deôntica formada pelo verbo *ter*, que implica ordem, obrigatoriedade. Essa coexistência tira do locutor a responsabilidade do que foi dito, mas sem deixar de manifestar o seu ponto de vista quanto ao conteúdo do enunciado, o que se consubstancia pelo uso da forma nominal no particípio “*deturpado*”. Assim, a modalização epistêmica pode, de certa forma, afetar – atenuando ou acentuando – a construção modal deôntica.

Gráfico 1 – Frequência de modalizadores na redação nº 1.



Fonte: A autora, 2019.

Em sequência, outra redação nota dez.

Redação nº 2 – Nota dez

Segundo a **célebre** escritora Simone de Beauvoir, a realidade é contada pelos homens através de seu ponto de vista. Analisando o romance de Dom Casmurro de Machado de Assis observa-se que este padrão se repete na obra, visto que Bentinho julga as ações de Capitu de acordo com a sua versão dos fatos, sem dar a esposa o direito de defesa. Dessa maneira, ele acaba limitando o acesso do leitor ao que realmente aconteceu. Conclui-se que **somente** através do embate e do diálogo entre diferentes pontos de vista **é possível** chegar mais perto da verdade, visto que qualquer acontecimento tem pelo menos mais de uma versão.

Primeiramente, de acordo com o filósofo Thomas Morus, nenhum homem é uma ilha. Esse pensamento nos leva a refletir sobre **a importância** do diálogo, da troca e do convívio entre os seres humanos. Assim, quando se busca a verdade sobre uma situação **é de suma importância** que todas as versões daquele acontecimento sejam levadas em conta, já que nenhum fato **pode ser** narrado com base em uma única perspectiva. Há **sempre** que se considerar os outros atores sociais presentes no contexto. Não fosse a obra de Machado narrada de forma unilateral os leitores **poderiam ter** acesso a versão de Capitu acerca dos acontecimentos presentes no romance.

Outrossim, **é importante** destacar que a realidade **é relativa**, ou seja, ela é moldada de acordo com o ponto de vista de quem a observa. Um ditado popular africano afirma que em qualquer situação existem pelo menos três verdades. A de quem narra, a de quem escuta e a que realmente aconteceu. Esse ditado salienta **a importância** de se considerar as diversas versões de um fato para se aproximar da verdade, atentando para que tal acontecimento seja lembrado e julgado da forma mais **fidedigna possível**.

Conclui-se, portanto, que a verdade só **pode ser** alcançada a partir do confronto de ideias distintas acerca de um determinado assunto. Ao nos prender e limitar a um único ponto de vista, corremos o risco de nos tornarmos os prisioneiros da caverna de Platão, presos a uma versão falsa da realidade. Assim, **é fundamental** que tenhamos o hábito de debater e analisar as diversas versões dos acontecimentos presentes no nosso cotidiano, com o intuito de nos aproximar **o máximo possível** da verdade para que esta represente não apenas a visão dos homens como apontado por Simone de Beauvoir, mas de toda sociedade.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Nessa redação apareceu um total de 16 modalizadores, que variaram entre os diferentes tipos de modalização estudados, não aparecendo, porém, os de natureza delimitadora. Manteve-se uma incidência maior da natureza epistêmica, contabilizando 13 no total, ou seja, 81%. Apesar de a frequência de modalizadores nesse texto se apresentar menor comparada à redação n° 1, continuamos visualizando o predomínio significativo do tipo epistêmico. Na verdade, as duas redações já analisadas (n° 1 e n° 2) demonstraram o mesmo número de

modalizadores epistêmicos – 13 no total – o que enfatiza a preponderância de argumentos marcados pela veracidade por candidatos que obtiveram uma maior conceituação da banca.

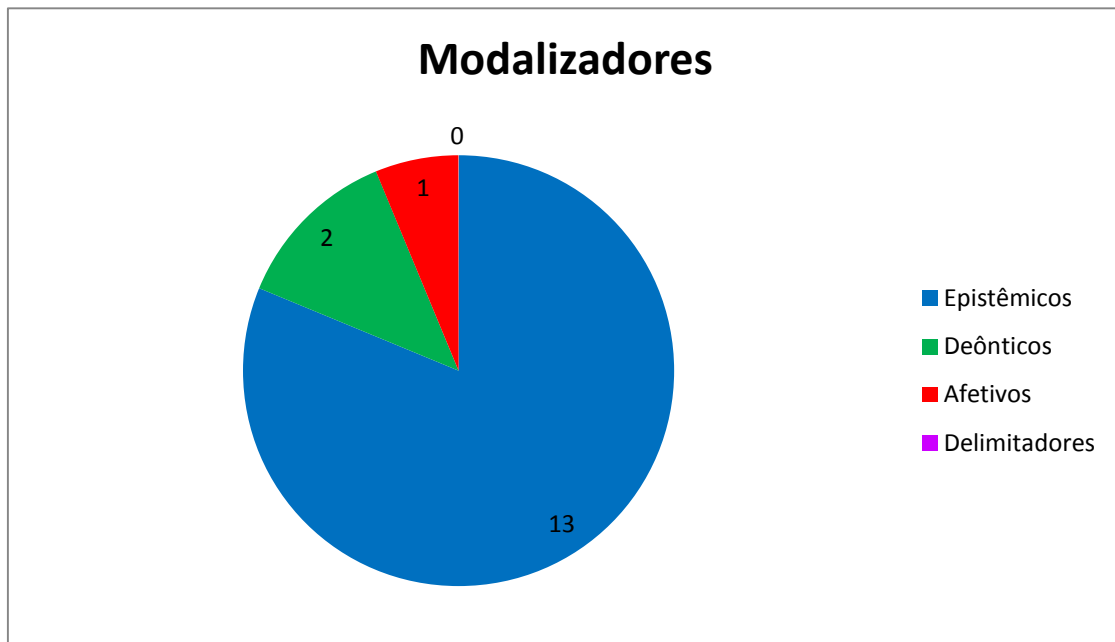
Na tabela 2, há a divisão dos modalizadores da redação n° 2 por natureza.

Tabela 2 – Usos dos modalizadores por natureza

| Epistêmicos | Deônticos | Afetivos |
|---|-------------------------------|-----------------|
| Somente É possível A importância (2x) É de suma importância Pode ser (2x) Sempre É importante É relativa Fidedigna possível É fundamental O máximo possível | Primeiramente Poderiam ter | Célebre |

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 2 – Frequência de modalizadores na redação n.2



Fonte: A autora, 2019.

Abaixo, outra redação nota dez.

Redação nº 3 – Nota dez.

É de conhecimento geral, que toda história, relato ou argumento possui versões diferentes, que, na maioria dos casos, vai de encontro com os interesses do locutor e não se compromete, **necessariamente**, em estabelecer a verdade. Assim, a imposição de uma única perspectiva possui o **indubitável** poder de persuasão, convencimento e manipulação, que **pode desencadear** uma **simples** fofoca ou conflitos geopolíticos internacionais.

A priori é inegável o fato de que a priorização de uma única visão **sempre** esteve presente na história da humanidade. No Brasil, por exemplo, a **absurda** ideia de que o índio é preguiçoso ou que este foi completamente ingênuo ao trocar os metais preciosos por espelhos e pentes durante as práticas de escambo com os portugueses **é o evidente** resultado de uma historiografia que considerou apenas a perspectiva europeia e **pouco** se preocupou em relatar também que os objetos trocados tinham o mesmo valor para ambas as partes de onde eram cedidos. Logo, o descaso e o eurocentrismo prevaleceram e interferiram na construção de uma nação que sofre com tais impactos em pleno século XXI.

Outrossim, **convém ressaltar a importância** em contornar a retórica. Assim como Machado de Assis mostrou **o quão imprescindível** é questionar e estar possível a diferentes interpretações de uma narrativa, quando está deixa dúvidas para o leitor refletir ao mesmo tempo em que o conduz a uma conclusão pronta, **é fundamental** que façamos isso na vida, seja na escola, para saber uma fofoca ou até mesmo na hora de escolher um prefeito ou presidente para representar nosso país. Desse modo, **é necessário** que haja uma constante busca pelo estabelecimento da verdade.

Em virtude ao que foi mencionado, **é de suma importância** que estejamos atentos ao **indubitável** pode que a perspectiva unilateral possui de não estabelecer a verdade. **É preciso** questionar, refletir, buscar conhecer todas as versões e interpretações possíveis para uma história, para, então, concluirmos algo. **É preciso** criticar e evitar o relativismo para compreendermos o mundo que nos cerca mas a verdade sobre nós mesmos.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

O mesmo acontece na redação de nº 3. A incidência de modalizadores epistêmicos se sobressai diante das demais naturezas, corroborando a ideia de que argumentos construídos sob a avaliação de verdade e de certeza do candidato apresentam maior valoração. Na redação em análise, o uso de marcas linguísticas modalizantes totalizou 19 ocorrências, 10 epistêmicas, 6 deônticas e 3 afetivas.

Na redação nº 3, mais da metade dos modalizadores utilizados tem natureza epistêmica, conforme pode ser observado na tabela 3 abaixo.

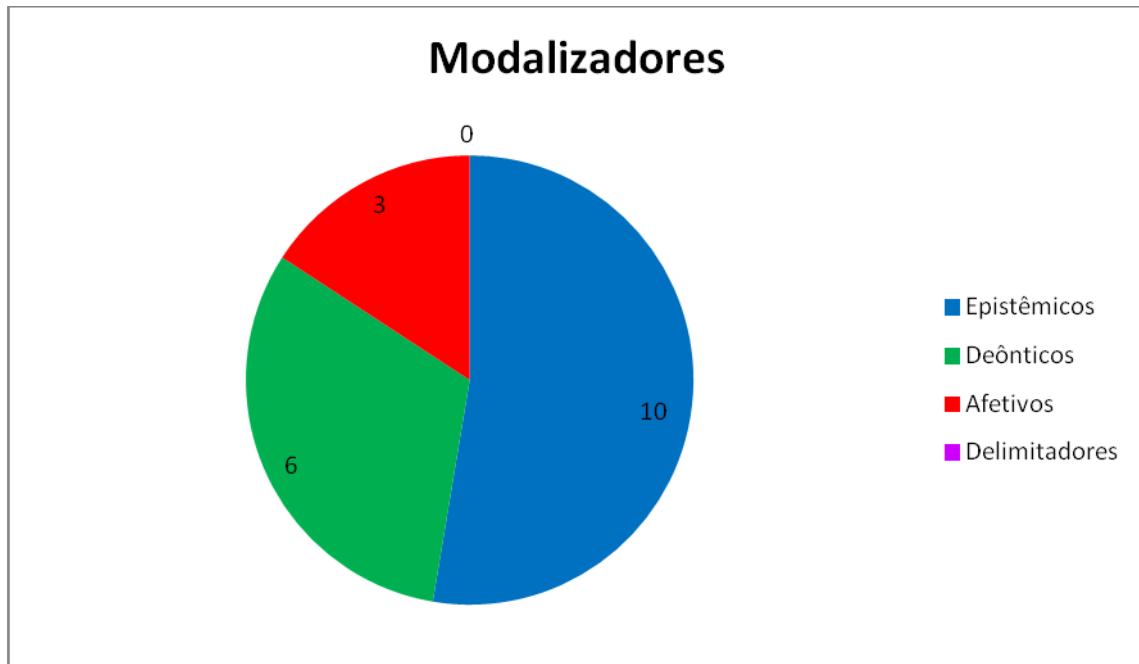
Tabela 3 - Usos dos modalizadores por natureza

| Epistêmicos | Deônticos | Afetivos |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------|
| É de conhecimento geral | Necessariamente | Simple |
| Indubitável (2x) | A priori | Absurda |
| Pode desencadear | É necessário | Pouco |
| É inegável | É preciso (2x) | |
| Sempre | O quão imprescindível | |
| É o evidente | | |
| Convém ressaltar a importância | | |
| É fundamental | | |
| É de suma importância | | |

Fonte: a autora, 2019.

Priorizou-se na redação n. 3 as construções que indicam certeza a respeito do ponto de vista que se está defendendo, como o uso de “indubitável poder”; das expressões predicativas “é inegável”, “é evidente” e “é fundamental”; e de estruturas modalizadoras formadas por diferentes usos da palavra “importância” no desenvolvimento da argumentação.

Gráfico 3 – Frequência de modalizadores na redação n.3



Fonte: A autora, 2019.

Em sequência analisaremos outra redação nota 10.

Redação nº 4 – Nota dez

Ptolomeu afirmava que a terra era o centro do universo, Copérnico, o sol. Dalton acreditava na indivisibilidade do elétron, Bohr o separou em milhares de partículas. Newton definiu a gravidade como constante, Einstein criou a Teoria da Relatividade. As diferenças entre discursos sobre um mesmo tema dão origem ao questionamento: Será que um único ponto de vista pode ser taxado como certeza? Todo o teor divergente que permeia as conclusões – sejam científicas, sociais ou políticas – pode ser entendido como a única máxima possível: De fato, a verdade é algo relativo e construído a partir da necessidade de autoafirmação humana.

Tristemente, torna-se cada vez mais comum o uso de certezas construídas como forma de dominação de um grupo perante o outro. Já na Grécia Antiga, os sofistas se encarregavam de estudar formas não de convencimento, mas de persuasão, a fim de manipular os cidadãos frequentadores das praças gregas. Hoje, a realidade política e social, marcada pela corrupção, desonestidade e individualismo, abre portas para discursos salvacionistas e configura-se como a polis contemporânea. O fato é que esse Sebastianismo atual faz-se cada vez mais polarizado, admitindo apenas uma perspectiva como verdadeira e, conseqüentemente, dando espaço a políticos, partidos e ideias

intolerantes e **extremistas**. **Nesse sentido**, o mundo cresce como um antro de certezas **incertas**.

Porém, além da utilização dessas certezas incertas e relativas como forma de manipulação, a suposta verdade narrada a partir de somente uma voz também é uma forma de afirmação de um conto **mal** contado. O escritor George Orwell afirmou que: “A história é contada por vencedores”, o que **de fato** ocorre ao tomar como referência os próprios livros de História. Toda a luta emancipatória das colônias afroasiáticas **é menosprezada** a partir da postulação do termo “descolonização”, dando totais créditos a **suposta** boa vontade das metrópoles. Além disso, os fortes, incríveis e invencíveis Estados Unidos da América também acabaram, esmagaram, aniquilaram a inóspita, horrível e perigosa URSS. **Certamente**, o único ponto de vista através do qual tais narrações foram transmitidas confere a falsidade completa a essas.

Inegável é, portanto, que o ser humano, ao buscar respostas, se afasta mais do que é **de fato** verdadeiro. Apesar do caráter libertador do questionar como forma de esquecimento de máscaras sociais, a **necessidade** de achar respostas indubitáveis anula todo o efeito positivo que as ponderações oferecem. A dúvida é: Quando duvidar? A resposta: **Sempre**. É fugindo das verdades que se chega à Verdade.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Na redação nº 4, há a incidência dos quatro tipos de modalizadores estudados. Apareceram 14 epistêmicos, 5 afetivos, 2 deônticos e 1 delimitador, totalizando 22 expressões modalizantes. Mais uma vez houve maior frequência da natureza epistêmica, novamente a mais recorrida na sustentação da argumentação pelos candidatos que obtiveram nota dez. Nessa redação foram utilizadas construções que não permitem dúvida na defesa do ponto de vista como os três usos de “de fato” ao longo do texto; do advérbio “certamente”; e do adjetivo em situação predicativa “é inegável”.

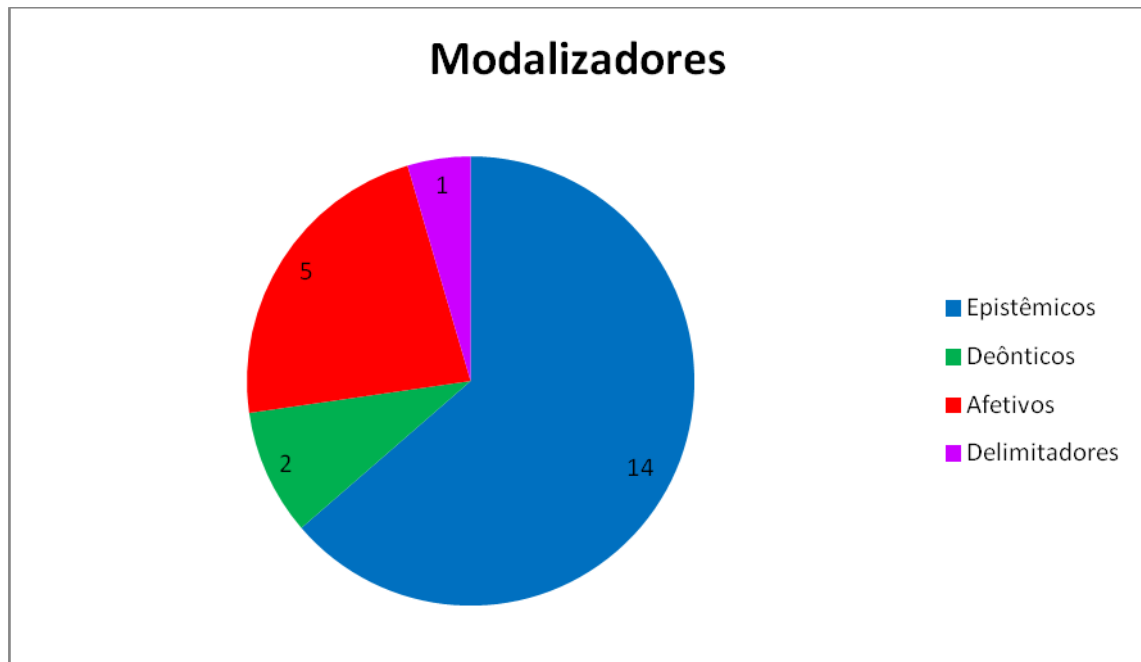
A tabela 4 mostrará os modalizadores presentes na redação por ora analisada.

Tabela 4 – Usos dos modalizadores por natureza

| Epistêmicos | Deônticos | Afetivos | Delimitadores |
|--|------------------|---|----------------------|
| Pode ser entendido De fato (3x) É relativo Cada vez mais comum O fato é Faz-se mais polarizado Apenas Incertas Suposta Certamente Inegável Sempre | Necessidade (2x) | Tristemente Intolerantes Extremistas Mal É menosprezada | Nesse sentido |

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 4 – Frequência de modalizadores na redação n. 4



Fonte: A autora, 2019.

A seguir outra redação nota 10.

Redação nº 5 – Nota dez

Conforme afirma Jean Paul-Sartre, **importante** filósofo existencialista, a essência dos indivíduos só **pode ser** estabelecida à partir do contato com outros participantes do meio social, do qual faz parte. Sob essa ótica **é crucial** compreender que o flagelo representado pelo abismo não a verdade e a não verdade **é real** e muitas vezes criado com base em pensamentos unilaterais ou extremistas. **De fato**, a verdade é uma característica **imutável** dentro de certos contextos, mas em outros, com o uso **sofístico** da palavra, torna-se **difícil** ter garantias da factualidade das perspectivas únicas.

Questão primordial neste assunto é a individualidade presente na população mundial que está criando infinitas bolhas sociais dentro de um espaço-tempo. A partir deste raciocínio **fica evidente** que diferentes grupos apresentam ideologias distintas entre si, e ao permitir que não haja um diálogo claro e eficiente entre as partes, **torna-se inviável** chegar à verdade consensual. Isso ocorre porque o radicalismo e a **forte** polarização da sociedade hodierna não abrem espaço para a visualização impessoal das provas em um espectro amplo antes de se chegar ao veredito. Dessa forma, o poder em muitos casos se sobrepõe à verdade levando as pessoas a acreditarem em julgamentos pautados na emoção enquanto **deveriam se basear única e exclusivamente** na razão.

Ademais, **é imprescindível** que os réus detenham plenos direitos de se defenderem nas acusações sofridas, não só contradizendo os argumentos deferidos mas também trazendo à luz omissões **propositais**. **Nessa perspectiva**, reforça-se a promessa de que a verdade é construída a partir da pluralidade sonora, caracterizada por um ambiente democrático em que os fatos comuns ganham crédito pela sua reverberação pelos acordos da população; não deixando que uma única frequência se propague livremente. Se baseando nisso, **é fato** que durante toda a história a tendenciosidade foi usada para atingir certos objetivos, como difamar grupos ou pessoas e espalhar falsas verdades. Logo, acusações **devem ser** provadas **independentemente** do seu grau de seriedade, pois começando com pouco **podem valer** uma vida ou um amor.

Chega-se, portanto, à conclusão que a emoção **exacerbada** das pessoas impede que discutam quesitos importantes ao desenvolvimento da sociedade contemporânea. Por isso, **é crucial** que todos tenham voz no meio social, visando uma argumentação **diversificada** e **libertadora** das amarras do poder que suprime e cala. Além dessa visão, **urge que** a essência dos indivíduos **possa ser** construída socialmente sob falares de racionalidade e tolerância. Assim, a verdade **não deve** em caso algum ser consumada pelo abismo que a separa do

tendencioso, estando **sempre** a luz da razão eliminando todo e qualquer flagelo que tente enfraquecê-la ou escondê-la.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

A redação nº 5 surpreendeu com o total de 31 modalizadores, ocupando as quatro naturezas trazidas por Neves (2011): 13 epistêmicos, 7 deônticos, 8 afetivos e 3 delimitadores. Das redações analisadas, essa obteve número recorde em quantidade de modalizadores, que serviram muito bem ao desenvolvimento da argumentação diante do tema proposto pela banca. Assim, a escolha dos tipos de modalizadores juntamente à maneira como colocados nos parágrafos contribuem para defesa clara do ponto de vista do candidato: a emoção atrapalha a razão.

Vemos também, não só na redação nº 5, como em todas as outras já analisadas a ocorrência de modalizadores deônticos na conclusão. Isso se pode justificar pelo fato de ser nessa parte do texto dissertativo-argumentativo que se tenta convencer de que são necessárias mudanças diante da tese e dos argumentos desenvolvidos. A argumentação, então, se conclui requerendo que situações, ações, ou opiniões obrigatoriamente se modifiquem, para que a questão problematizada ao longo da sustentação dos argumentos seja “solucionada”. Usaram-se, nas redações analisadas, as construções “não deve”, “é preciso”, “é necessário” e “urge que”.

Ainda na redação nº 5, encontramos a estrutura “pode ser” como deôntica, diferente das ocorrências anteriormente apresentadas tipificadas como epistêmicas. Nessa redação, a construção modal está evidentemente atrelada a uma permissão, estabelecida por meio de uma relação de subordinação: a essência dos indivíduos pode ser estabelecida a partir do contato com os demais integrantes do meio social. Assim, a natureza de “pode ser”, aqui, é deôntica, marcando uma possibilidade permissiva.

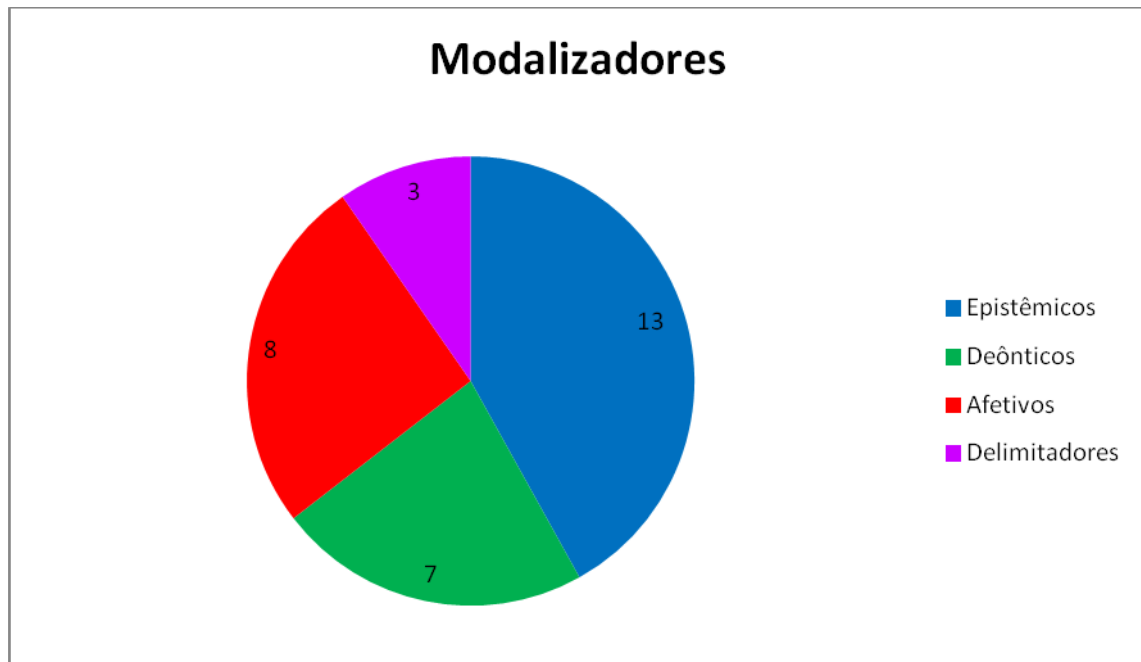
A seguir, a tabela 5 mostrará os modalizadores dessa redação devidamente classificados.

Tabela 5 – Usos dos modalizadores por natureza

| Epistêmicos | Deônticos | Afetivos | Delimitadores |
|--------------------|--------------------|-----------------|----------------------|
| É crucial (2x) | Pode ser | Importante | Única |
| É real | Deveriam se basear | Sofístico | Exclusivamente |
| De fato | É imprescindível | Difícil | Nessa perspectiva |
| É imutável | Devem ser | Forte | |
| Questão primordial | Tenham voz | Propositais | |
| Fica evidente | Urge que | Exacerbadas | |
| Torna-se inviável | Não deve | Diversificadas | |
| É fato | | Libertadora | |
| Independentemente | | | |
| Podem valer | | | |
| Possa ser | | | |
| Sempre | | | |

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 5 – Frequência de modalizadores na redação nº 5



Fonte: A autora, 2019.

Em sequência estão as redações de nº 6 a de nº 10, que também obtiveram conceito máximo no vestibular da UERJ de 2018. Nelas, percebemos que a modalização epistêmica

também se mostra predominante em relação às demais naturezas modalizadoras, confirmando a sua elevada incidência nos textos dissertativo-argumentativos considerados “nota 10” pela banca.

Redação 6 – nota 10.

A mundividência de cada indivíduo está subordinada às convicções pessoais adquiridas ao longo da vida. Nesse sentido, toda verdade é relativa na medida em que representa uma extensão do interior de cada um. Por isso, todo processo de acusação pressupõe o diálogo entre perspectivas, de maneira a estabelecer uma apuração justa dos fatos.

Em uma primeira análise, supervalorizar a própria verdade em detrimento a possibilidade de estar errado está relacionado intrinsecamente à necessidade de autoafirmação. Dessa forma, há uma tendência em enxergar apenas o que se quer ver, e não a realidade de fato, ainda que só existam evidências circunstanciais. Isso se ilustra, por exemplo, na análise de Dom Casmurro feita por Hellen Caldwell, escritora ilustre, que compara Bentinho a Otelo, de Shakespeare. Otelo assassinou a esposa porque acreditou cegamente numa incriminação manipulada; uma versão deturpada que foi alimentada por um individualismo que já era existente nele.

Paralelamente a isso, a interação das variadas facetas de uma ideia não é excludente, ou seja, verdades diferentes podem estar certas por fazerem sentido dentro de um determinado contexto situacional. Com isso, pode-se compreender que uma supremacia de um único pensamento é ilógico, pois se pauta na ilusão de que há uma verdade universal. A pluralidade dos indivíduos é o que fundamenta a diversidade de opinião e a compreensão disso é o cerne de toda e qualquer relação interpessoal saudável.

A verdade, portanto, não pode ser baseada em uma única perspectiva, haja vista que isso é inviabilizado pela relatividade das impressões individuais, por essa razão está receptivo as variadas formas de análise, bem como ter empatia pelo outro é substancial. Para Bento Santiago em Dom Casmurro, por exemplo, Capitolina era completamente dissimulada, mas se ele a tivesse interpretado apenas como alguém diferente dele, sem julgamentos excessivos, teria ocasionado menos sofrimento. O respeito a diversidade de pensamento é indispensável em todas as esferas das sociedade.

Legenda:

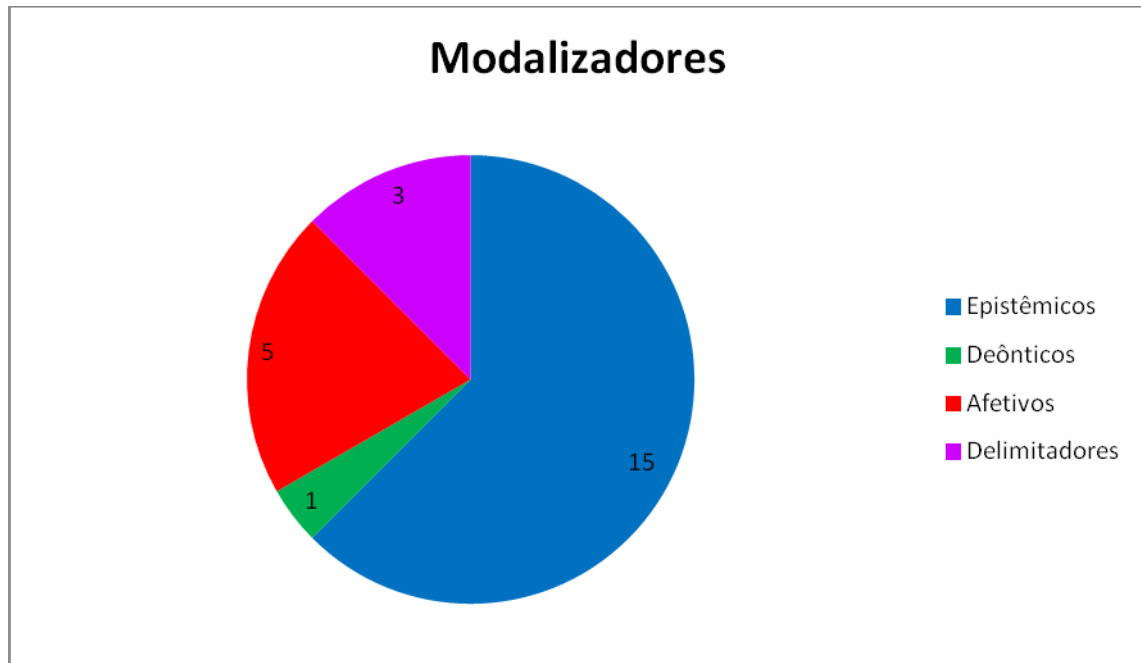
AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 6 – Frequência de modalizadores na redação nº 6



Fonte: A autora, 2019.

Redação nº 7 – nota 10.

“Não vemos as coisas como elas são, mas como nós somos”. A **emblemática** frase da escritora francesa Anaïs Nin aponta para uma **difícil** questão da complexidade humana: a construção da verdade. Durante séculos, o ser humano buscou na filosofia as respostas para o que é a verdade, como decifrá-la, como alcançá-la, e como mantê-la. Entretanto, seria a verdade uma coisa em si? Seria possível alcançar a verdade pura e universal, baseando-se em uma única visão? Ou a verdade seria uma construção social – pautada nas relações de poder e de subjetividade entre os indivíduos?

Em primeiro lugar, mostra-se necessário avaliar o papel da fala – especialmente a que tem projeção para manipular – na construção de uma certa “realidade”. Segundo Habermas, filósofo do século XX, os indivíduos utilizam-se de artifícios como a autoridade, a calúnia e a agressividade para defender seus argumentos e construir uma noção de verdade a partir deles. Para o pensador, era preciso inculcar a razão comunicativa nas discussões, na qual as pessoas buscariam o consenso e respeitariam a ética do discurso, sem a imposição de

fatos e manipulação de informações. A partir dessa filosofia, torna-se coerente chegar à conclusão de que a construção da verdade perpassa pelas relações de poder, autoridade e influência: o modo como alguém defende e explicita seu argumento – por meio do uso de um tipo de linguagem e do status social – forja o aparecimento de uma realidade considerada verdadeira.

Já no plano psicológico, é preciso estabelecer a relação entre a verdade e subjetividade dos indivíduos, a partir do início dos estudos da psicanálise – através das descobertas de Sigmund Freud – passou a ser claro que a complexidade humana era baseada na construção das identidades, através da psique. Assim, as pessoas estão constantemente propensas a interpretar fatos a partir de um determinado ponto de vista, por meio das experiências pelas quais passaram e por suas próprias moldagens de sujeito. A máxima Freudiana “quando Pedro me fala de Paulo, sei mais de Pedro do que de Paulo” ilustra perfeitamente essa situação, confirmando que valores pessoais e experiências subjetivas influenciam na formação de opiniões. Dessa forma, mostra-se possível afirmar que a concepção do que é a verdade está atrelada a subjetividade, o que faz com que seja muito recorrente que delas pessoas tenham versões diferentes para o mesmo fato.

Portanto, é possível aferir que não se pode determinar a verdade a partir de um único ponto de vista: existem múltiplas verdades e elas podem ser mudadas de acordo com interesses, valores morais e experiências subjetivas. Se “uma história é feita de versões” o mesmo é válido para a verdade: cada um tem sua própria visão sobre ela.

Legenda:

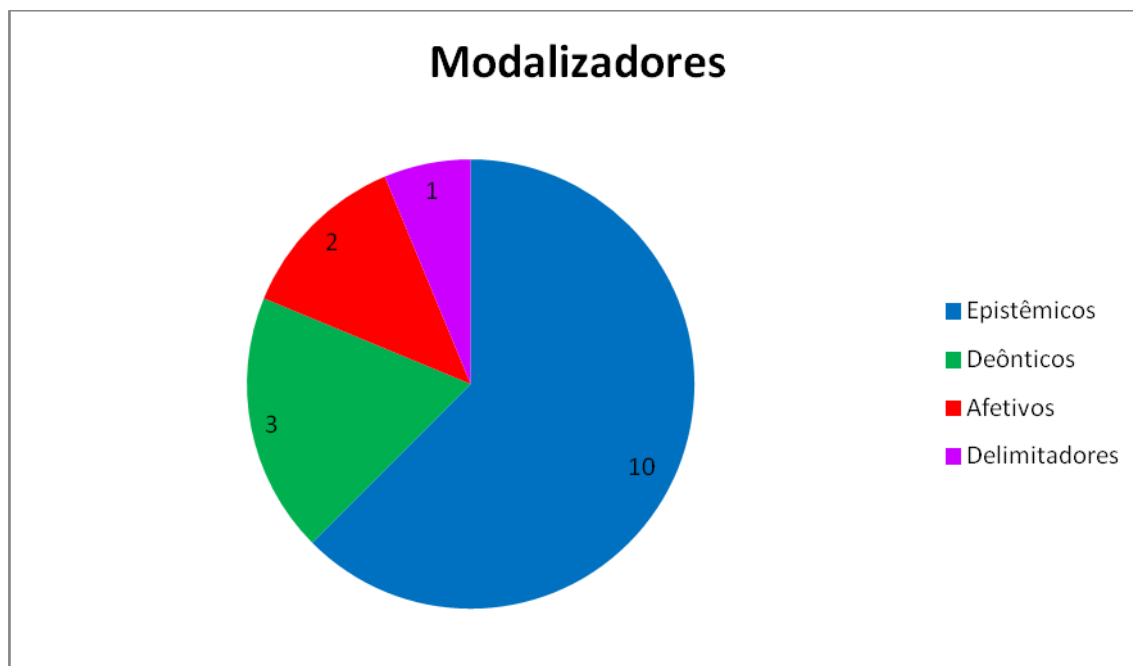
AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 7 – Frequência de modalizadores na redação nº 7



Fonte: A autora, 2019.

Redação nº 8 – nota 10.

No limiar do século XXI, ainda se discute a questão do adultério da Capitu no romance Dom Casmurro. Ao longo da trama, o leitor só é exposto a versão de Bentinho da história, de modo que é impossível chegar a uma conclusão. Com isso, faz-se claro que a verdade não pode ser estabelecida com base em uma única perspectiva.

Em primeira instância, compreende-se que o ponto de vista de Bento é distorcido e tendencioso posto que ele está dominado por sentimentos como ciúmes e raiva. Segundo Madeleine Scudéry, o ciumento sempre encontra mais do que aquilo que procura. Assim, não é possível realizar um julgamento baseando-se em apenas um lado pois pode ser influenciado por pressões externas.

De acordo com Schopenhauer, todo homem toma como os limites do mundo os limites de seu próprio campo de visão. Tomando como norte a máxima do autor, infere-se que os indivíduos possuem visões e ideias limitadas e, por isso, não se pode tomar apenas uma delas como base para um inquérito.

Por fim, pode se fazer uma alusão à democracia, que de todos os modelos políticos, foi o que obteve mais sucesso. Isso se dá posto que nela as perspectivas do coletivo prevalecem sobre o indivíduo. Desta forma, é possível chegar a uma verdade sobre o que é melhor para a sociedade como um todo.

Diante desta análise, pode se dizer que o romance de Machado de Assis estará para sempre aberto a interpretações. Sem a versão de Capitu e seus olhos de ressaca nunca será possível chegar a um veredito, visto que a versão de Bentinho é extremamente tendenciosa. Com isso, Dom Casmurro segue como mais um exemplo de é sempre preciso ver os dois lados da moeda.

Legenda:

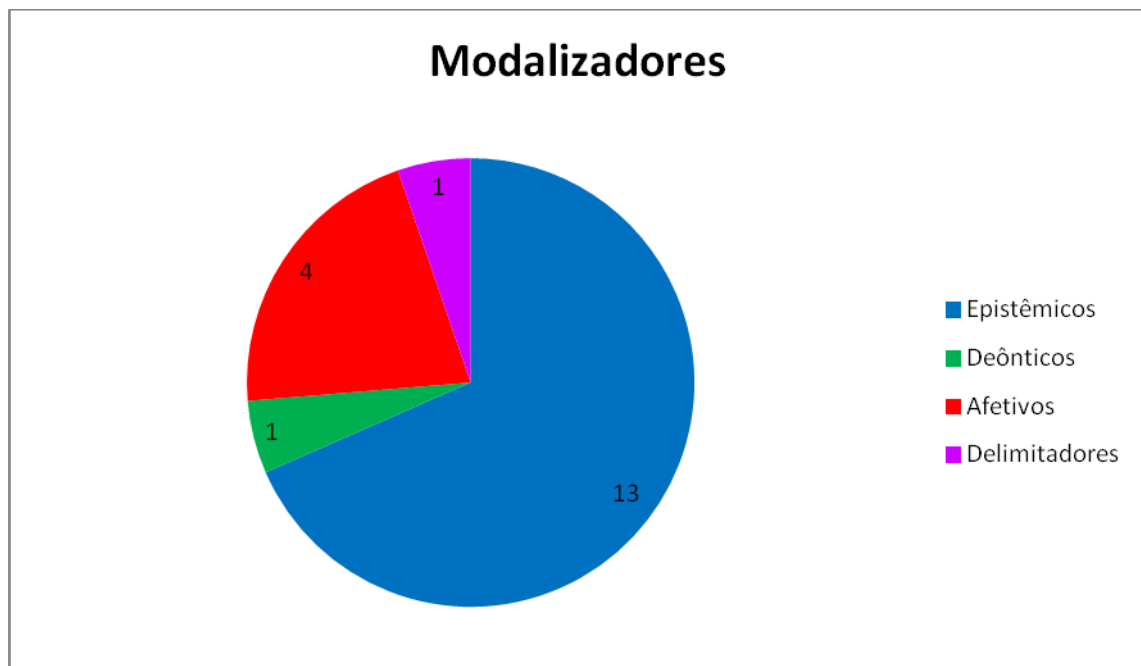
AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 8 – Frequência de modalizadores na redação n° 8



Fonte: A autora, 2019.

Redação n° 9 – nota 10.

É notório que a sociedade, constantemente, se apresenta em um embate no que tange à adoção de uma única perspectiva como verdade sobre algum assunto. O ser humano, desde os tempos mais remotos, sempre buscou por conhecimento e por respostas. Assim também se faz a ciência, que busca conclusões para as hipóteses inicialmente levantadas. Contudo, o anseio por verdade absolutas, que põem fim à dúvida humana, pode promover a

ausência de relativização e a condenação.

É comum que, ao se basear em uma única perspectiva, essa se torne excludente com os demais. A adoção de um único ponto de vista, comumente, não permite a aplicação do conceito de relativização. Na física, por exemplo, um mesmo corpo pode estar parado ou em movimento, dependendo de como esteja seu observador, que é o referencial. Dessa forma, admitir um ponto de vista único, sem considerar os múltiplos observadores restringe as possibilidade de análise, fazendo com que apenas um lado seja visto e considerado como verdade, o que, frequentemente, tende ao erro.

Além disso, ao se gerar verdade com base em apenas uma perspectiva, torna-se possível agir de forma a condenar pessoas que, na verdade, são inocentes. Otelo, obra de Shakespeare que serviu de inspiração para Machado de Assis, demonstra tal fato, no qual a personagem Desdêmona é morta por Otelo, mesmo sendo inocente. Essa atitude, demonstrada pela obra, não se restringe apenas a ela, sendo observada também na sociedade, onde o desequilíbrio da díade razão-emoção – que pode ser ocasionado pela adoção do extremismo em um único ponto de vista – geralmente serve como favor estimulante para crimes passionais.

Portanto, percebe-se que restringir as múltiplas visões acerca de algo pode gerar efeitos excludentes e promover a perpetuação de opiniões erroneamente classificados como verdades absolutas. Nesse caso, como em tantas outras problemáticas da vida, cabe enfatizar o princípio “Primum, non nocere”, expressão latina cuja tradução literal significa “primeiro, não prejudicar”. Sábio será quem, antes de crer em uma verdade baseada em uma única perspectiva, analisar com senso crítico se a mesma não prejudica o outro nem a si mesmo, dentro dos princípios de uma sociedade plural como é a nossa.

Legenda:

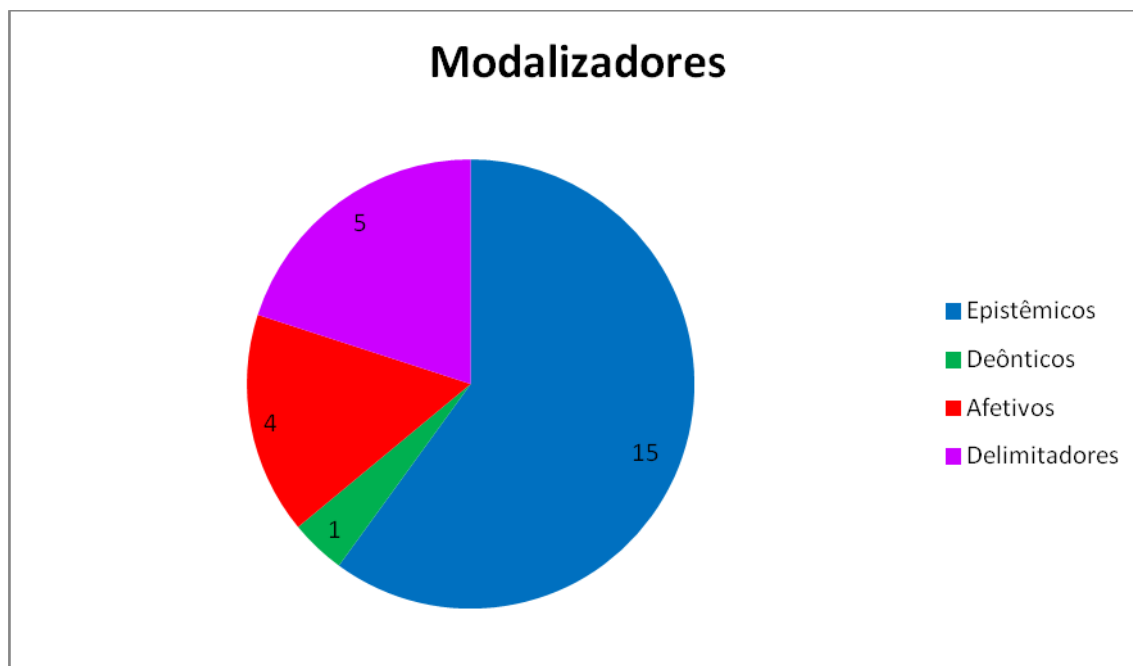
AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deontica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 9 – Frequência de modalizadores na redação n° 9



Fonte: A autora, 2019.

Redação n° 10 – nota 10.

Em seu livro “Memórias do cárcere”, o escritor Graciliano Ramos afirma que não confia na própria memória para garantir a veracidade dos fatos que deseja narrar. Dessa forma, os eventos apresentados são **apenas** sua versão dos acontecimentos, segundo aquilo que lembra. **Nesse sentido**, percebe-se que **é impossível** estabelecer a verdade a partir de uma perspectiva **única**, visto que a subjetividade **é inerente** ao homem, o qual interpretará a realidade de acordo com experiências passadas e seu interesse individual.

Sob esse prisma, observa-se que **não é possível** alcançar a verdade por um **único** ponto de vista em função da subjetividade humana, a qual **é influenciada** pelo meio. Segundo Durkheim, o fato social exterioriza-se como uma regra que molda o comportamento e a mentalidade do indivíduo. Assim, experiências de diversos contextos de uma sociedade irão alterar de formas distintas os cidadãos. Diante disso, a maneira como cada pessoa compreende um fato varia conforme a cultura na qual está inserida, sua criação familiar, educação formal, entre outros fatores. Em um cenário de **grande** segregação, as classes dominantes **são favorecidas**, apresentando seus hábitos e valores como normativos por meio da mídia como modo de estabelecer sua verdade como universal.

Ademais, o individualismo impede que uma única perspectiva exponha **veridicamente** os fatos. Em seu livro “Modernidade Líquida”, o sociólogo polonês Zygmunt

Bauman caracteriza a contemporaneidade como um momento de negação dos valores do passado e efemeridade nas relações interpessoais. Tal panorama permite maior disseminação do comportamento **egoísta**. Os fatos são, por conseguinte, adaptados para atender as necessidades de quem os interpreta, seja uma pessoa ou um grupo preponderante na sociedade. Isso ocorreu, por exemplo, durante o governo nazista na Alemanha, liderado por Adolf Hitler, o qual justificou a morte de milhares de judeus, comunistas, ciganos e homossexuais pela ideia etnocêntrica e **preconceituosa** da busca da “pureza da raça ariana”, por considerar os alemães superiores aos demais.

Evidencia-se, portanto, que a verdade **não pode ser** estabelecida com base em uma única perspectiva em função da influência das experiências pessoais e do individualismo na subjetividade humana. Como faz Bento Santiago narrador-personagem do romance “Dom Casmurro”, de Machado de Assis, o indivíduo **sempre** apresentará a sua versão pessoal dos fatos que conta, procurando, por vezes, justificar suas atitudes para si e para o outro. Resta a sociedade, então, buscar outras versões sobre os acontecimentos, evitando a alienação que muitos meios **“imparciais”** almejam em seus leitores.

Legenda:

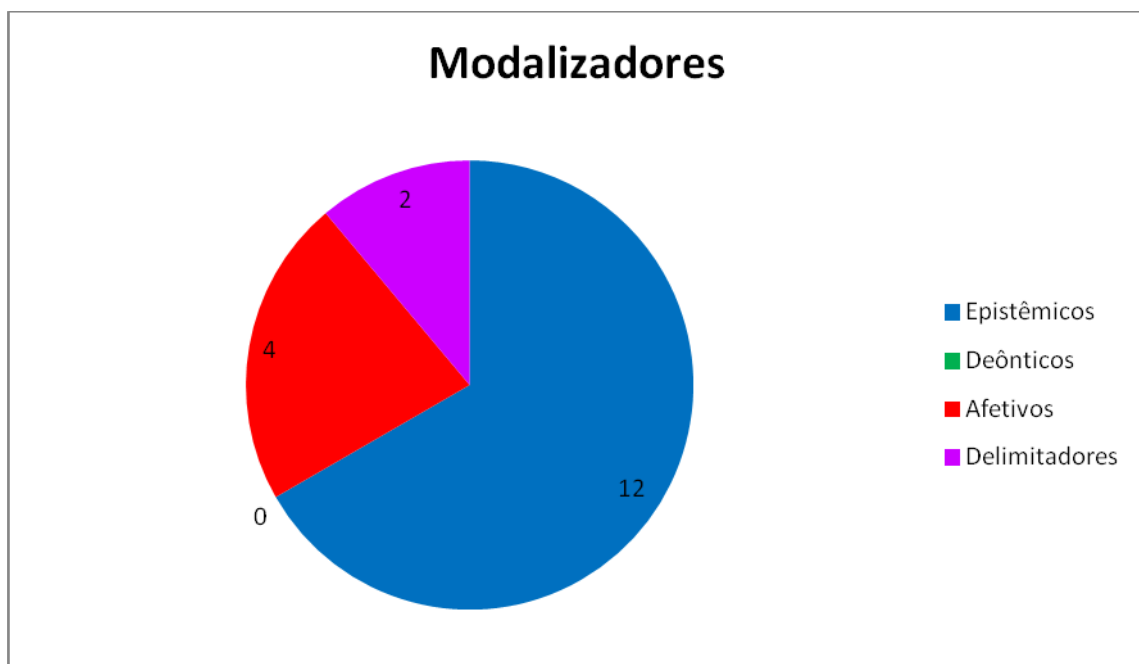
AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 10 – Frequência de modalizadores na redação nº 10



Não se pode negar que todos os tipos de modalização utilizados nas redações avaliadas pela banca com nota dez apontam para uma estratégia argumentativa e contribuem bastante com o propósito enunciativo do gênero dissertativo na tipologia argumentativa. Fica claro o posicionamento de cada candidato e principalmente a maneira como quer que seu interlocutor se convença. O agir, esperado por esse locutor, transmuta para o resultado final que, sendo positivo, evidencia a persuasão objetivada com o uso e a frequência dos modalizadores.

A tabela 6 a seguir resume a qualidade e a quantidade de modalizadores que apareceram nas redações *nota dez* analisadas.

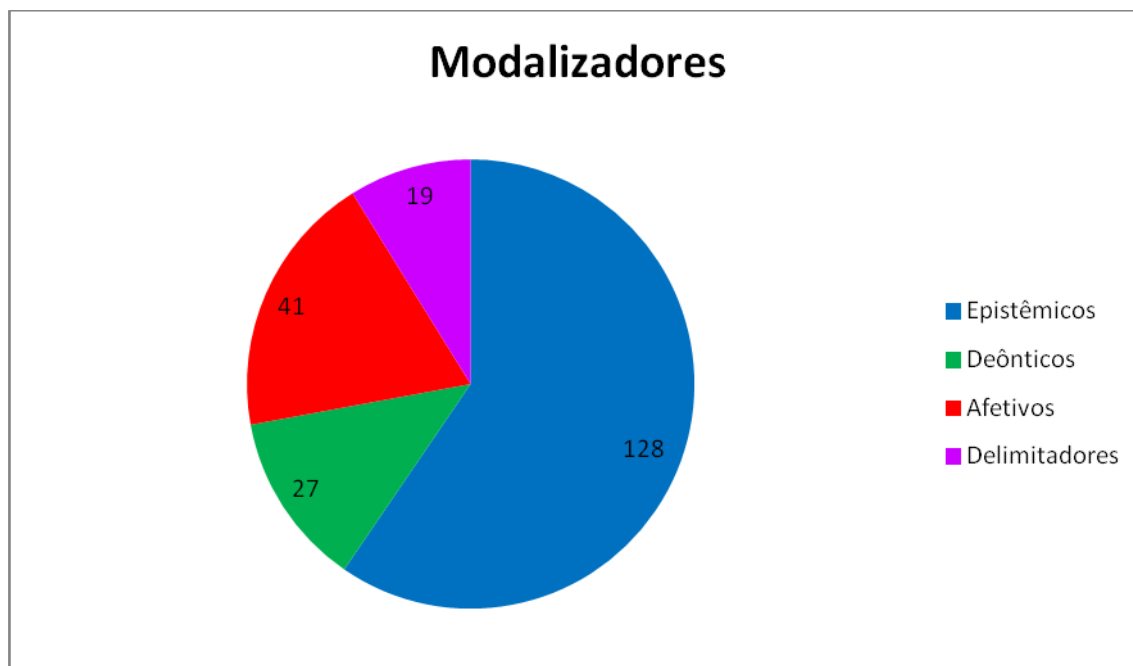
Tabela 6 – Quantificação dos modalizadores por natureza

| Redações nota 10 | | | | Total de modalizadores por redação |
|-------------------------|-----------------|----------------|---------------------|---|
| Epistêmica | Deôntica | Afetiva | Delimitadora | |
| 13 | 4 | 5 | 3 | 25 |
| 13 | 2 | 1 | 0 | 16 |
| 10 | 6 | 3 | 0 | 19 |
| 14 | 2 | 5 | 1 | 22 |
| 13 | 7 | 8 | 3 | 31 |
| 15 | 1 | 5 | 3 | 24 |
| 10 | 3 | 2 | 1 | 16 |
| 13 | 1 | 4 | 1 | 19 |
| 15 | 1 | 4 | 5 | 25 |
| 12 | 0 | 4 | 2 | 18 |
| 128 | 27 | 41 | 19 | 215 |

Fonte: A autora, 2019.

Os dados da tabela 6 estão fidedignamente representados no gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Frequência de modalizadores nas redações nota dez



Fonte: A autora, 2019.

Agora, iniciaremos a análise das redações conceituadas em seis pontos. Nelas, diferentemente das redações nota dez, encontramos uma frequência maior da modalização afetiva. A todo momento percebemos subjetividades, por meio de manifestações de sentimentos dos candidatos ou de atitudes psicológicas diante do argumento apresentado. Nas próximas redações, fica bastante clara essa construção argumentativa que, por partir do íntimo do autor, aparenta enfraquecer o posicionamento apresentado.

Em seguida, analisou-se uma redação considerada nota seis.

Redação nº 11 – Nota seis.

Vivemos em sociedade, em “conjunto”, desde os primórdios, e algo como a “verdade” **não pode ser** definida por uma pessoa só, uma vez que as pessoas são **diferentes** e possuem perspectivas que se diferem. Dessa forma optamos por viver em uma democracia (governo do povo), a qual a “verdade” **é um direito**.

Muitas vezes criamos verdades, ou acreditamos **fielmente** em criações de nossa mente para nos confrontar, como fez Bentinho, em o *Dom Casmurro*, ao sentir atração por Sancha, ele logo associa a relação de Capitu com Escobar, criando sua própria verdade, a que foi traído por sua esposa com seu melhor amigo. Na obra vemos apenas a perspectiva do próprio Bentinho, mas não a de Capitu, essa que **não teve direito** a sua verdade.

Se vivemos em uma democracia, onde temos direito e poder de escolha, a verdade também **deve ser** definida pelo povo e para o povo, e não só definida por uma só perspectiva, como fez Bentinho. Como o ser humano **precisa** e **deve** saber a verdade, **nada melhor** que ela **seja democrática**, onde os povos de sua maioria decida. **Até** a Justiça funciona assim, pessoas ouvem mais versões de um mesmo fato, e debatem. Embora a verdade recaia na decisão final de uma pessoa só, o Juiz, ele se utiliza de mais de uma perspectiva para tomar a sua decisão.

É inevitável que a verdade tenha muitas perspectivas diferentes, mas **é necessário** que todos tenham sua verdade dita, que é seu direito. Para que assim não hajam mais Capitus sem seu direito da verdade.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Ao analisarmos a redação nº 11, percebe-se uma redução substancial na frequência de modalizadores, caiu para 13, e também uma mudança nas espécies predominantes. Enquanto nas redações nota dez predomina a modalização epistêmica, nesta avaliada em seis só houve três ocorrências dessa marca linguística, sobrepondo-se a modalização deôntica e a afetiva – cinco ocorrências cada. Aqui, o candidato apelou para o julgamento de atitudes e manifestou o ponto de vista de maneira subjetiva. Junto a isso, tentou persuadir seu interlocutor, fazendo-o agir ao apresentar construções deônticas.

A incidência maior de elementos de cunho subjetivo demonstra envolvimento do candidato com o texto, entretanto, não desenvolve um posicionamento imbuído de veracidade ou validade acerca do tema, tão necessário para a construção da argumentação nos textos dissertativo-argumentativos. Houve muito mais um jogo de emoções e sentimentos do que defesa de argumentos sólidos, o que deve ter contribuído com a nota seis obtida pelo candidato.

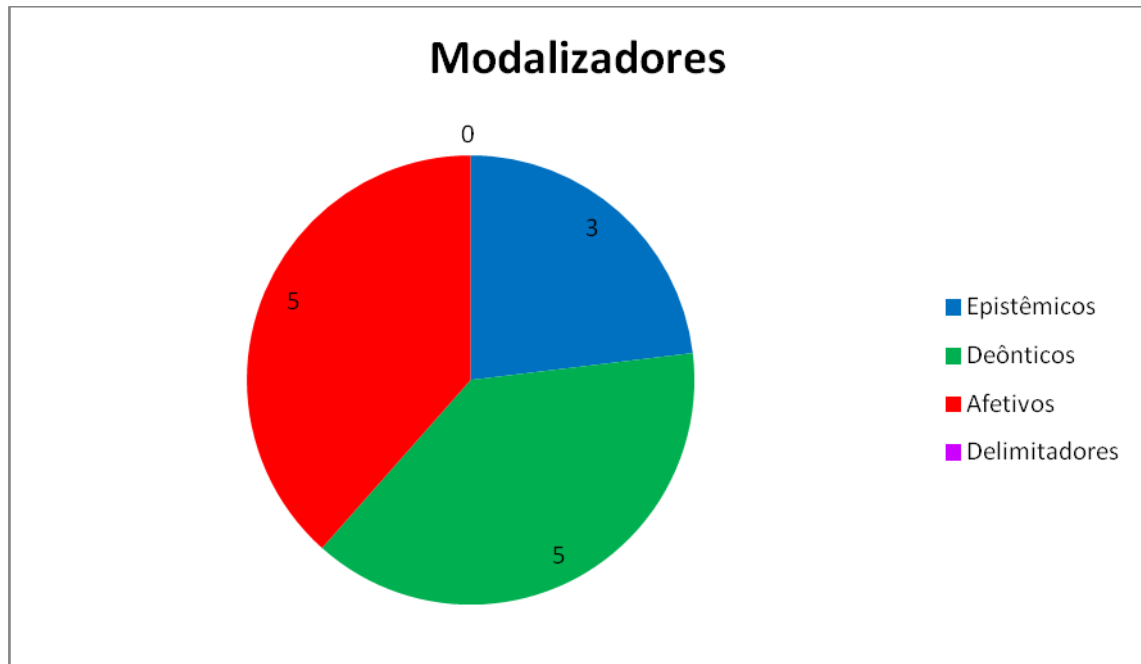
Abaixo, a tabela 7 que separa os modalizadores da redação nº 11 por natureza.

Tabela 7 – Usos dos modalizadores por natureza

| Epistêmico | Deôntico | Afetivo |
|-------------------|------------------|------------------|
| Não pode ser | Não teve direito | Diferentes |
| Nada melhor | Deve ser | É um direito |
| É inevitável | Precisa | Fielmente |
| | Deve | Seja democrática |
| | É necessário | Até |

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 12 – Frequência de modalizadores na redação nº 11



Fonte: A autora, 2019.

Em seguida outra redação conceituada em seis pontos

Redação nº 12 – Nota 6.

Bem verdade é que seres humanos em muitas das ocasiões por alguma circunstância na vida recebem acusações por algo acontecido ou até mesmo algo não acontecido dependendo **totalmente** da Justiça para fazer justiça em sua causa, mas a porcentagem dos **vitoriosos** ao receberem a **tão esperada** e **desejada** justiça **é bem baixa**, e a decepção toma conta por não terem o direito de falar e de se autodefenderem.

Todavia muitos vem procurando essa tal “justiça” ao longo de sua vida, mas **infelizmente** os direitos do ser humano vem sendo **deturpado** ao longo dos anos que se vão passando. Por isso vemos que o silêncio vem bradando por justiça, a questão não vem na boca, mas explode no coração do ser humano.

Contudo podemos perceber que por uma **única** perspectiva já é motivo de acusação e condenação de um indivíduo. **Muito injustamente** pessoas **de alto escalão** vem deturpando os direitos do ser humano impedindo **totalmente** o direito de falar, que é para todos **igualmente**.

Em fim, **podemos perceber** que a sociedade vem sofrendo **grandes injustiças** e no mesmo tempo sendo **impedidas** e **oprimidas** do seu direito de falar. Só os “grandes” tem o direito de falar nesse jogo **injusto**. Somente com a ousadia do ser humano ao abrir a sua

boca e lutar pelos seus direitos completamente, um dia toda essa injustiça irá acabar.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Das redações analisadas como *corpus* dessa pesquisa, o texto de nº 12 foi o que mais apresentou ocorrências de modalização afetiva: foram 14 no total. A presença de advérbios com alta carga emocional como “infelizmente” e “injustamente” marcam de forma bastante clara a avaliação subjetiva do candidato diante da defesa de seu ponto de vista. Juntamente a isso, os adjetivos “deturpados”, “grandes”, “injustos”, “oprimidas” evidenciam como a argumentação do candidato foi construída sob o prisma da personalidade, demonstrando emoção diante do que procurou defender.

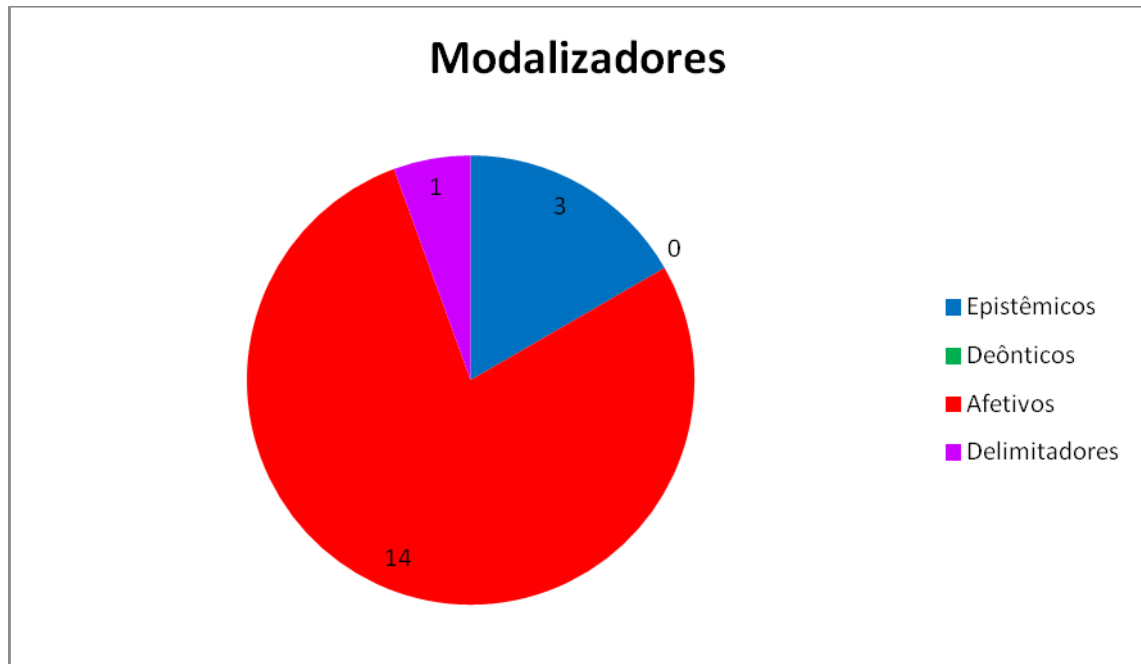
A tabela 8 mostrará os modalizadores dessa redação classificados quanto à natureza.

Tabela 8 – Usos dos modalizadores por natureza

| Epistêmicos | Afetivos | Delimitadores |
|--------------------|--------------------|----------------------|
| Totalmente (2x) | Vitoriosos | Única |
| Completamente | Tão esperada | |
| Podemos perceber | Desejada | |
| | Bem baixa | |
| | Infelizmente | |
| | Deturpado | |
| | Muito injustamente | |
| | De alto escalão | |
| | Igualmente | |
| | Grandes | |
| | Injustiças | |
| | Impedidas | |
| | Oprimidas | |
| | Injusto | |

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 13 – Frequência de modalizadores na redação nº 12



Fonte: A autora, 2019.

Redação nº 13 – Nota 6.

Questionamentos são **mega comuns** no dia a dia, porém, um dos, se não **o mais cruel** é o “verdade ou mentira”, visto que a mentira faz a confiança diminuir e a verdade reforça as relações, a não ser que esta esteja em certas ocasiões servindo para condenar alguém a tentar livrar-se do cometido.

Saber a verdade **pode ser** uma tarefa **difícil** pois muitas vezes as pessoas confundem fato com opinião, o primeiro sendo algo **irrefutável** e o segundo relativo a sua percepção dos acontecimentos, portanto existe a verdade que é o fato, e a verdade individual, pessoal, baseada na percepção de cada um. Desta forma, determinar dos ocorridos, como a possível traição de Capitú, **não são possíveis** de estabelecer uma verdade apenas da perspectiva do marido, ou seja, um indivíduo não participante ou a par de tudo que realmente aconteceu, por exemplo: apenas Capitú e Escobar, se a traição é fato, ou apenas a verdade de Bento, estabelecida através de sua visão **possivelmente distorcida** ou **cega** pelo ciúmes, já que tal romance não é algo visto por todos, pois se fosse, não haveria espaço para ser uma opinião e sim algo irrefutável, porque se todos tivessem presenciado o ocorrido, a verdade seria “universal”, inquestionável, já que todos testemunharam.

A verdade sendo relativa, porém possuindo também dentro deste relativismo o seu caráter absoluto, a sua essência, o fato, **é necessário que** a situação a ser questionada quanto

a sua veracidade **deve ser** analisada de perspectivas diferentes, para que se chegue a sua essência, até a sua forma **mais pura** e **irrefutável**.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Na redação nº 13, percebemos um total de 13 modalizadores, divididos entre as naturezas epistêmicas (cinco ocorrências), deônticas (duas ocorrências) e afetivas (seis ocorrências). A redação em análise foi a que apresentou maior equilíbrio numérico entre as espécies epistêmicas e afetivas. Esse equilíbrio, no entanto, é apenas aparente, uma vez que houve repetição da argumentação e do modalizador (2º e 3º parágrafos). Vimos, aqui, que a modalização afetiva se sobressaiu, uma vez que os argumentos do candidato se respaldaram numa avaliação subjetiva do tema proposto pela banca. Assim, as escolhas lexicais permitiram que a argumentação fosse construída sobre bases fundamentadas na percepção subjetiva. O candidato se centrou em sentimentos e em atitudes psicológicas (“o mais cruel”, “difícil”, “cegas”, “distorcida”, “mais pura”) para expressar a opinião.

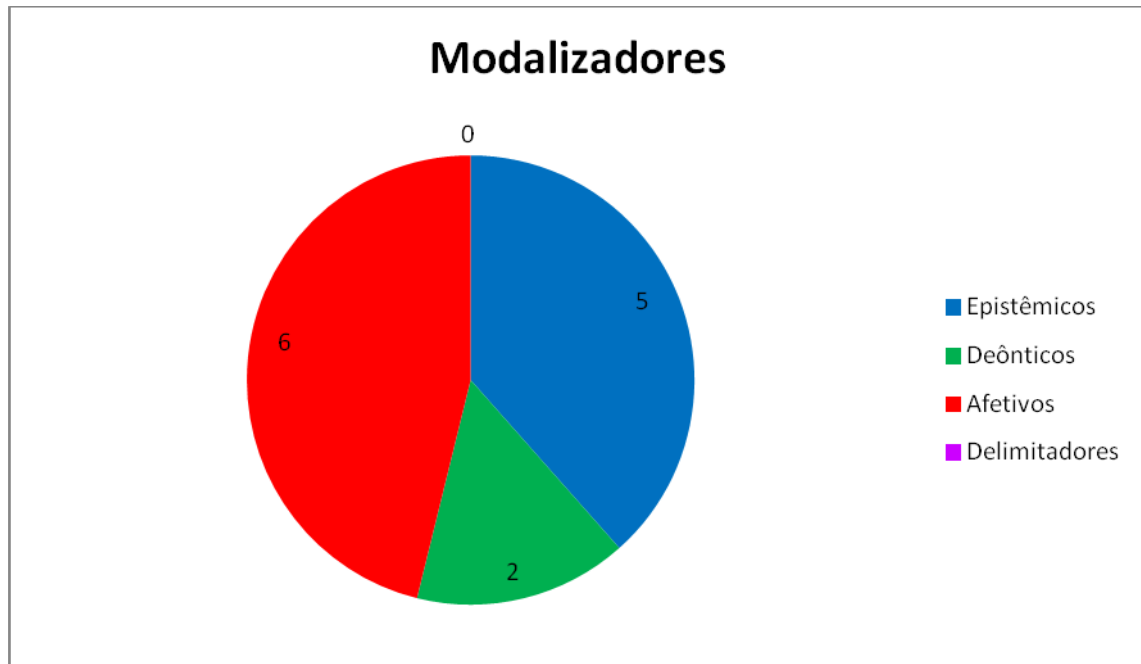
A seguir, a tabela 9 separará os modalizadores quanto à natureza.

Tabela 9 – Usos de modalizadores por natureza

| Epistêmicos | Deônticos | Afetivos |
|--------------------|------------------|-----------------|
| Pode ser | É necessário que | Mega comuns |
| Irrefutável (2x) | Deve ser | O mais cruel |
| Não são possíveis | | Difícil |
| Possivelmente | | Distorcida |
| | | Cega |
| | | Mais pura |

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 14 – Frequência de modalizadores na redação n° 13



Fonte: A autora, 2019.

Redação n° 14 – Nota 6.

É fato que, com o advento da globalização, o acesso à informações diversas, se tornaram **latentes**, de forma tal que, as populações se encontram interligadas por meio de veículos que transmitem informações em massa. Entretanto, a maneira e facilidade com que essas informações chegam, é frequentemente, visto que, muitas das vezes a frente não apresenta segurança e que implicitamente alguns direitos podem estar sendo violado.

Iniciada pelas grandes navegações no século XV e XVI, as tomadas de decisões em prol de aumento de riquezas, por parte de potências mundiais, forçaram os povos dominados a aceitar os preceitos e costumes impostos, como forma de uma verdade absoluta. Contudo, **mal fundamentada** e **bem frágeis** explicações por parte dos dominadores.

Logo, as razões para tal, soavam como forma da mais verdade, transmitidas para os apoiadores, sem repulsa e empatia. Ademais, os dominados não tiveram direito de defesa, pois, quem detinha o conhecimento e força o suficiente para imprimir seus ideais, não aceitava de forma **pacífica** o contraditório.

Conforme o passar dos séculos, os direitos básicos tais como: o direito a vida, o direito a liberdade, direito de se expressar livremente sem represálias, foram **brutalmente** assolados, todavia, o crescimento econômico e social, bem como a evolução da humanidade, é e será o argumento mais plausível, para o aumento da desigualdade, sabendo que, a

informação que chega para um, **pode ser** uma **grande** verdade e para outros soa como **meia verdade** deixa **infinitamente** numa **enorme** mentira.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Em sequência, vimos a redação nº 14 que, conforme se vislumbra, apresenta a mesma predominância que as redações nota seis já analisadas: incidência significativamente maior de modalizadores afetivos. Nesse texto dissertativo-argumentativo, apareceram advérbios como “brutalmente” e “infinitamente”; e adjetivos como “frágeis”, “preocupante” e “grande” que claramente marcam uma subjetividade na construção argumentativa do candidato, o que pode ter contribuído, junto a outros fatores avaliativos, para a pontuação de 60% obtida.

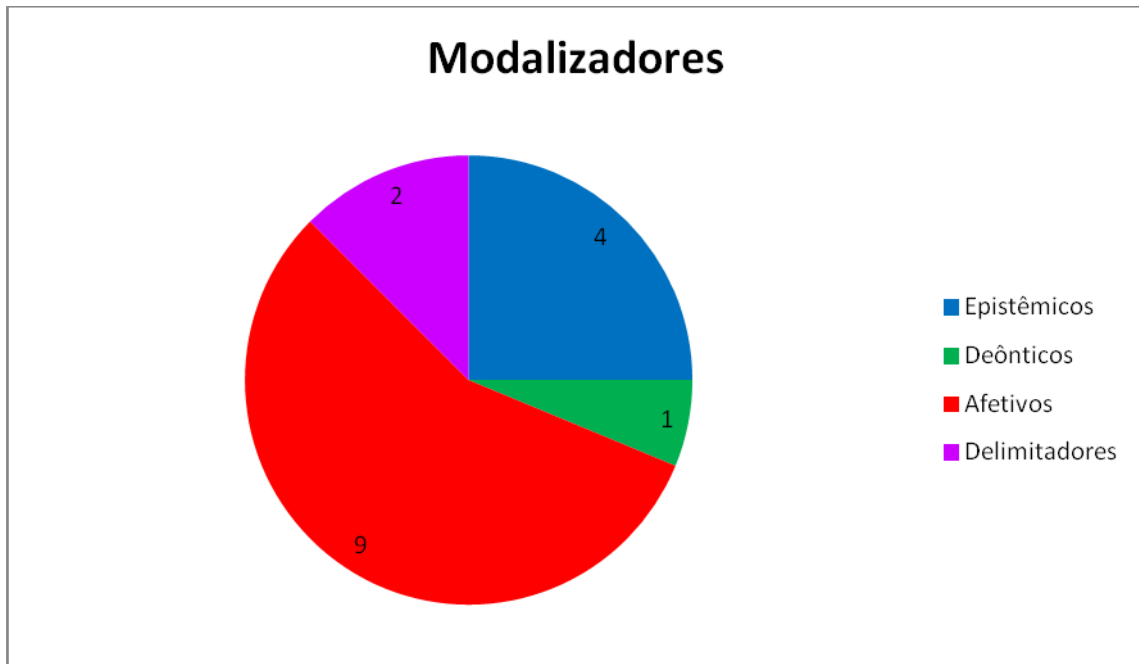
Abaixo, a tabela 10 mostrará os modalizadores da redação nº 14 devidamente classificados.

Tabela 10 – Usos dos modalizadores por natureza

| Epistêmicos | Deônticos | Afetivos | Delimitadores |
|--------------------|------------------|------------------|----------------------|
| É fato que | O suficiente | Latentes | Frequentemente |
| Podem estar | | Mal fundamentada | Implicitamente |
| Mais plausível | | Bem frágeis | |
| Pode ser | | Pacífica | |
| | | Brutalmente | |
| | | Grande | |
| | | Meia verdade | |
| | | Infinitamente | |
| | | enorme | |

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 15 – Frequência de modalizadores na redação nº 14



Fonte: A autora, 2019.

Redação nº 15 – Nota 6.

Vivemos e um mundo onde a cada dia que passa fica **mais difícil** acreditar em pessoas **honestas** e **incapaz** de mentir.

A verdade **não deixa de ser** imposta com base **apenas** em um **único** fato e apenas em uma única afirmação, pois nos dias de hoje fica cada vez **mais difícil** provar uma verdade na qual **se pode confiar** com certeza **não se pode mais acreditar** nem mesmo em pessoas que deveriam nos passar confiança e que dizem poder proporcionar saúde, segurança e educação para a população que são os políticos e candidatos, ao invés disso fazem apenas promessas em suas companhias eleitorais e quando são eleitos e chegam ao poder esquecem-se das promessas feitas ao eleitor.

Não somente na política encontramos a falta da verdade, como também no dia-a-dia na compra de um produto onde vendedores e fabricantes garantem aos compradores qualidade e satisfação do produto, mas nem sempre cumprem **deixando assim a desejar**, pois quando o consumidor tem a possibilidade de testar o produto acaba comprovando que foi apenas mais uma vítima de propaganda **enganosa**.

Existe também um **grande** número de mentiras no mundo virtual como caso de pessoas que acabam aproveitando dos vários benefícios que a internet proporciona ao consumidor como a oferta de preços mais baixos e uma maior variedade de produtos

ocasionando assim a compra de um produto, e ao ser entregue esse produto em sua residência nem sempre aparecia o que foi proposto pelo site, causando assim uma decepção ao consumidor. Existem também casos de pessoas criando personagens fictícios para enganarem as outras, pessoas que escondem atrás de mentiras para esconderem suas faces e até mesmo sua personalidade.

Vivemos hoje em um mundo onde o próprio interesse **é mais importante** do que a honestidade, onde a mentira **vale mais** do que a verdade. Vivemos com pessoas que enganam para tirar vantagem de outras. Está cada vez **mais difícil** viver nesse mundo de **muitas** mentiras e **poucas** verdades.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Analisando a redação nº 15, também avaliada em seis pontos, observamos que se repete a predominância de modalizadores afetivos: foram no total 13 modalizadores dessa natureza. Adjetivos como “honestas”, “difícil”, “enganosa”, “muitas”, “poucas” e “grande” partem muito mais de uma avaliação subjetiva do candidato do que de uma análise real dos fatos, principalmente porque o enunciador não prova o que diz com dados estatísticos ou com fontes confiáveis, permanecendo essas avaliações como meros “achismos” que acabam enfraquecendo a argumentação. Como não se comprova a verdade dos argumentos, tais construções só evidenciam o posicionamento do candidato de maneira subjetiva.

Na tabela 11, os modalizadores da redação nº 15 estão separados por natureza.

Tabela 11 – Uso dos modalizadores por natureza

| Epistêmicos | Afetivos | Delimitadores |
|---|--|----------------------|
| Se pode confiar Não se pode mais acreditar | Mais difícil (3x) Honestas Incapaz Deixando assim a desejar Enganosa Grande É mais importante Vale mais | Único |

| | | |
|--|--------|--|
| | Muitas | |
| | Poucas | |

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 16 – Frequência de modalizadores na redação nº 15



Fonte: A autora, 2019.

As próximas redações (de nº 16 a de nº 20) foram também avaliadas em nota seis pela banca examinadora do vestibular da UERJ 2018. Nelas, notamos que a natureza afetiva se sobressai diante das demais espécies estudadas. Tal ocorrência, em maior escala nas redações conceituadas em 60%, confirma que as construções argumentativas feitas sobre bases subjetivas acabam por exprimir reações emotivas dos candidatos, afastando qualquer avaliação verdadeira sobre o que é dito, o que diminui a adesão, ou seja, o convencimento do leitor quanto ao que se está defendendo.

Redação nº 16 – Nota 6.

Em “Dom Casmurro” de Machado de Assis, Bento utiliza-se de sua própria verdade para culpabilizar Capitolina por adultério, tanto moral quanto juridicamente. No entanto, sua postura apresenta-se como **equivocada**, já que sequer Capitu teve direito à defesa. Na atualidade, atitudes semelhantes à de Bentinho são evidenciadas na política, economia, no campo científico e nas relações interpessoais, em que criam-se tribunais e juízes **imaginários**

– ou não – que, na martelada final, não ouvem a voz **das Capitus** da sociedade.

Antes de tudo, **pode-se citar** o **escasso** esforço de relativização e alteridade por parte do coletivo – os indivíduos, **no geral**, consideram como verdade apenas aquilo que lhes convém, sem que haja uma **efetiva** preocupação em compreender todas as esferas que permeiam a questão. Um exemplo são os europeus que chegaram ao Brasil, aculturando os indígenas na “missão civilizatória” por **serem incapazes** de enxergarem, nos nativos, a cultura deles como **suficiente** para o seu próprio processo civilizatório. Hoje, observa-se que a análise da verdade baseada em uma só visão ainda se perpetua, sem que seja considerada a bagagem individual das outras diversas perspectivas existentes.

Para além desse viés, múltiplas percepções **são necessárias** para a construção da verdade – sabe-se que o céu é azul porque as outras cores são conhecidas. A tarefa de encontrar verdades na sociedade envolve o esforço de analisar as diversidades comportamentais, respeitando-as. **Talvez** Capitu, se comprovada a traição, tivesse sido acusada de desvio de caráter por vivermos em num sociedade monogâmica, mas o desfecho seria diferente caso vivêssemos em um ambiente que não compartilha desse aspecto cultural.

Frente a esse contexto, evidencia-se, portanto, que a verdade **não pode ser** baseada em uma única percepção. **Deve-se atentar** para os diferentes referenciais e para a bagagem individual – moral e ética, respectivamente –, sem que haja a priorização de algumas vozes em detrimento de outras. Os índios e as Capitus devem ser ouvidos para que hajam discussões, a fim de chegar à **almejada** verdade, não silenciada.

Legenda:

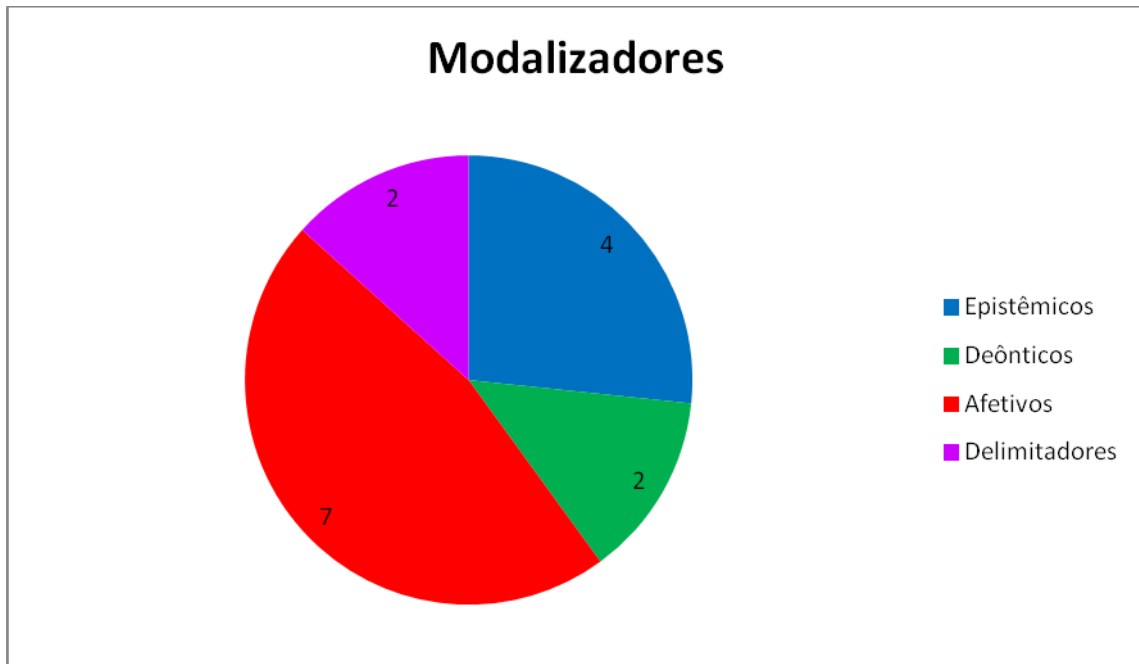
AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 17 – Frequência de modalizadores na redação n° 16



Fonte: A autora, 2019.

Redação n° 17 – Nota 6.

Em nosso atual contexto de crise, o setor midiático brasileiro se apresenta como **importante** agente formador de opinião. Diante disto, vemos a necessidade de refletirmos se a apresentação de fatos selecionados podem ser ditas como verdade. Nesse contexto, a obra Dom Casmurro, de Machado de Assis, apresenta essa questão ao contar a história na qual o narrador personagem, Bentinho, busca convencer o leitor de sua opinião, e deixa claro que é impossível fazê-lo a partir de apenas um ponto de vista.

O fato é que, fica impossível dizer o que realmente aconteceu somente com a versão narrada. A exemplo disto, estão os dois **principais** argumentos do personagem de que foi traído por Capitu: o olhar dela ao defunto Escobar, melhor amigo de Bentinho, e a semelhança de seu filho com seu amigo. Ambos argumentos são **facilmente refutáveis** na medida que os dois são frutos da opinião do narrador, que pode estar equivocado. Assim como o leitor, por não conhecer as personagens, é incapaz de confirmar a semelhança do filho com o amigo, ou dizer que os olhos de Capitu eram, de veras, olhos de cigana oblíqua e dissimulada.

Assim como ocorre no livro, os jornais também procuram convencer seus leitores de sua opinião. Para isso, eles utilizam de números e estatísticas, para, por exemplo, derrubar ou prestigiar um presidente. É por esse motivo, que as mídias têm **grande** poder **manipulador**.

mesmo quando estão **erradas**. Como metaforizou o artista Criollo, “a semente é para o mundo, o que a maçã repete para a mídia”.

Dessa forma, **fica claro** a necessidade de todos os testemunhos e fatos possíveis para que algo torne-se verdade. Além disso, fica o alerta para o poder de manipulação da imprensa, mostrando que **é preciso** buscar os mais variados meios de informação ao formar uma opinião. Assim, **é possível** encontrarmos a **melhor** saída para a crise política na qual nos estamos.

Legenda:

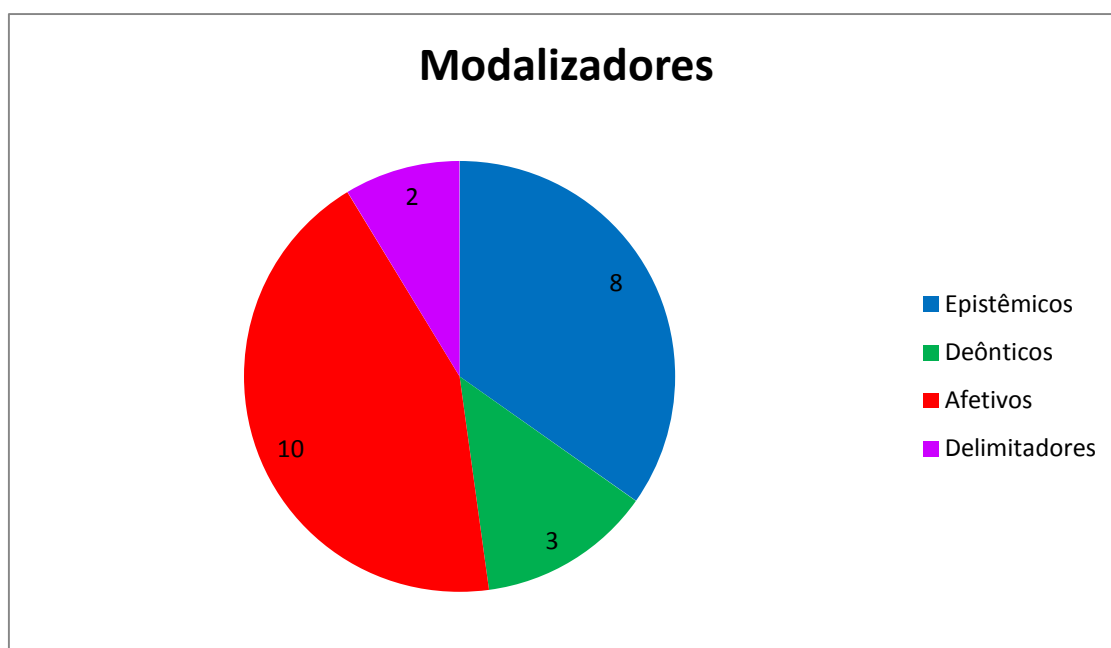
AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 18 – Frequência de modalizadores na redação nº 17



Fonte: A autora, 2019.

Redação nº 18 – Nota 6.

Vivemos em um país onde a corrupção se tornou **uma coisa comum**, cada vez mais, vemos autoridades envolvidas em escândalos, sejam eles políticos ou empresários. **Não temos como** controlar isto pois cada vez a impunibilidade fortalece toda essa classe, que

vive matando idosos em fila de hospitais, tirando o direitos das pessoas viverem com dignidade, somos tratados como **“animais”**.

Todos esses **bandidos** que usam o estado ou até mesmo o governo federal como uma espécie de escudo, são **piores** que muitos **marginais** que cometem um crime por necessidade, ele passam a maior parte do expediente deles desviando recursos públicos para o enriquecimento ilícito, deixando centenas de crianças **com fome** nas escolas, famílias **desabrigadas** nas ruas, salários dos funcionários públicos **atrazados**, tudo isso em um **único** objetivo, deixar todas as pessoas da sociedade **desamparadas** em prol do bem estar e luxúria deles.

A lei deveria funcionar com igualdade pra todos, sem distinção de classe, pois muitos são os que sofrem e os que se beneficiam disso, a autoridade judicial **teria que ser** mais **branda** ao condenar um réu que cometeu um crime por necessidade financeira, **sei** que nada vai justificar um crime, mais ao contrário de muitos casos quando um político ou empresário vão ser julgados são vários requisitos que favorecem a imunidade deles, são conhecedores **bem influentes** a ponto de fazer a verdade se estabelecer com base em uma única perspectiva, tudo que eles mais almejam: ficar rico em tão pouco tempo e adquirir poder para quando forem flagrados terem o direito a pena alternativa e desfrutar de tudo que conquistaram com o dinheiro público, a corrupção é **o grande vilão** em nosso país, e **precisa ser** combatido **imediatamente** começando pela mudança no Código Penal, classificando a corrupção como Crime Hediondo.

Legenda:

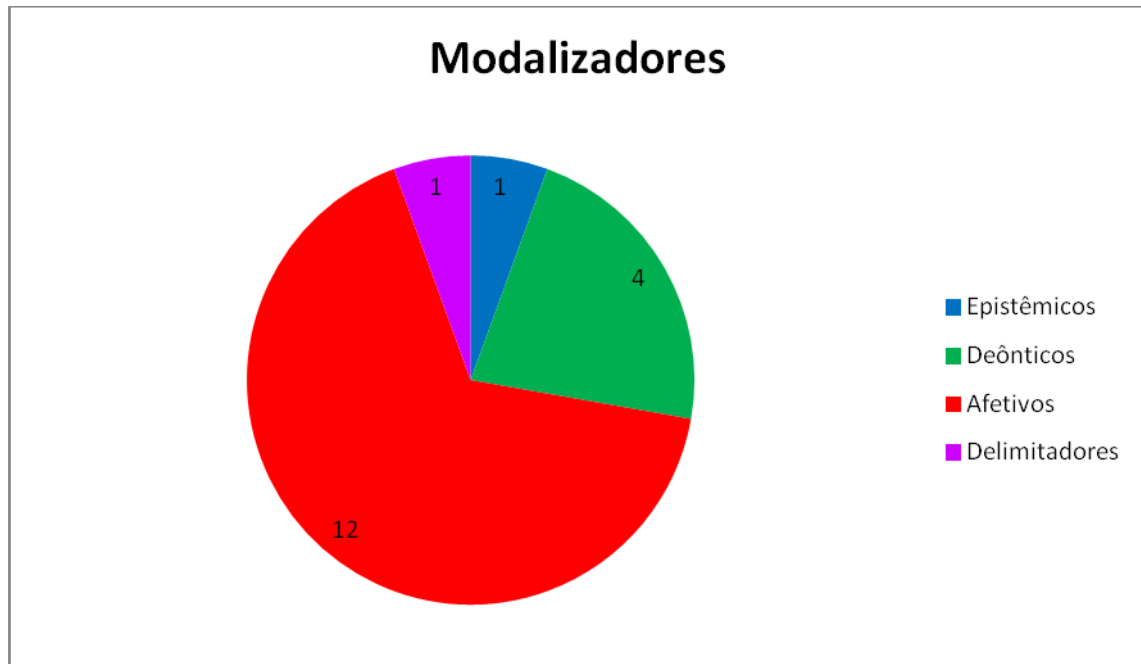
AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 19 – Frequência de modalizadores na redação n° 18



Fonte: A autora, 2019.

Redação n° 19 – Nota 6.

O mundo vive hoje um **intenso** processo chamado globalização. Com isso o que antes fazia parte de um futuro incerto, hoje se torna uma realidade. Só que com os avanços tecnológicos presentes na sociedade, também vieram os problemas sociais. Hoje você já não anda mais na rua **tão seguro** como tempos atrás, a falta de investimentos sociais nessa área tem preocupado muitas pessoas que veem esse problema como um dos principais pontos à ser melhorado. Por outro lado a quem diga que a violência é a mesma de alguns anos passados e que não tem nada haver com os avanços à qual o mundo está passando. **O fato é que** algumas pessoas pensam sobre determinado assunto de um jeito e outras não tem a mesma visão.

Só para lembrar o que antes era de **difícil** acesso a população como: telefone, carros, andar de avião etc. hoje já se tornou uma realidade nas mãos de quem usufrui.

Uns acham que os avanços sofridos pelo mundo tem haver com a cobiça do homem em **sempre querer ganhar mais dinheiro**. Outras pessoas já veem nisso uma forma que o homem encontrou de tornar a sua vida **mais fácil** e **prazerosa**.

Portanto **devemos olhar** a verdade como parte de uma opinião que alguém tem sobre determinado assunto e não ver como o que está certo ou não. Tudo depende do olhar **crítico** que quem analisa.

O mundo é visto por vários olhares diferentes ao mesmo tempo. Então, a verdade depende de cada olhar. E não deve ser aceita como a **opção verdadeira**.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 20 – Frequência de modalizadores na redação nº 19



Fonte: A autora, 2019.

Redação nº 20 – Nota 6.

Cada um carrega consigo uma verdade, então **vamos imaginar** quantas milhões de “verdades” estão sendo ditas neste momento. Aqui dentro da cadeia têm em torno de quinhentos e cinquenta presas e cada uma tem seu lado da verdade, umas **meio inventadas**, outras **reais** e umas **surreais**. Porém, todas têm ligações com o fato de tê-las prendido em uma cadeia.

Assim como em Dom Casmurro, onde Bentinho foi todo o processo em carreira solo só tendo como personagem diferente a Capitu, ele esqueceu e deixou de lado todos os outros fatores que **ai sim** levariam a história desenvolvida e os lados das verdades onde se poderia

estabelecer bases para um fato ocorridos. Mas sabemos que mesmo assim seriam hipóteses de um quebra cabeça que se materializa conforme as verdades são ditas e expostas.

Com o exemplo da vida e dos livros, temos a entender que cada verdade constrói uma **única** verdade, que no fim ainda se formam e deixam no ar dúvidas sobre esse quebra cabeça meio que encaixado tende a ver a visão esférica dos fatos e declarações. Uma verdade têm tantos lados quanto estrelas no céu, mas uma verdade individual, pois a conjunta e histórica tem somente uma com declarações diversas que formam essa única verdade.

Legenda:

AZUL – modalização epistêmica

VERDE – modalização deôntica

VERMELHO – modalização afetiva

LILÁS – modalização delimitadora

Gráfico 21 – Frequência de modalizadores na redação nº 20



Fonte: A autora, 2019.

Agora, vejamos na tabela a seguir como os modalizadores se distribuem, quantitativa e qualitativamente, nas redações *nota seis* analisadas.

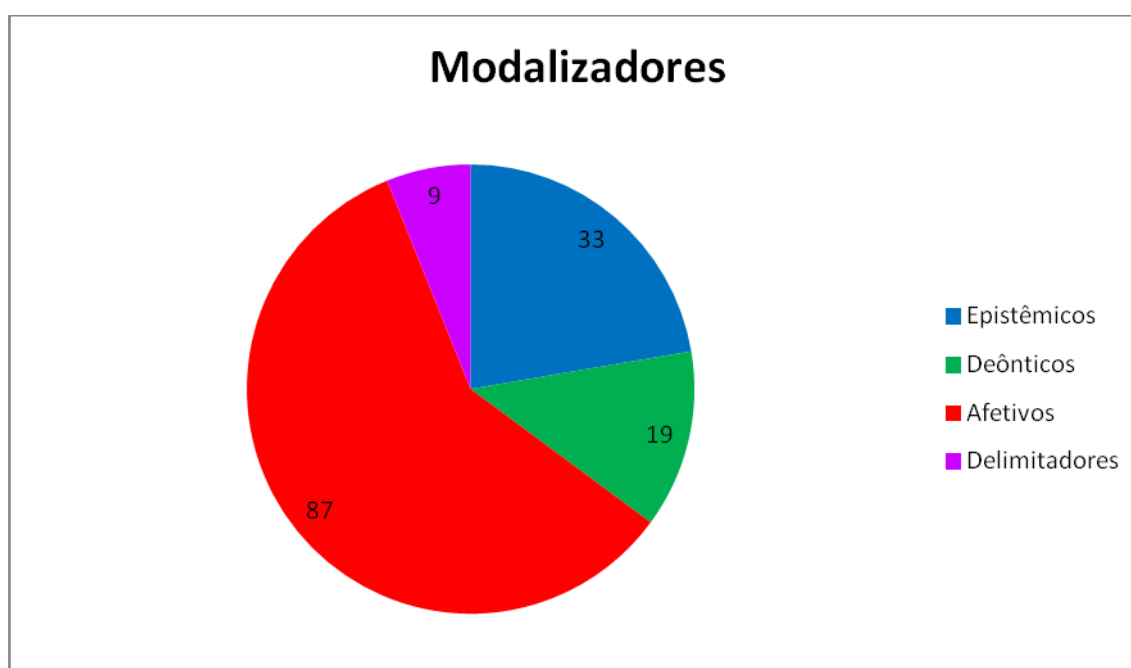
Tabela 12 – Quantificação dos modalizadores por natureza

| Redações nota 6 | | | | Total de modalizadores por redação |
|-----------------|-----------|-----------|--------------|------------------------------------|
| Epistêmica | Deôntica | Afetiva | Delimitadora | |
| 3 | 5 | 5 | 0 | 13 |
| 3 | 0 | 14 | 1 | 18 |
| 5 | 2 | 6 | 0 | 13 |
| 4 | 1 | 9 | 2 | 16 |
| 2 | 0 | 13 | 1 | 16 |
| 4 | 2 | 7 | 2 | 15 |
| 8 | 3 | 10 | 2 | 23 |
| 1 | 4 | 12 | 1 | 18 |
| 1 | 1 | 8 | 0 | 10 |
| 2 | 1 | 3 | 0 | 6 |
| 33 | 19 | 87 | 9 | 148 |

Fonte: A autora, 2019.

Em sequência, o gráfico 22 representa a distribuição dos modalizadores em natureza e em incidência.

Gráfico 22 – Frequência de modalizadores nas redações nota seis



Fonte: A autora, 2019.

Ao final da análise foi possível perceber que os gráficos formados pela leitura dos modalizadores que apareceram no *corpus* mantiveram certo padrão. As redações consideradas nota dez pela banca examinadora apresentaram uma frequência maior de modalização epistêmica (cor azul no gráfico). Em contrapartida, as redações avaliadas com seis pontos contemplaram a natureza afetiva (cor vermelha). Não é que só existam tais espécies de modalizadores nessas redações, pelo contrário; na maioria das vezes, o que presenciamos foram os quatro tipos de modalizadores nos textos, mas a incidência de seus usos mostrou-se maior ou menor, dependendo da nota aferida pelo candidato.

Outro ponto também bastante perceptível nas redações conceituadas nota 10 foi o uso de argumentos de autoridade que acabaram propiciando uma maior consistência na argumentação. Praticamente todas as redações que obtiveram pontuação máxima buscaram outra área de conhecimento, trazendo um especialista para corroborar o ponto de vista defendido. Houve, no entanto, um silêncio de vozes externas à do candidato nas redações avaliadas em nota seis, já que nelas, por meio da modalização afetiva, apenas o posicionamento caracterizado pela subjetividade teve destaque.

Cabe, ainda, apontar uma conclusão interessante sobre os modalizadores delimitadores dentro das redações analisadas. O número de ocorrências dessa espécie foi mais que o dobro nos textos pontuados com a nota máxima, o que acaba mostrando que os candidatos que apresentaram maior domínio de conhecimento se permitiram construir redações mais objetivas, sustentando mais clara e diretamente o ponto de vista defendido.

Por fim, vale mencionar que, por haver um padrão de frequência, decidimos esmiuçar apenas dez das vinte redações analisadas como *corpus*, para que não se tornasse repetitiva e exaustiva a análise. Fizemos isso tanto com as redações valoradas em seis, quanto com aquelas pontuadas em dez. Fica, portanto, uma pergunta: em um *corpus* consideravelmente maior, encontraríamos essa mesma incidência de modalizadores, dividida qualitativamente entre as naturezas aqui analisadas? A intenção com essa pesquisa é enfatizar o estudo dos modalizadores, principalmente em textos imbuídos de argumentação, possibilitando que se propague e alcance as salas de aulas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentar é hoje uma necessidade, e quanto mais cedo nos deparamos com as inúmeras possibilidades de construção da argumentação, melhor nos desenvolvemos no viver em sociedade. As relações que se formam na família, na escola, nos demais núcleos sociais são rotineiramente imbuídas de situações em que argumentar e contra-argumentar se fazem presentes. É, então, por essa relevância social que a argumentação ganhou lugar de destaque na dissertação.

Começamos olhando para a escola. É lá que a criança precisa do ato de argumentar incentivado. Discursos como o de que só se argumenta quando se está escrevendo textos dissertativo-argumentativos não mais se sustentam. Não faz sentido ver a argumentação apenas como um tipo textual, que ganha destaque no Ensino Médio pela adoção nos vestibulares. É necessário lhe dar o status merecido. O aluno precisa ter voz. Não é calando a criança e o adolescente, não é tornando-os sujeitos passivos no processo de aprendizagem que se desenvolverá a argumentação em nossa sociedade. E por que a escola? É nela que permanecemos, geralmente, até a maioridade.

Esqueceu-se de que argumentar é uma necessidade do ser humano (BRETON, 1999). Falta às escolas colocarem a argumentação no lugar que deveria estar, como uma competência a ser desenvolvida por todos os estudantes ao longo da formação, e não apenas um tipo de texto aprendido com o objetivo de ingressar no ensino superior. Enquanto tal realidade não mudar, as produções argumentativas serão um misto de artificialismo e muito pouco exploradas quanto às possibilidades de convencimento e persuasão.

Nesse sentido, para aprofundar os estudos, foram trazidas concepções de escrita cunhadas por Koch e Elias (2014) e por documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (2017). Em ambos os casos, viu-se que a interação autor-texto-leitor é imprescindível para desenvolvermos a escrita na sala de aula. Na Base, ainda pode ser observado que a argumentação ganhou status, colocada como uma das dez Competências Gerais, o que vem ressaltando a sua importância no cenário educacional e social brasileiro.

Buscou-se ainda desmitificar que saber escrever é única e exclusivamente conhecer as regras gramaticais. Fez-se isso alegando que em redações dissertativo-argumentativas dos exames de vestibular e concursos públicos em geral muitas vezes a obediência à norma padrão vale uma parcela pouco significativa da nota. Vê-se isso claramente quando da leitura das redações nota dez analisadas como corpus da dissertação. Tais textos foram digitados

exatamente como os candidatos escreveram e, mesmo altamente conceituados pela Banca, apresentaram, em sua maioria, desvios da norma padrão, evidenciando, por sua vez, a relevância de outros fatores no cômputo da nota final.

Surge a importância em se estudar o fenômeno da modalização. Essa temática, pouco abordada pelos professores de língua portuguesa, permite um aprofundamento da argumentação. Vimos que o uso de modalizadores em textos dissertativo-argumentativos contribui com a construção do posicionamento do candidato diante do tema proposto, porém foi a natureza dessa modalização, muitas vezes, que possibilitou uma formação argumentativa de melhor qualidade.

Tal afirmação se comprovou com a análise quantitativa e qualitativa do corpus, sendo possível apontar que a construção da argumentação se perfaz com um conjunto de fatores em que, dentre eles, a modalização se sobressai. Na pesquisa constatamos que as redações conceituadas com a nota máxima pela banca privilegiaram a espécie epistêmica de modalizadores; enquanto nas redações avaliadas em nota seis preponderaram os modalizadores afetivos. Verificamos também que houve maior presença dessas marcas linguísticas nos textos avaliados com nota dez. Assim, a incidência e a natureza dos modalizadores se deram de maneira diversificada nas redações que funcionaram como corpus da dissertação, marcando diferentes intencionalidades por trás de cada uso.

A temática estudada na pesquisa se apresenta, diante principalmente da importância do texto dissertativo-argumentativo hoje, por ser instrumento, muitas vezes, de ingresso nas faculdades ou nos concursos públicos do país, como um assunto de grande relevância pelas inúmeras possibilidades. Percebemos, no entanto, a pouca menção a esse tema tanto na academia quanto nas aulas de língua portuguesa, o que mostra a rasa habilidade argumentativa de grande parte dos nossos alunos. Primeiro, porque muitos professores desconhecem os tipos de modalizadores e a riqueza do recurso da modalização. Segundo, se os docentes não fazem uso em suas aulas dessas marcas linguísticas, demonstrando seus efeitos, os discentes dificilmente reconhecerão sozinhos tal ferramenta linguística.

Não houve intenção com essa pesquisa de se colocar qualquer ponto final na questão abordada. Pelo contrário, espera-se que maiores discussões e aprofundamentos quanto à natureza dos modalizadores e suas implicações em textos dissertativo-argumentativos continuem objetos de estudos reflexivos por docentes de língua portuguesa. Acreditamos que só assim o trabalho com a modalização, como uma excelente estratégia argumentativa, ganhará lugar nas salas de aula brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suarez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 6. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALENCAR, Elisbeth; FARIA, Graça. Tópico discursivo e argumentação nos textos escolares. In: ELIAS, Vanda Maria (org.). *Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura*. São Paulo: Contexto, 2014.
- ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- ANTUNES, Irandé. *Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília/DF, 2016.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- CASTILHO, Ataliba T.; CASTILHO, Célia M. M de. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do Português falado, v. 2: níveis de análise linguística*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. Argumentação e ‘topoi’ argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- DUTRA, Vania Lucia Rodrigues. *Relações conjuntivas causais no texto argumentativo*. 2007. 145 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto Faraco. *Gramática e ensino*. Rio de Janeiro, *Revista Diadorim* 19, v. 2, 2017.
- FERNANDES, Cidália. *Argumentar é fácil*. Lisboa: Plátano Editora, 2004.
- FIORIN, J. L. *Modalização: da língua ao discurso*. Alfa, Revista de Linguística, São Paulo, v. 44, p. 171-192, 2000.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2014.

GARCEZ, L. H. do C. *Técnicas de Redação: o que é preciso saber para escrever bem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017a.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017b.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; FÁVERO, L. Lopes. *Contribuições a uma tipologia textual*. Uberlândia: EDUFU, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, M.A. et al. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do Nascimento. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 7, n.1, p.30-45, jan./jun. 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do Nascimento; GONÇALVES, Kátia Regina de Almeida. *A modalização como estratégia semântico-argumentativa no gênero textual/discursivo Memorando*. Via Litterae, Anápolis, v. 3, n. 1, p.23-42, jan./jun. 2011.

NEVES, Iara e outros. *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. Rio Grande do Sul: Editora das Universidades, 1998.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia (org.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2004.

PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Milton José. *As Marcas Linguísticas da Enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. 1. ed. Rio de Janeiro: Numen Editora, 1994.

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2015.

VOGT, Carlos Alberto. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática, 1977.

WESTON, Anthony. *A construção do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ANEXOS

REDAÇÃO 1

Visões Aprisionadas

De acordo com o filósofo Platão, em sua teoria da alegoria da caverna, os prisioneiros, por não terem acesso à luz, tinham mais da realidade, julgavam como coisas reais os que visitavam o lado de fora, e concluíam a luz sob uma perspectiva, os homens que não tiveram acesso aos dois lados da realidade afirmavam, de maneira falsa, a existência da realidade, existindo como entabularem a verdade com base em uma visão para gerar conclusões falsas. Nesse sentido, a dificuldade de formação de um senso crítico autônomo, a manipulação pessoal sobre os fatos e a falta de consenso devem ser questionadas.

Ante a tudo, é importante ressaltar como a existência de apenas uma perspectiva impede a formação de opiniões embasadas. Segundo o filósofo Loran, em seu livro "A Terra dos Espelhos", o indivíduo baseia-se no outro para formação de seu senso crítico, utilizando-o como um espelho. Nesse processo, quando o eu é moldado por apenas um espelho, tende a tornar-se igual a ele, e então, não constitui uma opinião verdadeiramente própria capaz de confrontá-lo, repetindo-o automaticamente.

Por outro lado, é necessário destacar como as pessoas podem manipular sua visão sobre os acontecimentos. Durante o Realismo, a crítica social era uma grande pauta, incluindo a utilização das memórias para manter as aparências e os preconceitos. Nesse contexto, autores como Machado de Assis, ao escrever "Dom Casmurro", uma narrativa memorialística na qual Bento Santiago, o próprio narrador, afirma estar tentando abraçar duas partes da vida, a infância e a velhice, e não lembrar-se perfeitamente de algumas coisas, existindo como os personagens por um momento visões negativas nas pessoas. Assim, se Capitu era uma mulher adultera e Bentinho, um ingênuo, é plausível que o ciúme e o medo tenham afetado sua memória.

Outrossim, é preciso evidenciar a importância do consenso. De acordo com o filósofo Habermas, é necessário uma discussão com outros indivíduos para chegar a um consenso. Sob essa ótica, quando somente uma perspectiva é dada, é impossível alcançar a verdade ou a melhor decisão. Dessa maneira, quando pessoas favorecidas inicialmente, como homens e mulheres e brancos, em uma sociedade machista, racista e elitista, foram, não mais respeitadas, dificultando mudanças.

Dessa forma, compreendem-se os riscos que impulsionam que a verdade seja estabelecida por somente uma perspectiva. Sem dúvidas, a formação de um senso crítico autônomo é impossível quando uma opinião não é confrontada, mas apenas repetida. Além disso, a falta de consenso e a manipulação da memória do indivíduo sobre os fatos, tornando os questionários. Além disso, um indivíduo no qual alguém sejam favorecidos por conta de suas posições sociais é incapaz de abraçar o consenso. Dessa modo, como as pessoas não saíram da caverna, permanecendo presos em uma só perspectiva.

REDAÇÃO 2

Verdades Plurais

Segundo a célebre escritora Simone de Beauvoir, a realidade é contada pelos homens através de seu ponto de vista. Analisando o romance Dom Casimiro de Machado de Assis, observa-se que este padrão se repete na obra, visto que Bentinho julga as ações de Capitu de acordo com a sua versão dos fatos, sem dar a esposa o direito de defesa. Dessa maneira, ele acaba limitando o acesso do leitor ao que realmente aconteceu. Conclui-se que somente através do embate e do diálogo entre diferentes pontos de vista é possível chegar mais perto da verdade, visto que qualquer acontecimento tem pelo menos mais de uma versão.

Primeiramente, de acordo com o filósofo Thomas More, nenhum homem é uma ilha. Esse pensamento nos leva a refletir sobre a importância do diálogo, da troca e do convívio entre os seres humanos. Assim, quando se busca a verdade sobre uma situação é de extrema importância que todas as versões daquele acontecimento sejam levadas em conta, já que nenhum fato pode ser narrado com base em uma única perspectiva. Há sempre que se considerar os outros atores sociais presentes no contexto. Não fosse a obra de Machado narrada de forma unilateral, os leitores poderiam ter acesso a visão de Capitu acerca dos acontecimentos presentes no romance.

Outrossim, é importante destacar que a realidade é relativa, ou seja, ela é moldada de acordo com o ponto de vista de quem a observa. Um ditado popular africano afirma que em qualquer situação existem pelo menos três ^{verdades} ~~versões~~; a de quem narra, a de quem escuta e a que realmente aconteceu. Esse ditado valoriza a importância de se considerar as diversas versões de um fato para se aproximar da verdade, alertando para que tal acontecimento seja lembrado e julgado da forma mais fidedigna possível.

Conclui-se, portanto, que a verdade só pode ser alcançada a partir do confronto de ideias distintas acerca de um determinado assunto. Ao nos prender e limitar a um único ponto de vista, corremos o risco de nos tornarmos os prisioneiros da caverna de Platão, presos a uma visão ~~de~~ falsa da realidade. Assim, é fundamental que tenhamos o hábito de debater e analisar as diversas versões dos acontecimentos presentes no nosso cotidiano, com o intuito de nos aproximar o máximo possível da verdade para que esta represente não apenas a visão dos homens como apontado por Simone de Beauvoir, mas de toda a sociedade.

REDAÇÃO 3

O poder de perspectiva unilateral

É de conhecimento geral que toda história, relato ou argumento possui visões diferentes que, na maioria dos casos, vão de encontro com os interesses de cada um e não se compatibilizam necessariamente, com estabilidade e verdade. Assim, a imposição de uma única perspectiva possui o indubitável poder de persuasão, convencimento e manipulação, que pode desencadear uma simples fofoca ou conflitos geopolíticos internacionais.

A priori, é inegável o fato de que a perspectiva de uma única visão sempre esteve presente na história da humanidade. No Brasil, por exemplo, a obscura ideia de que o índio é preguiçoso ou que este foi completamente ingenuo e se ao trocar bens brasileiros por espelhos e outros durante os períodos de comércio com os portugueses, é o evidente resultado de uma historiografia que considerou apenas a perspectiva europeia e ~~desconsiderou~~ pouco se preocupou em avaliar também que os objetos trocados tinham o mesmo valor para ambas as partes de onde foram cedidos. Logo, o relato de o eurocentrismo prevaleceram e interferiram na construção de uma visão que se dá com tais impactos em pleno século XXI.

Dulceiron, também remeter a importância em entender a história. Assim como Machado de Assis mostrou o quanto é impossível ^{questionar} e obter possíveis e diferentes interpretações dentro de uma narrativa, quando ^{isto} deixa dúvidas para o leitor suficiente mesmo tempo em que o conduz a uma conclusão pronta, e definitiva que fazemos isso na vida, seja na escola, para saber como fazer ou até mesmo na hora de ser escolhido um prefeito ou presidente para ~~representar~~ representar o meio país. Deste modo, é necessário que haja uma constante busca por estabilidade da verdade.

Em vez disso de que foi mencionado, é de suma importância que tenhamos atenção ao indubitável ~~indubitável~~ poder que a perspectiva unilateral possui de não estabelecer a verdade. É preciso questionar, refletir, buscar entender todas as visões e interpretações possíveis para uma história para, então, concluir o algo. É preciso criticar e evitar o relativismo para compreender não só o mundo que nos cerca, mas a verdade sobre nós mesmos.

REDAÇÃO 5

Luz da razão

Conforme afirma Jean-Paul Sartre, importante filósofo existencialista, a existência dos indivíduos só pode ser estabelecida à parte do contato com outros participantes da vida social de qual eles fazem parte. Há uma ética e um princípio moral comuns que os ligam e aproximam. Os atos, em si, a liberdade e a vida social é real e muitos seguem regras com base em consensos, embasados na ética existencial. De fato, a verdade é uma característica imutável dentro de certos contextos, mas em outros, com um uso crítico de palavras, torna-se difícil ter garantias de facticidade dos pressupostos iminentes.

Outro princípio moral iminente é a indelével e crescente da população mundial que está criando infinitas novas regras dentro de um mesmo espaço-tempo. A parte da existência humana que difere de grupos apresentam idéias de três entre si e, portanto, permite que não haja um código claro e fixo, onde as regras tornam-se imutáveis e seguem a realidade social. Sua essência para a sociedade e a parte da existência da sociedade humana não é um espaço para a realização imutável dos princípios em um espírito amado onde se chega ao estado. Para formar o pacto em muitos casos, a ciência à verdade, vivendo as regras e a conduta em um julgamento que todos na imitação imutável de si mesmos se baseiam e exclusivamente nas regras.

Ademais, é imutável que as regras ditam pelos direitos de se defender das acusações injustas, não se contentando ou exigindo debates, mas também exigindo a luz omnia repetidas. Nessa perspectiva, afirma-se a primazia de que a verdade é construída a partir da possibilidade humana, caso contrário, por um ambiente democrático em que os fatos comuns ganham destaque pela sua existência, além de serem para populações, não obstante que uma única frequência se propaga horizontalmente. De fato, não há fato que durante toda a história a verdade sempre foi usada para outros fins distintos, como o amor, ganhos ou interesses e espalhar idéias verdadeiras. Logo, acusações devem ser precedidas independentemente de um grau de verdade, por compromissos com países podem valer uma vida ou um amor.

Religiosos, portanto, a conclusão que a imitação imutável das regras impede que discutam questões iminentes no desenvolvimento da sociedade contemporânea. Por isso, é crucial que todos tenham regras na vida social, onde uma organização clara, fixa e listada das regras da parte que suportam a vida. Além disso, regras que a existência dos indivíduos possa se constituir socialmente sob regras de racionalidade e tolerância. Assim, a verdade não é um caso algum se comprometem pela afirmação que a própria da tendência, estando sempre a luz da razão eliminando todos e quaisquer flutuações que tentem fugir ou negar a verdade.

REDAÇÃO 6

Libros de rigora oblíqua ou libros de um discurso?

A multidimensionalidade de cada indivíduo está subordinada às convicções pessoais adquiridas ao longo da vida. Nesse sentido, toda verdade é relativa na medida em que representa uma estimativa do interior de cada um. Por isso, tal processo de construção pressupõe o diálogo entre perspectivas, de maneira a estabelecer uma aproximação justa dos fatos.

Em uma aproximação analítica, supervalorizar a própria verdade em detrimento da possibilidade de estar errado está relacionado, intrinsecamente, à necessidade de autoafirmação. Dessa forma, há uma tendência em exacerpar opiniões e que se quer ver, e não a realidade de fato, ainda que só existam evidências circunstanciais. Isso se ilustra, por exemplo, na análise de Dom Pascoevus feita por Helen Caldwell, escritora ilustre, que compara Bentoinho a Otelo, de Shakespeare. Otelo assassinou a esposa porque acreditou erroneamente numa invenção manipulada; uma visão deturpada que foi alimentada por um individualismo que já era existente nele.

Paralelamente a isso, a interação das variadas formas de uma ideia não é excludente, ou seja, verdades diferentes podem estar certas por fazerem sentido dentro de um determinado contexto situacional. Com isso, pode-se compreender que a supremacia de um único pensamento é ilógica, pois se aponta na ilusão de que há uma verdade universal. A pluralidade dos indivíduos é o que fundamenta a diversidade de opiniões, e a compreensão disso é o cerne de toda e qualquer relação interpessoal saudável.

A verdade, portanto, não pode ser baseada em uma única perspectiva, haja vista que isso é inviabilizado pela relatividade das impressões individuais. Por essa razão, estar receptivo a variadas formas de análise, bem como ter empatia pelo outro é substancial. Para Bento Santiago em Dom Pascoevus, por exemplo, papetelina era completamente dissimulada, mas se ele a tivesse interpretado apenas como alguém diferente dele, sem julgamentos excessivos, teria ocasionado menos sofrimento. O respeito à diversidade de pensamento é indispensável em todas as esferas da sociedade.

REDAÇÃO 7

"Verdade da Verdade"

"Não vemos as coisas como elas são, mas como nós somos" é uma máxima para de cicuta francesa. Assim, não aponta para uma única questão da complexidade humana: a construção da verdade. Durante séculos, e em diversos setores, na filosofia as respostas para o que é verdade, como alcançá-la, como alcançá-la e como mantê-la. Entretanto, qual é a verdade: uma coisa em si? Seria possível alcançar a verdade pura e universal, deixando-a em uma coisa em si? Ou a verdade seria uma construção social - pautada nas relações de poder e de subjetividade entre os indivíduos?

Em primeiro lugar, mostra-se a realidade social e papel da fala - especialmente a que tem potência para manipular - na construção de uma certa "realidade". Segundo Habermas, filósofo do século XX, os indivíduos utilizam-se de estratégias como a autoridade, a coerção e a agressividade para defender seus argumentos - e constitui uma mídia de interação a partir desta fala e pautadas, em parte, em virtude a razão comunicativa nas discussões, na qual as pessoas buscam e renunciam a manipulação e a ética de discussões, com a implicação de fatos e a manipulação de informações. A partir desta filosofia, tem-se a seguinte questão: a construção de que a construção da verdade depende, pelas relações de poder, autoridade e influência: e mede como alguém defende e explica seu argumento - por mais de um de um tipo de linguagem e de mídia social - seja o aparecimento de uma realidade compartilhada, acordada.

As noções precedentes, é preciso estabelecer a relação entre a verdade e a subjetividade dos indivíduos. A partir de início das ideias de postmodernos - através das discussões de Sigmund Freud - passou a ser claro que a complexidade humana era baseada na construção das identidades, através de vários níveis. Assim, as pessoas estão constantemente propensas a interpretar fatos a partir de um determinado ponto de vista, por meio das impressões pelas quais passaram e por suas próprias interpretações de si. A máxima freudiana: "Quando Pedro me fala de Paulo, ou mais de Pedro do que de Paulo" ilustra perfeitamente essa situação, confirmando que nossos passados e experiências subjetivas influenciam na formação de opiniões. Desta forma, mostra-se possível afirmar que a construção de que é a verdade está atrelada à subjetividade, o que faz com que seja muito relevante que duas pessoas tenham experiências diferentes para um mesmo fato.

Portanto, é possível afirmar que não se pode determinar a verdade a partir de um único ponto de vista. Existem múltiplas verdades e elas podem ser mudadas de acordo com interesses, valores morais e impressões subjetivas. Se "uma história é feita de histórias", e mesmo é válida para a verdade: cada um tem sua própria visão sobre ela.

REDAÇÃO 8

Olhos de cigarna oblíqua e ofuscada

(A) No limiar do século XXI, ainda se discute a questão de adulação de Capitu no romance Dom Carmeiro. Ao longo do livro, o leitor só é exposto à versão de Benedito da história, de modo que é impossível chegar a uma conclusão. Com isso, faz-se claro que a verdade não pode ser estabelecida com base em uma única perspectiva.

Em primeira instância, compreende-se que o relato de vista de Benito é distorcido e tendencioso posto que ele está dominado por sentimentos como ciúmes e inveja. Segundo Madeline Scudéry, o ciúme sempre orienta mais do que aquilo que procura. Assim, não é possível realizar um julgamento baseando-se em apenas um lado por este pode ser influenciado por pressões externas.

De acordo com Schopenhauer, todo homem toma como os limites do mundo os limites de seu próprio campo de visão. Tomando como norte a máxima de autor, infere-se que os indivíduos possuem visões e juízos limitados e, por isso, não se pode tomar apenas uma delas como base para um juízo.

Por fim, pode-se fazer uma alusão à democracia, que de todos os modelos políticos, foi o que obteve maior sucesso. Isso se dá posto que nela as perspectivas de todos prevalecem sobre o indivíduo. Desta forma, é possível chegar a uma verdade sobre o que é melhor para a sociedade como um todo.

Diante desta análise, pode-se dizer que o romance de Machado de Assis estará para sempre aberto a interpretação. Sem a leitura de Capitu e seus olhos de cigarna, nunca será possível chegar a um veredito, visto que a versão de Benedito é extremamente tendenciosa. Com isso, Dom Carmeiro segue como mais um exemplo de é sempre preciso ver os dois lados da moeda.

REDAÇÃO 9

Primum, non nocere

É notório que a sociedade, constantemente, se apresenta em uma embate no qual tende à adoção de uma única perspectiva como verdade sobre algum assunto. O ser humano, desde os tempos mais remotos, sempre buscou por conhecimento e por respostas. Assim também se faz a ciência, que busca conclusões para as hipóteses inicialmente levantadas. Portanto, o anseio por verdades absolutas, que põem fim à dúvida humana, pode promover a ausência de relativização e a condenação.

É comum que, ao se basear em uma única perspectiva, essa se torne excludente com as demais. A adoção de um único ponto de vista, comumente, não permite a aplicação do conceito de relativização. Na física, por exemplo, um mesmo corpo pode estar parado ou em movimento, dependendo de como esteja seu observador, que é o referencial. Dessa forma, admitir um ponto de vista único, sem considerar os múltiplos observadores restringe as possibilidades de análise, fazendo com que apenas um lado seja visto e considerado como verdade, o que, freqüentemente, tende ao erro.

Além disso, ao se gerar verdades com base em apenas uma perspectiva, torna-se possível agir de forma a condenar pessoas que, na verdade, são inocentes. O telo, obra de Shakespeare que serviu de inspiração para Machado de Assis, demonstra tal fato, no qual a personagem Desdêmona é morta por Otelo, mesmo sendo inocente. Essa atitude, demonstrada pela obra, não se restringe apenas a ela, sendo observada também na sociedade, onde o desequilíbrio da dicotomia razão-emocão — que pode ser ocasionado pela adoção do extremo mesmo em um único ponto de vista — geralmente serve como fator estimulante para crimes passionais.

Portanto, percebe-se que restringir as múltiplas visões acerca de algo pode gerar efeitos excludentes e promover a perpetuação de opiniões erroneamente classificadas como verdades absolutas. Nesse caso, como em tantas outras problemáticas da vida, cabe enfatizar o princípio "Primum, non nocere", expressão latina cuja tradução literal significa "primeiro, não prejudicar". Sócio será quem, antes de crer em uma verdade baseada em uma única perspectiva, analisar com senso crítico se a mesma não prejudica o outro nem a si mesmo, dentro dos princípios de uma sociedade plural, como é a nossa.

REDAÇÃO 10

Lecturas de la semana

Em seu livro "Memórias do Cárcere", o escritor Quirino Bentes afirma que não confia na própria memória para garantir a veracidade dos fatos que deseja narrar. Dessa forma, as suas apresentações não apenas são versões dos acontecimentos, segundo aquele que domina. Nesse sentido, percebe-se que é impossível estabelecer a verdade a partir de uma perspectiva única, visto que a subjetividade é inerente ao homem, o qual interpretará a realidade de acordo com as experiências pessoais de sua anterior individualidade.

Segundo esse parágrafo, observamos que não se permite alcançar a verdade por um único ponto de vista, uma função da subjetividade humana, a qual é influenciada pelo meio. Segundo Durkheim, o fato social, a cultura, age como uma força que molda o comportamento e a mentalidade do indivíduo. Assim, experiências de diversos contextos de uma sociedade irão atuar de formas distintas nas atitudes. Diante disso, a memória como cada pessoa sempre de um fato varia conforme a cultura na qual está inserida, sua criação familiar, educação formal, entre outros fatores. Em um cenário de grande segregação, as classes dominantes são favorecidas, apresentando seus fatos e valores como positivos por meio da mídia como modo de estabelecer uma verdade como universal.

Adicionalmente, percebe-se que uma única perspectiva expõe validamente os fatos. Em seu livro "Modernidade líquida", o sociólogo alemão Zygmunt Bauman caracteriza a contemporaneidade como um momento de mudança dos valores de passado e efemeridade nas relações interpessoais. Tal panorama permite maior desconexão do comportamento egoísta. Os fatos vão, por simetria, adaptados para atender as necessidades de quem os interpreta, seja uma pessoa ou um grupo predominantemente na sociedade. Isso ocorreu, por exemplo, durante o genocídio nazista ou o Holocausto, liderado por Adolph Hitler, o qual justificou a morte de milhares de judeus, comunistas, e gays e homossexuais pela ideia utópica e preconceituosa da ideia da "pureza da raça ariana", por combater os alemães supostos subdesenvolvidos.

Excluiu-se, portanto, que a verdade não pode ser estabelecida de qualquer um dos pontos de vista, uma função da influência das experiências pessoais e da individualidade na subjetividade humana. Como faz Bento Santiago, narrador-personagem do romance "Dom Carmo" de Machado de Assis, e inicialmente sempre apresentará a sua versão pessoal dos fatos que conta, procurando, por isso, justificar suas atitudes para si e para a outra. Basta à sociedade, então, buscar entre essas versões acontecimentos, buscando a história que muitos meios "impassíveis" afirmam em seus textos.

REDAÇÃO 11

O Direito da Verdade.

Vivemos em sociedade, em "conjunto", desde os primórdios, e algo como a "verdade" não pode ser definida por uma pessoa só, uma vez que as pessoas são diferentes e possuem perspectivas que se diferem. Dessa forma optamos por viver em uma democracia (governo do povo), a qual a "verdade" é um direito.

Muitas vezes criamos verdades, ou acreditamos fielmente em criações de nossa mente para nos confortar, como fez Bentinho, em "Dom Cosmuro", ao sentir atração por Sancha, ele logo associa a relação de Capitu com Eschobar, criando sua própria verdade, a que foi traidora por sua esposa com seu melhor amigo. Na obra vemos apenas a perspectiva do próprio Bentinho, mas não a de Capitu, obra que não teve direito a sua verdade.

Se vivemos em uma democracia, onde temos direitos e poder de escolha, a verdade também deve ser definida pelo povo e para o povo, e não só definida por uma só perspectiva, como fez Bentinho. Como a ser humano precisa e deve saber a verdade, nada melhor que ela seja democrática, onde o povo, ou sua maioria decida. Até a Justiça funciona assim, pessoas ouvem mais versões de um mesmo fato, e depois, embora a verdade recaia na decisão final de uma pessoa só, o Juiz, ele se utiliza de mais de uma perspectiva para tomar a sua decisão.

É inevitável que a verdade tenha muitas perspectivas diferentes, mas é necessário que todas tenham sua verdade dita, que é seu direito. Para que assim não tenhamos mais Capitus sem seu direito da verdade.

REDAÇÃO 12

A Voz do Silêncio

Bom cidadão é que viveu humando em muitas das suas decisões por alguma circunstância da vida, recebeu acusações por atos acontecidos ou até mesmo algo não acontecido, dependendo totalmente da Justiça para fazer justiça em sua vida, mas a porcentagem dos vitimados ao receberem a tão esperada e desejada justiça é bem baixa, e a peça não toma conta por não terem o direito de falar e de se auto defenderem.

Atualmente muitos não procuram essa tal "justiça" ao longo de sua vida, mas impelmente os direitos do ser humano não sendo deturpados ao longo dos anos que se não passando por isso nem que o silêncio não forçado por justiça, a quietude não é um máis boca, mas explode na consciência do ser humano.

Contudo podemos perceber que por uma única perspectiva há a motivação de acusação e condenação de um indivíduo. Muito injustamente pessoas de alto estatuto são deturpando os direitos do ser humano impedindo totalmente o direito de falar, que é para todos igualmente.

Em fim, podemos perceber que a sociedade não depende grandes injustiças e no mesmo tempo recebe impedidos e apressados do seu direito de falar. São os "grandes" que têm direito de falar mereço justo. Somente com a coragem do ser humano ao abrir a sua boca e lutar pelos seus direitos imediatamente, um dia toda essa injustiça irá acabar.

REDAÇÃO 13

A Verdade

Questionamentos não muito comuns no dia a dia, porém um dos, se não o maior, é a "verdade ou mentira", visto que a mentira faz a confiança diminuir, a verdade amplia as relações, e não sei que até esteja em certas ocasiões recomendado para condenar alguém a tantas lições de consciência.

Saber a verdade pode ser uma tarefa difícil pois muitas vezes ao processo confunde-se fatos com opiniões, e primeiro sendo algo inquestionável e segundo relativo a sua percepção dos acontecimentos, portanto existe a verdade que é o fato, e a verdade individual, pessoal, baseada na percepção de cada um. Desta forma, ditames da economia, como a parcial transição de Lapiro, não são possíveis de estabelecer uma verdade apenas da perspectiva do mercado, ou seja, um indivíduo não participante ou a parte de fato que realmente aconteceu, por exemplo: apenas Capital e Trabalho, ou a transição é fato, ou apenas a verdade de mente, estabelecida através de sua visão pessoalmente percebida ou cega pelo viés, já que tal romance não é algo visto por todos, pois se fosse, não haveria espaço para ser uma opinião e um algo inquestionável, porque se todos tivessem presenciado o mesmo, a verdade seria "universal", impossível questionável, já que todos testemunharam.

A verdade sendo relativa, porém possuindo também dentro deste relativismo e seu caráter absoluto, a sua essência, o fato, é necessário que a natureza seja a ser questionada quanto a sua realidade de ser analisada de perspectivas diferentes, para que se chegue a sua essência, até a sua forma mais pura e inquestionável.

REDAÇÃO 14

É fato que, com o advento da globalização, o acesso à informações diversas, se tornaram latentes, de forma tal que, as populações se encontram interligadas por meio de veículos que transmitem informações em massa. Entretanto, a maneira e facilidade com que estas informações chegam, é preocupante, visto que, muitas das vezes a fonte não apresenta segurança e que implicitamente algumas direitos podem estar sendo violados.

Iniciada pelas grandes navegações no século XV e XVI, os tomados de decisões em prol de aumento de riquezas, por parte de potências mundiais, fizeram os povos dominados a aceitar os presentes e costumes impostos, como forma de uma verdade absoluta. Contudo, mal fundamentada e sem frógeis explicações, por parte dos dominadores.

Logo, as razões para tal, ocorrerem como forma da mais verdade, transmitidas para os apreciadores, sem repulsa e empatia. Ademais, os dominados não tiveram direito de defesa, pois, quem detinha o conhecimento e força o suficiente para imporem seus ideais, não aceitava de forma pacífica o contraditório.

Conforme o passar dos séculos, os direitos básicos tais como: o direito a vida, o direito a liberdade, o direito de se expressar livremente sem repulsa, foram brutalmente violados, todavia, o crescimento econômico e social, bem como, a evolução da humanidade, é e será o argumento mais plausível, para o aumento da desigualdade, salientando que, a informação que chega pra um, pode ser uma grande verdade e pra outros não como meia verdade ou simplesmente como enorme mentira.

REDAÇÃO 15

Vivemos em um mundo sem verdade.

Vivemos em um mundo onde a cada dia que passa fica mais difícil acreditar em pessoas honestas e incapazes de mentir.

A verdade nos dá um impacto com base apenas em um único fato e aparece em uma única afirmação, por isso hoje fica cada vez mais difícil acreditar numa verdade na qual se pode confiar com certeza. Não se podem mais acreditar num mundo em pessoas que distorcem nos mesmos conceitos e que dizem poder proporcionar saúde, segurança e educação para a população que não se politiza e candidato, ao invés disso fazem apenas promessas em suas campanhas eleitorais e quando não elitos chegam ao poder, esquecem-se das promessas feitas ao eleitor.

Não somente na política encontramos a falta da verdade, como também no dia-a-dia na compra de um produto onde vendedores e fabricantes garantem aos consumidores qualidade, satisfação de produto, mas nem sempre cumprimos dizendo assim a verdade, pois quando os consumidores têm a possibilidade de testar o produto acabam compreendendo que foi apenas mais uma tentativa de propaganda enganosa.

Existe também um grande número de mentiras no mundo virtual como caso de pessoas que acabam apresentando aos outros benefícios que a internet proporciona os consumidores como a oferta de preços mais baixos e uma maior variedade de produtos ocasionadamente assim a compra de um produto, e ao mesmo tempo esse produto em sua residência nem sempre aparece o que foi prometido pelo site, causando assim uma decepção ao consumidor. Existem também casos de pessoas criando perfis falsos para enganarem os outros, pessoas que se escondem atrás de máscaras para exercerem seus feitos e até mesmo sua personalidade.

Vivemos hoje em um mundo onde a verdade importa e mais importante do que a honestidade, onde a mentira vale mais do que a verdade. Vivemos com pessoas que enganam para tirar vantagem de outros. Está cada vez mais difícil viver neste mundo de muitas mentiras e poucas verdades.

REDAÇÃO 16

Silêncio

Em "Dom Caburru" de Machado de Assis, Bento utiliza-se de sua própria verdade para culpa-
bilizar Capitulina por adulterio, tanto moral quanto juridicamente. No entanto, sua posu-
ra apresenta-se como equivocada, já que sequer Capitina teve acesso à dita. Na avali-
dade, a atitude de Bento é ^{criticada} ~~criticada~~ ^{eminentemente} ~~eminentemente~~ ^{de} ~~de~~ ^{são evidenciadas} ~~são evidenciadas~~ na política, economia, no campo científico e na rela-
ções interpessoais, ~~em~~ ^{em} que vivem-se tribunais e juízes imaginários - ou não - que, na
mantida firme, não ouvem a voz dos fatos da verdade.

Antes de tudo, pode-se citar o incômodo infenso de relativização e alteridade por parte do
coletivo - os indivíduos, no qual, ^{consideram como verdade apenas aquilo que} ~~utilizam-se de~~ ^{eles con-} ~~de~~ ^{tem} ~~para~~ ^{para} ~~definitivamente~~ ^{definitivamente}
vêm, sem que ~~nos~~ ^{nos} haja uma efetiva preocupação em compreender todas as esferas que permeiam
a questão. Um exemplo são ^{os europeus} ~~os europeus~~ que chegaram ao Brasil, ^{avulorando} ~~avulorando~~ ^{os indígenas} ~~os indígenas~~
na "missão civilizatória", ^{por serem incapazes de enxergar os nativos,} ~~por serem~~ ^{o próprio} ~~o próprio~~ ^{cultura del-} ~~cultura del-~~
como suficiente para o ^{seu} ~~seu~~ próprio projeto civilizatório. ^{Hoje,} ~~Hoje,~~ ^{construindo} ~~construindo~~ ^{a análise da verdade} ~~a análise da verdade~~
baseada em uma só visão ainda se ^{sem} ~~sem~~ ^{que} ~~que~~ ^{seja} ~~seja~~ ^{considerada} ~~considerada~~ ^{a bagagem individual} ~~a bagagem individual~~
da ^{outras} ~~outras~~ ^{diversas} ~~diversas~~ ^{perspectivas} ~~perspectivas~~ ^{de} ~~de~~ ^{para} ~~para~~ ^{além} ~~além~~ ^{de} ~~de~~ ^{uma} ~~uma~~ ^{única} ~~única~~ ^{visão} ~~visão~~ ^{existente} ~~existente~~ ^{em} ~~em~~ ^{uma} ~~uma~~ ^{única} ~~única~~ ^{visão} ~~visão~~.

Para além desse viés, múltiplas percepções são necessárias para a construção da verda-
de - sabe-se que o viés é aquele porque ^{com} ~~com~~ ^{as} ~~as ^{outras} ~~outras ^{visões} ~~visões ^{confecida,} ~~confecida,~~ ^é ~~é~~ ^{que} ~~que
fa de encontrar ^{na} ~~na ^{sociedade} ~~sociedade ^{envolve} ~~envolve ^o ~~o ^{esforço} ~~esforço~~ ^{de} ~~de ^{analisar} ~~analisar~~ ^{as} ~~as ^{diversidades} ~~diversidades~~ ^{com} ~~com
potencialidade e ^o ~~o ^{respeito} ~~respeito~~ ^{as} ~~as~~ ^{diversidades} ~~diversidades~~, ^{respeitando-as.} ~~respeitando-as.~~ Talvez Capitina, ^{se} ~~se ^{Capit-} ~~Capit-
vada a traição, ^{está} ~~está~~ ^{sendo} ~~sendo ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter} ~~caráter~~ ^{moral} ~~moral~~ ^e ~~e~~ ^{cultural.} ~~cultural.~~ Talvez ^{ela} ~~ela~~ ^{tenha} ~~tenha~~ ^{sido} ~~sido~~ ^{acusada} ~~acusada~~ ^{de} ~~de~~ ^{divórcio} ~~divórcio~~ ^{de} ~~de~~ ^{caráter</}~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~

REDAÇÃO 17

A Verdade Relativa

Em nosso atual contexto de crise, o ~~o~~ setor midiático brasileiro se apresenta como importante agente formador de opinião. Diante disto, vemos a necessidade de refletirmos se a apresentação de fatos selecionados podem ser ditas como verdade. Nesse contexto, a obra Dom Casimiro, de Machado de Assis, apresenta essa questão ao contar a história na qual o narrador personagem, Beutinho, busca convencer o leitor de sua opinião, e deixa claro que é impossível fazê-lo a partir de apenas um ponto de vista.

O fato é que, fica impossível dizer o que realmente aconteceu somente com a versão narrada. A exemplo disto, estão os dois principais argumentos do personagem de que foi tirado por Capitu: o olhar dela ao defunto Escobar, melhor amigo de Beutinho, e a semelhança de seu filho com seu amigo. Ambos argumentos são facilmente refutáveis na medida que os dois são frutos da opinião do narrador, que pode estar equivocado. Assim como ~~o~~ leitor, por não conhecer as personagens, é incapaz de confirmar a semelhança do filho com o amigo, ou dizer que os olhos de Capitu eram, de veras, olhos de vicária obliqua e dissimulada.

Assim como ocorre no livro, os jornais também procuram convencer seus leitores de sua opinião. Para isso, eles utilizam de números e estatísticas para, por exemplo, destruir ou prestigiar um presidente. É por esse motivo, que a mídia tem grande poder manipulador, mesmo quando estão erradas. Como metáforizou o artista Guello, "a semente é para o mundo, e que a maçã repete para a mídia".

Dessa forma, fica claro ~~que~~ a necessidade de todos os testemunhos e fatos possíveis para que algo torne-se verdade. Além disso, fica o alerta para o poder de manipulação ~~da~~ da imprensa, mostrando que é preciso buscar os mais variados meios de informação ao formar uma opinião. Assim, é possível encontrarmos a melhor saída para a crise política na qual nos estamos.

REDAÇÃO 18

VERDADES E REALIDADES

VIVEMOS EM UM PAÍS ONDE A CORRUPÇÃO SE TORNOU UMA COISA COMUM, CADA VEZ MAIS, VEMOS AUTORIDADES ENVOLVIDAS EM ESCANDALOS, SEJAM ELAS POLÍTICOS OU EMPRESÁRIOS, NÃO TEMOS COMO CONTROLAR ISTO. POIS CADA VEZ A IMPUNIBILIDADE FORTALECE TODA ESSA CLASSE, QUE VIVE MATANDO IDOSOS EM FILA DE HOSPITAIS, TIRANDO O DIREITOS DAS PESSOAS VIVEREM COM DIGNIDADE, SOMOS TRATADOS COMO ANIMAIS.

TODOS ESSES BANDIDOS QUE USAM O ESTADO OU ATÉ MESMO O GOVERNO FEDERAL COMO UMA ESPÉCIE DE ESCUDO, SÃO PIORES QUE MUITOS MARGINAIS QUE COMETEM UM CRIME POR NECESSIDADE, ELE PASSAM A MAIOR PARTE DO EXPEDIENTE DELES DESVIANDO RECURSOS PÚBLICOS PARA O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, DEIXANDO CENTENAS DE CRIANÇAS COM FOME NAS ESCOLAS, FAMÍLIAS DESABRIGADAS NAS RUAS, SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ATRAZADOS. TUDO ISSO EM UM ÚNICO OBJETIVO, DEIXAR TODAS AS PESSOAS DA SOCIEDADE DESAMPARADAS EM PEQUENO BEM ESTAR E A LUXÚRIA DELES.

A LEI DEVERIA FUNCIONAR COM IGUALDADE PARA TODOS, SEM DISTINÇÃO DE CLASSE, POIS MUITOS SÃO OS QUE SOFREM E OS QUE SE BENEFICIAM DISSO, A AUTORIDADE JUDICIAL TERIA QUE SER MAIS BRANDA AO CONDENAR UM PEQUENO QUE COMETEU UM CRIME POR NECESSIDADE FINANCEIRA, SEI QUE NADA VAI JUSTIFICAR UM CRIME, MAIS AO CONTRÁRIO DE MUITOS CASOS QUANDO UM POLÍTICO OU EMPRESÁRIO NÃO SER JULGADOS SÃO VÁRIOS REQUISITOS QUE FAVORECEM A IMUNIDADE DELES, SÃO CONHECEDORES BEM INFLUENTES A PONTO DE FAZER A VERDADE SE ESTABELEÇER COM BASE EM UMA ÚNICA PERSPECTIVA, TUDO QUE ELAS MAIS ALMEJAM: FICAR RÍCO EM TÃO POUCO TEMPO E ADQUIRIR PODER PARA QUANDO FOREM FLAGRADOS TEREM O DIREITO A PENA ALTERNATIVA E DESFRUTAR DE TUDO QUE CONQUISTARAM COM O DINHEIRO PÚBLICO; A CORRUPÇÃO É O GRANDE VILÃO EM NOSSO PAÍS, E PRECISA SER COMBATIDA IMEDIATAMENTE COMEÇANDO PELA MUDANÇA NO CÓDIGO PENAL, CLASSIFICANDO A CORRUPÇÃO COMO CRIME HEDIONDO.

REDAÇÃO 19

Os olhares não são iguais

O mundo vive hoje um intenso processo chamado globalização. Com isso o que antes fazia parte de um futuro incerto, hoje se tornou uma realidade. Se que com os avanços tecnológicos presentes na sociedade, também vieram os problemas sociais. Hoje você já não anda na rua tão seguro como tempos atrás, a falta de investimentos sociais nessa área tem preocupado muitas pessoas que veem esse problema como um dos principais pontos a serem melhorados. Por outro lado a quem diga que a violência é a mesma de alguns anos passados e que não tem nada haver com os avanços a qual o mundo está passando. O fato é que algumas pessoas pensam sobre determinado assunto de um jeito e outras não tem a mesma visão.

Se para lembrar o que antes era de difícil acesso a população como Telefone, carros, andar de avião etc. hoje já se tornou uma realidade nas mãos de quem usufrui.

Uns acham que os avanços sofridos pelo mundo tem haver com a ambição do homem em sempre querer ganhar mais dinheiro. Outras pessoas já veem nisso uma forma que o homem encontrou de tornar a sua vida mais fácil e prazerosa.

Portanto devemos olhar a verdade como parte de uma opinião que alguém tem sobre determinado assunto e não ver como o que está certo ou não. Tudo depende do olhar crítico que quem analisa.

O mundo é visto por vários olhares diferentes ao mesmo tempo. Então a verdade depende de cada olhar. Então deve ser aceita como a opção verdadeira.

REDAÇÃO 20

Os lados da verdade

Cada um sempre sempre uma verdade, então vamos imaginar quantos momentos de "verdades" estão sendo ditos neste momento. Aqui dentro da cadeia têm em tempo de quem hesita e incertezas, mas a cada uma tem seu lado de verdade, umas mais inventadas, outras reais e uma curiosa. Porém todas têm lições com o fato de se as prendido em uma cadeia.

Abriu-se em nome humano, onde Bentinho foi preso e passou em cadeia de volta e tendo como personagem de primeira de Capitu, ele esqueceu e acabou de lado todos os outros fatos que a história tem a história desmembrada e os lados das verdades onde se poderia estabelecer bases para um fato certo dos fatos reais que uniram a um único episódio de um único cenário que se materializa conforme as verdades são ditas e expostas.

Tem o exemplo da vida e dos livros, tem a entender que cada verdade seria uma única verdade que no fim acaba se formando e acabam em ~~um~~ unidades sobre este quadro ^{caligrafado} onde quem escreveu tem de fazer a interpretação das partes e a interpretação. Uma verdade tem fortes todos quanto as suas partes, mas uma verdade individual, pois a conjunção e histórico tem sempre uma certa diversidade que formam essa única verdade.